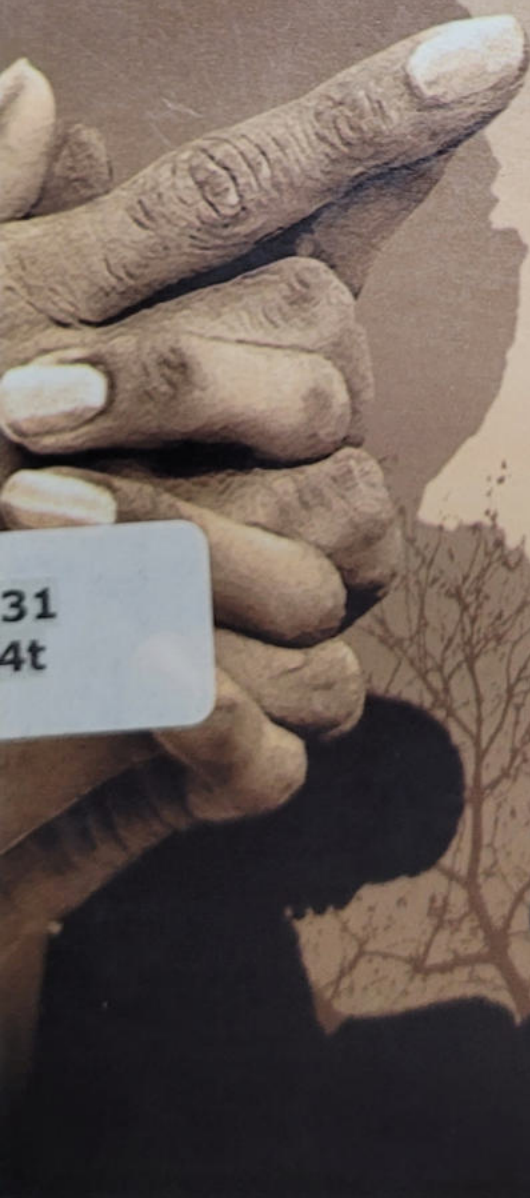


Antônio Thomaz Neto

A IRMANDADE DA CRUZ



31
4t

ABC
EDITORA



ANTÔNIO THOMAZ NETO, nasceu em Acaraú-Mirim, hoje Ipaguaçu, Distrito de Massapê-Ceará, aos 30 dias do mês de julho de 1930, filho de LUIZ CÂNDIDO AGUIAR e MARIA PROFETISA CYSNE. Foi alfabetizado em casa pela sua mãe. Primário na Escola Pública do lugar onde nasceu, a cargo da diretora, Ana Ferreira Rocha e do Professor José Arimatéia Thomaz Cysne, aos 16 anos os mestres disseram-lhe: "Tudo que sabemos já foi ensinado, procure outra escola".

Em Fortaleza preparação na Escola de Santa Luzia do Pe. Pita, para o exame de admissão, na Escola Técnica Fênix Caixeiral de 1948 a 1954.

Antônio Thomaz Neto

A Irmandade da Cruz



Rio – São Paulo – Fortaleza
2007

REMETENTE

ANTÔNIO THOMAZ NETO
R. CANUTO DE AGUIAR, 300 - AP: 1700
MEIRELES FONE: 3224.9114
CEP: 60160-120 FORTALEZA - CEARÁ

Capa:
Heron Cruz

Editoração Eletrônica:
Egberto Nogueira

Revisão:
Francisco J. Carvalho

Copyright © Antônio Thomaz Neto - 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T368i Thomaz Neto, Antônio.
A irmandade da cruz / Antônio Thomaz Neto. For-
taleza: ABC Editora, 2007.

152 p.

1. Ceará - História. 2. Antônio Thomaz Neto. I. Título.

CDD: 920.72

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Av. Dom Luís, 500, sala 1631
60160-230 - Aldeota - Fortaleza-Ceará

Pedidos deste livro através do e-mail: athomaz@oi.com.br
ou pelo **telefax: (0**85) 3224-9114**.

AGRADECIMENTOS

Ao Desembargador, DR. JOSÉ EDUARDO MACHADO DE ALMEIDA, hoje Advogado que já começou com a vantagem de larga experiência forense, por suas palavras mais que generosas no prefácio deste despretensioso livro de crônica, que no ensejo quero expressar meus agradecimentos especiais.

Ao Dr. AZAURY PASSOS DE ARAÚJO, Auditor Fiscal da Receita do Estado do Amazonas, sangue cearense oriundo de seus avós, Raimundo Evaristo de Araújo de Sobral e ela Joana Francisca de Araújo de São Francisco de Uruburetama que, expulsos pela grande seca de 1877-1879, foram encaminhados ao Amazonas, dentro da política do governo federal de solucionar os problemas das secas no Nordeste. Acabaram sendo amontoados num barracão às margens do rio Amazonas, para serem escolhidos pelos seringalistas para trabalharem como seringueiros no Acre. O avô foi rejeitado por ser baixinho e de cabeça grande, sob a alegação de ser **pé-duro**, foi a salvação, conseguiram fugir para Urucurituba, situado a direita do rio Amazonas, entre Itacoatiara e Parintins, onde acabou Intendente nos governos estaduais de Ramalho Júnior e Silvério Neris, lugar em que constituiu família onde nasceram 14 filhos, netos, perderam a conta, mas nunca menos de 100, suficientes para dar ao casal de cearenses, o honroso título de patriarca do lugar. Obrigando-os mais por capricho que todos se formassem, mostrando ser um **pé-duro** diferente e de boa cepa. A participação do Dr. Azaury como consultor com conhecimentos privilegiado de assuntos da Região Norte, foi de valor inestimável na compreensão dos estudos sociológicos e costumes dos povos da floresta. Meus sinceros agradecimentos.

Ao DR. FRANCISCO DANTAS PINHEIRO, estudioso dos problemas do Nordeste, escritor, um dos melhores quadros do DNOCS, que se dignou a ler os rascunhos deste livro, corrigindo fatos e datas e outras imperfeições que eram muitas, concorrendo para o aperfeiçoamento deste trabalho, além de prestar um depoimento dos mais generosos aproveitado neste livro. O meu caloroso muito obrigado.

Ao DR. JOSÉ CÉLIO FONTELES, médico, escritor, estudioso, filho da Ibiapaba, que muito ajudou corrigindo fatos e datas citados neste trabalho. Penhoradamente os meus agradecimentos.

À JORNALISTA RAQUEL THOMAZ DE ANDRADE, que muito incentivou nas pesquisas deste livro, construindo e dando idéias para o aperfeiçoamento desta obra, até porque lembrou do que dizia o Nobel de Literatura Pablo Neruda. **Escrever é fácil. Você começa com uma letra maiúscula termina com um ponto final. No meio, você coloca as idéias** Confesso, garimpar as idéias sobre a Irmandade da Cruz, descrita em poucas linhas pelo eminente historiador Barão de Studart, acabou sendo uma tarefa por demais torturante para o autor. Receba um beijo carinhoso do seu avô.

Para Tertuliana, companheira e cúmplice, no nosso cinquentenário conjugal, autora do livro **Peripécias de um casal de viajantes**, em que com toda a sua intuição feminina conseguiu mapear todas as nossas passagens pelos cinco continentes e registrar nossas vidas a dois – nossos espaços que se cruzaram ao longo deste tempo, medidos dia a dia com o coração, para encontrar a equação simples a que Marcel Proust (1871-1922) chamou de amor, enfatizando: nossos três filhos, oito netos e todas as nossas alegrias, realização de sonhos, tristezas, lágrimas e poucas frustrações, para um casal que começou a sociedade com um capital mínimo – tudo foi lucro e até uma bênção para agradecer o que conseguimos realizar juntos, com a graça de Deus. A minha eterna gratidão. A quem dedico este livro.

Aos meus filhos Isabel, Soraia e Luiz e os netos
Antonio Thomaz, Lia, Raquel, Rodrigo, Ticiania,
Caroline, Davi e Igo – a minha razão de viver.

IN MEMORIAM

A meus pais
Luiz Cândido Aguiar
Maria Profetisa Cysne

Edição comemorativa do centenário do povoado Acaraú-Mirim, hoje Ipaguaçu, Distrito do Município de Massapê e da construção do Açude Acaraú-Mirim (1900-1907), na época o segundo maior açude do Ceará, erguido com Verbas dos Socorros Públicos, antes da criação do IOCS pelo Decreto nº 7.619, de 21 de 10 de 1909, e ainda, 98 anos de DNOCS e 110 anos de independência do Município de Massapê-Ceará.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
Capítulo 1 - A Fundação da Irmandade da Cruz	17
Capítulo 2 - Nascimento e Vida de Damião	57
Capítulo 3 - O Fugitivo	61
Capítulo 4 - Do Julgamento	79
Capítulo 5 - Os Outros Fundadores da Irmandade da Cruz.....	95
Furtado, O Serrano	96
Campelo, O Rebelado	97
O Crente, Veado	100
Felipe, O Crente	101
Capítulo 6 - Érico Carapeba, O Átila do Sertão	103
Capítulo 7 - A Batalha Final: Prisões e Mortes	123
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

PREFÁCIO

Tenho a subida honra de prefaciar o presente livro, intitulado "A Irmandade da Cruz", de autoria de Antônio Thomaz Neto, que se revela, mais uma vez, como um verdadeiro pesquisador, graças à sua persistente e aguçada vontade de narrar casos acontecidos no interior cearense, em épocas remotas.

Através de leituras e pesquisas em fontes fidelíssimas, o autor da obra narra com encanto e destemor toda a saga da Irmandade da Cruz, uma entidade criada por Damião e seus seguidores e influenciada por Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, beato religioso, nascido em Quixeramobim, que fez pregações religiosas, sofrimentos e desenganos, durante sua trajetória na zona norte do Estado.

Segundo o relato autoral, a aludida Irmandade foi criada em época da construção do açude público Acaraú-Mirim, no município de Massapê, no início do século passado, por obra e graça de verbas dos Socorros Públicos do Governo Federal com a finalidade de amenizar os sofrimentos dos retirantes da grande seca de 1900, ainda por terminar, com terras não totalmente indenizadas e sem nenhuma irrigação à jusante.

Como a Irmandade não funcionava de acordo com as normas do Estado, os seus membros foram eliminados sumariamente, sem nenhuma defesa, permanecendo, apenas, o mito dos seus seguidores, que escaparam da chacina, como que a assemelhar a saga dos "sertões de Massapê", com a de Canudos, nos sertões baianos.

Não restam dúvidas de que o autor quis com a obra, novamente, enaltecer seu torrão natal Ipaguaçu (Massapê), o açude Acaraú-Mirim e sua brava gente que, ainda hoje, vivencia por lá, sofrendo as auguras do tempo, mostrando aos nordestinos que, em uma região inóspita, se pode "tirar o pão enterrado aos pés".

O autor, em sua obra, dada a "profundidade de pesquisas e rara inspiração", nos enleva com contos simples de pessoas simples, mas cheias de amor ao próximo, pregando suas credices e seus fanatismos religiosos, com intuito de minorar os sofrimentos da alma e do corpo.

Desse modo, o autor Antônio Thomaz Neto com sua inteligência e rara perspicácia, se revela, mais uma vez, como o fez em "Acaraú-Mirim: Cem Anos de Desilusão", um grande contador de histórias, igualando-se aos demais cearenses que tanto se projetaram no cenário nacional.

Parabéns para Antônio Thomaz Neto e, novamente, repito, meus sinceros agradecimentos pela deferência à minha pessoa em prefaciar seu grandioso livro, que vai, sem dúvida, engrandecer as letras cearenses pelo seu trabalho firme e valioso e certo de que os leitores, mais uma outra vez, ficarão contemplados em fazer sua leitura, pois é agradável, por se tratar de coisas do sertão.

Fortaleza, abril de 2007.

José Eduardo Machado de Almeida

APRESENTAÇÃO

Os sertões de Massapê, numa alusão à obra-prima euclidiana, permita-me, caro amigo Thomaz Neto, que assim intitule o teu livro *A Irmandade da Cruz*. Nele encontrei o homem nordestino, possuído de costumes singulares, simples no vestir e no falar, com suas credices e seus fanatismos religiosos, e pela hospitalidade de se dividir com os semelhantes e no trabalho despercebido em que se empenha de aparência frágil, sendo forte, ante a convivência com o árido meio; nele encontrei a terra na evidência das roças, das plantas, dos rios, dos açudes, dos lugares, das secas, constituindo assuntos de tantas páginas com sabor do sertão, ditos por um escritor do sertão; nele encontrei a luta, o mais forte se impondo ao fraco, o homem beligerante, de instinto nato, apegado às armas pela ganância, pelo ódio, pela prepotência, pelo ter e poder, numa região inóspita, como se não bastasse a tanta luta para tirar o pão enterrado aos pés.

Escrevo-lhe para agradecer a confiança que me foi dada, permitindo-me que conhecesse este teu trabalho ainda na gênese. Li-o de um fôlego. Prazerosas páginas. Nada há que tirar ou acrescentar. Muito aprendi. Afora o assunto histórico que vem à luz das letras com profundidade de pesquisa e rara inspiração, a obra está recheada de conhecimentos universais sobre as artes, as leis, as datas dos fatos e as culturas dos povos brancos, negros e indígenas.

Diria mais: com perspicácia, tiraste leite de pedra. De um assunto árido e repisado na literatura sobre figuras-símbolo, como Pe. Cícero, Antônio Conselheiro e Pe. Ibiapina, deste em prosa conotação epopéica a um Damião, persona-

gem menor no cenário cearense, já escondido no passado e fora do cotidiano das pessoas nas rodas das calçadas. Entretanto, trouxeste à tona o antigo com sabor atual. Entremeste a crítica construtiva à realidade hodierna da política governamental que vê o Nordeste sob o estigma da miséria no conceito em voga: ao pedinte esmola se dá. Haverá um dia, por certo, em que esta gente entenderá que a esmola dada, como solução, é barro amassado que se atira ao cidadão.

Parabéns, Massapê, parabéns, Ipaguaçu, parabéns açude Acaraú-Mirim, pelo filho: Dr. Antônio Thomaz Neto. O município ganha um monumento documental, alicerçado na correção do conteúdo, edificado na força de expressão e no trabalho de profundidade que foi empreendido na busca histórica dos longínquos fatos que permeiam a existência deste povo.

O livro *A irmandade da cruz* é uma coletânea de coisas boas que o autor lega às letras. Com brilhantismo, detalha a construção do açude Acaraú-Mirim, numa homenagem ao seu centenário, e expõe a biografia do beato Damião, um dos fundadores da **Irmandade da Cruz**, que em 1902 partiu. O livro é um presente dos deuses ou do beato a todos nós na inspiração do Bacharel Antônio Thomaz Neto.

Fortaleza, março de 2007

Francisco Dantas Pinheiro

CAPÍTULO 1

A Fundação da Irmandade da Cruz

Pinta a tua aldeia e ela será universal, – com portas e janelas escancaradas para o mundo.

A Irmandade da Cruz existiu realmente – fundada que foi em abril de 1900 em Vila da Serra Verde, hoje Município de Massapê, no Estado do Ceará – teve morte aparente em 26 de março de 1902. Mas como pessoa jurídica, sua existência, continuou de fato, por mais algum tempo, do mesmo modo como foi constituída – irregular – aquilo que já era, continuou mais fora-da-lei – agora fugitiva, com o resto da sua liderança que escapou da chacina – bem, mas vigiada por todo um aparato de bandidos e policiais, destacados na zona norte do Estado do Ceará.

Entretanto, não poderá ser esquecida, pelos cearenses, qualquer contribuição visando resgatar os vestígios humanos, da sua pré-história, da suas lutas pioneiras na trajetória de se estabelecer à história viva de Massapê no momento em que uma comunidade de sertanejos trabalhadores rurais, deflagrava sua luta libertária, de sobrevivência contra a miséria de fome e sede em plena seca de 1900, antes que se consume a terrível ameaça do “**fim da história**” como defende o cientista político da Universidade Johns Hopking, Francis Fukuyama.

Seguindo-se os apontamentos do notável historiador cearense, Dr. Guilherme Studart, que, em peculiar texto – sem maiores outras informações, quanto às suas fontes, de modo a deixar qualquer pesquisador atordoado, no emaranhado

de encruzilhadas de caminhos a seguir em busca da verdade, embora se reconheça da maior respeitabilidade, por tratar-se de um arguto pesquisador das coisas do Ceará.

Tem a seguinte leitura, a informação do inolvidável mestre: “Em 26 de março de 1902 – na Vila de Massapê, ao sopé da Serra da Meruoca, são presos por uma força de polícia comandada pelo tenente Érico Carapeba, os chefes principais de uma malta de indivíduos conhecidos pelo nome de Irmandade da Cruz, que fora fundado em princípios de Abril de 1900, pelos celebres cangaceiros: CAMPELLO, VEADO, FURTADO E FELIPPE. Usavam um chapéu de abas largas, tendo ao centro uma cruz preta”. (1)

Cabe ao cronista a árdua tarefa de adivinhar o que aconteceu no passado, conforme, transcrição precisa de primorosa jóia do pensamento de Jaime Oval, garimpada pelo escritor Fernando Sabino. “Para ele, o profeta procura prever o que acontecerá no futuro, enquanto o romancista tenta, em termos humanos, “adivinhar”, o que aconteceu no passado.” (2)

A chacina da Irmandade da Cruz se junta a outros tantos capítulos da maldade humana que se repete desde o homem primitivo das cavernas – a lei do mais forte – contra pessoa humana e comunidades totalmente indefesas, passando por: Caim, Deoclecianos, Átilas, Hitlers, Capriúnas, Carapebas, Bezerras, depois os batalhões da quarta expedição responsáveis pelo massacre de Canudos e os dois batalhões das polícias baiana e pernambucana que destruíram a fazenda Pau de Colher, no sul da Bahia, tempos depois e por outras tantas legiões satânicas que a Igreja Católica conhece muito bem dos alcoses de seus mártires.

Por falta de outras fontes tradicionais, reconstitui-se os fatos com base em grande parte na documentação oral que, em alguns casos, chegam a ser as únicas fontes disponíveis

– a da tradição oral – para que se possa alcançar a História Oral – com alguma fragilidade, é bem verdade, devido ao elenco de emoções subjetivas e do imaginário de cada um entrevistado, muito embora tenha dito o notável historiador cearense Raimundo Girão que, *a história constrói-se com documento* e a bem da seriedade da ciência histórica; não se tem no presente relato – por certo – uma contribuição histórica, mas uma crônica à espera de novas pesquisas mais rigorosas, para que se tenha realmente a história científica, da Irmandade da Cruz.

Muitas fontes de testemunhas recorridas preferiram abrigar-se no “discurso do silêncio”, no receio de se expor, revivendo situações pouco lisonjeiras para seus familiares ascendentes e descendentes.

A história da Irmandade da Cruz de Massapê, contada com todo o peso da autoridade do porte do seu autor – no caso, o Barão de Studart – com a longevidade de mais de século, dá bem para se avaliar a espessura do silêncio, não contestada até agora, salvo provas em contrário, acaba por se tornar uma história quase oficial, relatada pelos vencedores e como tal prevalece a regra geral: da odienta justiça em causa própria, preponderando o império do arbítrio, por isto, se pretendeu dar a palavra a um dos perdedores. No caso, Damião para contar a sua versão, não oficial, vivida no teatro das operações, incluindo os antecedentes e o clima do lugar onde os fatos ocorreram no dia 26 de março de 1902, como vítima e espectador privilegiado.

Na vida ao que se sabe, é quase tudo interpretação – o bom hermeneuta é aquele capaz de sacar de um texto árido, omisso, confuso e até contraditório, a melhor tese em defesa de seus interesses, daí ser proveitoso consultar também, a razão dos tombados em lutas pelos seus ideais, embora não seja o discurso que muitos gostariam de ouvir.

Na data da fundação dessa irmandade, o Ceará padecia de uma das mais calamitosas grandes secas de sua história – estava como Presidente do Estado, o Dr. Pedro Borges, e sua fundamentação jurídica, de combate aos flagelos da seca, tinha por base artigos da recém-promulgada Constituição Federal. Dirigiu-se ao então Presidente da República do Brasil, o Dr. Campos Sales (1898-1902); solicitando auxílio e que passou a justificar do seguinte modo: ***penso que é tempo de resgatar esse erro, e sinto não ter recursos para remediá-lo por conta do Estado. A União poderá fazê-lo na medida de suas forças, prestando-nos eficaz auxílio em tão difícil emergência.*** (3)

Campos Sales não aceitou a reivindicação de bom grado, (como não aceitou a tomada do Acre pertencente aos bolivianos pelos ***arigós*** e ***paroaras*** nordestinos), alegando que os outros Estados igualmente atingidos nada a respeito solicitaram da União Federal – só acatando a verba de transporte dos famintos da seca para o Sul do País, e para o Norte, deixando pelos caminhos e veredas dos sertões nordestinos, batalhões de viúvas de maridos vivos, a ponto de receber o troco do baiano cearense Dr. Rodolfo Teófilo – ***Despovoar o Ceará não é socorrê-lo, é matá-lo*** (4), esta arenga política aconteceu depois do terceiro trimestre de 1900, quando já haviam se configurado as angústias da seca – com total falta d'água e de alimentos para atender minimamente aos retirantes, num êxodo triste e humilhante, deixando pelos caminhos e veredas trapos humanos arquejantes de fome e sede. Repetindo-se a terrível tragédia de alguns anos atrás.

Muito antes de totalmente instalado o angustiante quadro de miséria, foi organizada a Irmandade da Cruz, congregando sertanejos trabalhadores rurais, a lutar pela sobrevivência no novo flagelo, que começara com toda ferocidade, tendo como alternativa principal e imediata, forçar os

governos Federal e Estadual a abrirem frentes de trabalho – a tempo – para não se repetir, em 1900, o mesmo quadro de 300 mil mortes, e seqüelas em outras 500 mil pessoas atingidas pela hecatombe devastadora da seca de 1877/1879.

Assim foram as primeiras contrações do doloroso parto do gigantesco açude público, para a época, o Acaraú-Mirim, ou ***Acamirim*** no dizer de Thomas Pompeu Sobrinho. A baragem foi construída no boqueirão do rio do mesmo nome, ***onde já existia um pequeno dique de terra irregularmente construído ao tempo do Império*** (5). Distante, nove quilômetros da sede do recém-emancipado município de Vila da Serra Verde (Lei Estadual, nº 398 de 25 de dezembro de 1897), para onde acorreram, como tábua de salvação, aproximadamente três mil pessoas em alguns momentos de maior afluxo de retirantes, não só do Ceará, como dos Estados do Nordeste, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e até de Pernambuco vieram e com eles chegaram em suas bagagens não só a fome, a miséria, as doenças, mas também toda uma cultura sertaneja estratificada, desde o período colonial, como o fatalismo dos mouros, as superstições portuguesas e o fetichismo dos indígenas.

O grande idealizador da confraria, visando salvar o maior número de retirantes e desvalidos da gigantesca tragédia natural, deveu-se não só aos indicados acima, como chefes principais, mas ao irmão Damião – assim era chamado, – com a maior reverência, em respeito à longa vida atribulada por que passou nos confins da hileia amazônica, que se comportava mais como um líder – um mentor espiritual.

Filho da terra, nascido em uma fazenda, localizada em terreno que fora alagado com o fechamento do boqueirão do rio Acaraú-Mirim, próximo aos Altos de São Pedro, perto do Morro da Cruz e da Várzea da Cruz; limite das terras pertencentes ao fazendeiro José Thomaz Lourenço (Lei 398/1897),

dentro de uma floresta de juremas e carnaúbas – para formar o grande lago do açude do mesmo nome (6); pertencente à Vila da Serra Verde, hoje Município de Massapê.

Fugira para o Acre ainda adolescente – como veremos mais adiante em outro capítulo – para escapar dos castigos do severo pai e das ameaças de prendê-lo nas cavernas dos navios da Marinha de Guerra, como corretivo à sua rebeldia – pela vida de liberdade que por natureza abraçou desde pequeno. Não tinha vocação para apanhar, nem do poder privado – do pai – tampouco do Poder Público – da marinha, dizia ele.

Retornando do “inferno verde”, depois de cruéis sofrimentos, Damião acompanhou a distância a trajetória e os ensinamentos, como idealista, utópico e fanático que era, tornou-se um quase discípulo, a seu modo, do lendário Antônio Conselheiro – escolhendo somente as lições que achavam aproveitáveis – conforme resumo bem elaborado do Professor Abelardo Montenegro (7), quando descreveu as andanças do futuro Beato, pela Zona Norte do Ceará, só deixando exemplos de fazer o bem, a todo o custo, às camadas sociais sertanejas mais abandonadas.

Na verdade Antônio Conselheiro foi a grande célula seminal do fanatismo religioso do Nordeste, nas últimas três décadas do Século XIX, começou, sobretudo, depois que fracassou no comércio de secos e molhados que herdara de seu pai em Quixeramobim e das grandes dívidas que ali contraiu, e tinha por costume, mesmo executado, não se defender, deixando correr o processo, à revelia tudo isto acontecendo: depois da mais triste e dolorosa desilusão amorosa com o seu casamento com Brasilina Laurentina de Lima, com quem teve dois filhos, sobretudo quando ele mesmo a flagrou em sua própria casa na cidade de Ipu em companhia de um cabo furriel cujo castigo maior foi o abandono, que

acabou relegada como marafona, ou tornou-se cloaca da sociedade na expressão do abade Prévost, por cidades da Zona Norte do Ceará.

Conselheiro de clavimote na mão não os matou, conforme texto do Mestre Montenegro, o que prova que, apesar de sua origem belicosa dos Macieis tinha sentimentos nobres, até então; embora exista outra versão sem comprovação que o acusa de haver assassinado Brasilina, numa trama forjada pela própria mãe do Conselheiro para provar o adultério da nora em que teria sido também morta por engano pelo filho, sendo estes os motivos de ter deixado o Ceará em 1873.

Em Campo Grande foi caixeiro do Major Domingos Carlos de Sabóia e depois exerceu a função de auxiliar de escrivão do Cartório Fernandes, do Primeiro Ofício, ainda hoje existente – no povoado que fora um dia chamado de Vila Nova d’El Rei, depois se chamou Campo Grande, e atualmente Guaraciaba do Norte, no Ceará, onde residiram até bem pouco tempo dois de seus netos: Joaquim Aprígio, descendentes da união amorosa, que teve depois da separação de Brasilina; com Joana Imaginária de Santa Quitéria – de nome Joaquim Aprígio, com o mesmo nome do pai, conhecido como Quincas, excelente mecânico de motores e máquinas, capaz de reproduzir peças de motores de fabricação alemã, em falta de suprimentos, durante a Segunda Guerra Mundial, falecido dia 06 de março de 2007, com noventa e oito anos de idade, antes de se tomar seu depoimento a respeito de sua conturbada família. O outro, de nome José Aprígio fino artesão de jóias de metais preciosos, também falecido recentemente.

Neste município situa-se o sítio **Tamboatá**, dividido depois em várias glebas, cortado pelo riacho **Gangaço**, que pertenceu ao Dr. Floro Bartolomeu, que faleceu em 1926 com honras de General-de-Exército; sítios que ainda hoje existem situados a poucos quilômetros da cidade de

Guaraciaba do Norte – foi ao que se sabe, esconderijo de vários cangaceiros a serviço do seu proprietário – que, sempre que permitiam suas lutas políticas em Juazeiro do Norte, vinha recuperar suas energias nas águas cálidas e no clima ameno da Ibiapaba.

Damião depois de suas peregrinações de viramundo pelos sertões do Ceará e do Nordeste, antes da batalha final de Canudos de 1897, retirou-se para sua terra – Massapê – para concretizar um sonho longamente acalentado – era como se ali naquelas terras pretas – de (barro massapê) – estivesse enterrado o seu maior tesouro, e onde se encontra o tesouro de cada um, aí, estará também o seu coração – dizia numa referência bíblica: esperava neste lugar encontrar um porto seguro para a recuperação da saúde perdida; local tido por ele mesmo como o umbigo da terra, a base, para viver com felicidade juntamente com os seus familiares.

A inspiração maior para a fundação da Irmandade da Cruz partiu de várias vertentes: – primeira, a evangélica – **se todos eram filhos de Deus. Todos deveriam ser iguais.** Depois, deveu-se, aos maus conselhos do fanático Conselheiro – como dizia seus amigos, a outra – a boa doutrina do infinito espírito de caridade e acolhimento dos irmãos carentes. – Doutrina e prática, ensinadas pelo irmão Inácio, de Açu do Rio Grande do Norte, que seguiu por algum tempo o Padre Ibiapina nas suas caminhadas de caridade pelo Nordeste, que os consideravam quase santos. (8)

As profecias e o misticismo do Frei Vidal da Penha também pesaram, dando exemplo, quando erigiu um Cruzeiro de madeira às margens do rio Inhuçu, nos idos de 1786, chamando o lugar de Campo da Cruz, além de prever para breve o fim do mundo, ocasião em que o “**sertão virava mar e o mar virava sertão**”, para quem estava numa seca braba, num calor de quase inferno, não deixava de ser uma

morte mais amena. Hoje a profecia, soa diferente, **sertão vai virar deserto e o mar tsunami.**

Talvez na época, não se soubesse ainda da teoria do próximo fim do mundo, por falta de fecundidade da espécie humana, envenenada por resíduos químicos fabricados pelo próprio homem a contaminar, solo, ar e água – não nascendo mais gente, ligeirinho, o gênero humano desapareceria por extinção da face da terra, com milhares de espécies vivas que já se foram – como os dinossauros. Seria mais um motivo, **ad terrorem**, para ser pregado aos ingênuos e sofridos sertanejos com severas ameaças das penas do fogo do inferno.

O dia 8 de março também era festejado como o Dia da Santa Cruz.

Outro pregador que muito influiu na alma sertaneja de então foi o Padre José Antônio Maria Pereira Ibiapina, o grande mentor espiritual do Padre Cícero e do próprio Antônio Conselheiro, que já o é Beato pela Santa Sé, e para Santo, falta só a comprovação do segundo milagre, enquanto Antônio Conselheiro, já foi canonizado pela fé do povo simples e sofrido dos sertões nordestinos, diria hoje Damião.

Damião repetia sempre, um trecho da oração de São Bento, que dizia: **A Cruz Sagrada seja a minha Luz, Oração e Trabalho**, completava.

Teve em mente ainda a vida de São Camilo de Lellis (9), nobre que acompanhava o pai nas batalhas. Em dado momento de sua vida descobriu este que sua verdadeira vocação não era de matar ninguém, e sim salvá-los. Recolheu-se à vida monástica para curar das chagas e das vidas dos doentes, famintos e mutilados, usando nas vestimentas e no chapéu de abas largas uma grande cruz rubra, como distintivo de sua caridade e de uma fé inabalável em Jesus Cristo.

Entregue à mendicância, no Século XVI, até receber os votos de santo, passando a trabalhar pelos pobres e invá-

lidos nos hospitais italianos, num esforço pertinaz de altruísmo, que o levou à glória dos altares e finalmente à devoção de Exaltação da Santa Cruz – significando a mortificação dos pecados pela penitência, que fazia bem à alma, na sua caminhada aqui na terra, antes de alçar ao céu, bem ao gosto do fanatismo religioso do sertanejo de então.

Irmandade da Cruz tinha, dentre outros objetivos – o de praticar uma fraternidade e uma solidariedade sem limites, amparar e socorrer os retirantes famintos da grande seca de 1900, como luta libertária de uma comunidade de flagelados da seca, além de espicaçar todas as repartições dos poderes governamentais, Federais, Estaduais e Municipais, sem chegar à agressividade da ruptura.

Era regida pelos *Estatutos da Ribeira do Rio Acaraú-Mirim* que, como bem observou o notável acadêmico cearense Gustavo Barroso (10), que nada mais eram, senão os costumes estratificados e as tradições normativas, respeitadas e cumpridas fielmente, pela aceitação geral, dos habitantes de povoados e vilas situados às margens de cada ribeira do Ceará, (caminho natural da colonização dos sertões nordestinos).

Vigorava nestes rincões sertanejos um direito consuetudinário inconfundível, contrariando a índole latina do direito escrito, e tinha força legal, capaz de levar aos que porventura transgredissem seus preceitos a pesadas consequências.

A esperança de alcançar dias melhores, em suas súplicas ao céu nos momentos de maior miséria e sofrimento de uma população de famintos, era de fácil adesão, visto que os poderes públicos constituídos e espirituais eram totalmente omissos.

Damião e seus liderados eram constantemente instados pelos seguidores a escrever normas comportamentais, de modo a tornar mais fácil a compreensão e coesão dos

irmanados – que respondia sempre como São Francisco de Assis: “**Não ajunteis nada ao Evangelho, não temos outra regra senão o Evangelho, – não ajunteis nada a ele, não façais outras regras. Vossa regra é o Evangelho e Aquele que o encarna, segui-o, marchai com Ele**”. Assim copiou anos depois um autor moderno. (11)

Pelo chapéu quebrado, e uma cruz preta estampada, na copa e na aba, já se identificava o homem de paz e sua comunidade daquela época, era como hoje o RG de cada um, ou quase um código digital desenvolvido por Bertillon, identificando a que grupo social, religioso e familiar a que pertencia, o devido respeito e acolhimento que mereciam, se por acaso precisasse de algum adjutório para encontrar algum animal tresmalhado ou enterrar algum cristão retirante, morto por fome, epidemias ou pelas duas coisas juntas. Do mesmo modo tinham-se outros costumes em outras ribeiras, alguns até bem parecidos com os estatutos da ribeira de Acaraú-Mirim, como por exemplo: Ribeiras do Acaraú, do Jaguaribe, do Poti etc.

Nos dias de festas, o estandarte que seguia à frente das procissões, era a própria cruz pintada inteiramente de preto – pacífica, sem tortura; **com três pequenos entalhes** – simbolizando os três nós, que São Francisco fizera ele próprio, no cordão que atava a cintura da túnica de Santo Antônio, significando a obediência, a pureza de coração e a pobreza. Entretanto, esta não poderia nunca ser a miséria, como bem disse depois, Dom Helder Câmara, (o apóstolo cearense dos pobres injustiçados).

A Cruz era como que o brasão identificador da irmandade; era um cruzeiro portátil, que acompanhava nos festejos e orações coletivas – permanecia pendurada num galho de catingueira no morro da Cruz, onde findava a romaria, que representava bem o retrato do que disse o jornalis-

ta Gilberto Câmara do **povo que secularmente carrega sobre os ombros a cruz, cujos dois braços são a fome e a sede.**

Irmandades com o mesmo nome existiram – embora com propósitos, costumes, doutrinas, totalmente diferentes, por vivenciarem mais o lado místico de contemplação, abandonando quase inteiramente a fraternidade, a solidariedade, a caridade e a opção pelos pobres, como ensinava São Francisco.

A Professora Stella Furtado em seu recente livro História Geral e Política de São Benedito (12) teve a rara felicidade de entrevistar uma testemunha, que pela a idade avançada; nascido no povoado do “Graça”, em cinco de novembro de 1896, chamado de João José de Azevedo – vulgo João Zuza – tudo sabia a respeito de três núcleos, considerados pelas autoridades e pela Igreja como heréticos, chamados de Irmãos da Santa Cruz, que foram instalados na Ibiapaba, sendo um nas proximidades do local de seu nascimento, só faltando dizer que dela fazia parte. Pena que já falecera aos 103 anos em janeiro de 2.000, para esclarecer mais alguns pontos que ficaram obscuros.

As três confrarias místicas da Ibiapaba se situavam, segundo a Professora Stella: um no sítio Barras, próximo à cidade; outro no sítio Cachoeira, de Antônio Melado, próximo ao rio Inhuçu, hoje conhecido como sítio do Espanhol; outro em Carnaubal, que perduraram oficialmente até a ditadura de Menezes Pimentel no ano de 1937.

De acordo ainda com a professora (13), que teve a paciência de descrever o conteúdo programático e as obrigações de cada irmanado e o ritual destas seitas, que se transcreve para comparação da distância abissal entre elas e a Irmandade da Cruz de Massapê, em que há mais diferenças que semelhanças entre elas na dicção do velho João

Zuza como testemunha importante, porque remanescente ao tempo do funcionamento destas seitas:

“1º – Rezar o Rosário diariamente;

2º – Usar a disciplina. Açoites com um grande rosário (de contas de lágrimas, uma semente silvestre), com pequenas pontas de aço ou ferro;

3º – Usar camisa sem colarinho. Não dançar, fumar, beber, jogar baralhos e bilhares;

4º – Usar vestidos longos sem babados, com mangas compridas, de preferência brancos, frouxos, amarrados na cintura, por um cordão, imitando o de São Francisco. Não cortar os cabelos, não dançar e não usar pintura;

5º – Não brincar, não caçar passarinhos, não subir em árvores, não jogar peteca ou bola e receber castigos físicos;

6º – Não dizer palavrões. Tanto homens, como mulheres;

7º – Invocar os espíritos;

8º – Usar água benta para afugentar os espíritos malignos;

9º – Viver somente para o trabalho e orações;

10º – Usar uma pequena cruz de madeira, pendente ao pescoço por um cordão.

Quem deixasse de usar a cruz receberia severo castigo. Os fanatizados comentavam as profecias de Frei Vidal da Penha e eram impressionados com a chegada do fim do mundo antes do 3º milênio.”

Confundida com a aparência de nome dessas seitas, a Irmandade da Cruz de Massapê foi terrivelmente, injustiçada e perseguida até o seu desmoronamento total em 26 de março de 1902. Talvez por contar na sua liderança com um serra-no da família Furtado do lugar conhecido como Cabaceiras e outros da região norte do Ceará, ou quem sabe com algumas velhas diferenças entre famílias, ainda pendentes de acertos.

A devoção da Santa Cruz, era muito festejada no final do regime Imperial no Ceará que continuou na República, desde o Cruzeiro levantado às margens do rio Inhuçu, que depois se chamou Campo da Cruz, pelo próprio Frei Vidal da Penha, Mosteiro da Cruz na serra do Estevão e outros, como o do Cruzeiro da Romana, localizado no sítio São Braz, na Meruoca, culto e orações no local do sacrifício de uma escrava torturada até a morte pelo seu proprietário e ainda o batismo de Rio da Cruz, o hoje conhecido como rio Camocim ou Coreaú, sem se falar no Município de Cruz, situado a 246 km de Fortaleza.

As seitas da Ibiapaba, fundadas e mantidas por outras lideranças, não iguais à de Massapê, devido ao braço forte do crente Damião, esta moldada nos costumes e ditames da liberdade religiosa absolutamente constitucional outorgada pela Carta de 24 de fevereiro de 1891, que separava pela primeira vez no País a Igreja do Estado, que sequer se sabia o seu total alcance, talvez poucos da força policial, conhecia também o permissivo da liberdade associativa, da primeira Carta Magna da República nova, que em pouco tempo envelheceu, passando-se a ser chamada de República Velha, de tantos desmandos, dos aproveitadores políticos, para acabar de vez com a Revolução de 1930 – e, por ainda estar em estado de acomodação e interpretação; longe de chegar aos rincões do Nordeste esquecido, bem no início do Século XX (14) – resistindo com a maior ferocidade os velhos preconceitos, arraigados como ostras, a ponto de anos depois ser reconhecido por um dos pais da bomba atômica: **Ser mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito.** (15)

O grande pecado da irmandade era não admitir preto nem mulher na sua liderança, apesar do Decreto Imperial da década de 1860, que proibia tais discriminações – mas

na verdade só chegavam estas normas legais aos ermos das caatingas nordestinas, anos e anos depois e em alguns casos eram até revogados, sem antes mesmo terem sido postos em vigor e cumpridos nessas regiões.

Pode-se dizer que tais preconceitos eram institucionais e extremados, como, por exemplo, havia em Sobral uma irmandade religiosa que se reunia na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, construída pelos escravos em 1760 e venerada como a padroeira e protetora dos escravos, e por isto só abrigava preto. (16) Como fora também a Irmandade dos Homens **Pardos**, de Nossa Senhora do Livramento de Fortaleza, criada pela Lei Provincial nº.850 de 19 de agosto de 1858.

O preconceito contra as mulheres vigorava ainda mais fortemente nos sertões nordestinos naquele início de século, que só vieram abrandar e tornar-se cidadãos pelo voto em 1932. Uma das explicações, não deixava de ser um barbarismo anacrônico injustificável, por tratar-se de seres humanos movidos a sentimentos, cujos humores, um dia era um, noutro dia era outro diferente – por isso choram mais, sentem mais, paixão, amor, ódio, ciúme, inveja, depressão, saudade e cuja alma continua indecifrável. Segundo Freud – diziam – embora, tivessem o privilégio do dom celestial do sexto sentido, maior que a razão – na verdade um canal de comunicação direta para com Deus.

No entanto, fazia uma exceção para Petronília, que no falar de Damião era representante de uma espécie de **mulher-macha** em plena extinção já naquela época, por trazer não só buço como até **cabelo nas ventas** – melhor na pontaria, que qualquer cabra amarelo que vestisse **carças**, no entender do sertanejo de então. O nome de Petronília era em homenagem à filha de Simão Pedro, depois Cefas, que quer dizer pedra. Neta de Bar-Jona, que de tão bonita, o pai

dela orou, suplicando a Deus para não perdê-la. Acabando paralítica, morrendo santa, virgem e mártir.

Petronília descendia da região dos Cariris, onde tinha família – o pai não conhecera, morreu de impaludismo quando ainda muito pequena – sua mãe dona Teodora – que quer dizer presente de Deus. Ambas enviuvaram cedo; Petronília nunca padeceu dos doces encantos da maternidade, quer dizer, nunca chegou a se tornar uma matriz humana. Perdeu o marido, que muito amava, numa tocaia, por disputa de terra, que ela mesma para vingar o bárbaro crime jurara que seguiria o assassino até os quintos dos infernos – se ele lá estivesse – para matá-lo do mesmo modo – de tiros de espingarda e de cacete para as misericórdias finais, como dizia.

Tempos depois cumpriu o juramento feito, no momento de enterrar os restos mortais do querido marido; seguindo os mínimos detalhes da promessa – mas teve de fugir – cair no oco do mundo, se quisesse viver mais um pouco – como explicava.

Desgarrada no mundo, como retirante da seca de 1900, não podia voltar ao seio de sua família para não envergonhá-la e não correr maiores riscos de vida, de um crime que no seu entender, não cometera – só fizera justiça com as próprias mãos, aplicando a velha e conhecida lei de Talião como alegara – já que os poderes públicos de polícia e justiça, de negra politicagem do sertão estavam nas mãos dos chefes políticos e fazendeiros numa gritante impunidade a proteger os assassinos apadrinhados.

Viúva, já dispensada dos votos de fidelidade, continuou fiel ao marido até a morte, não se deitando com nenhum outro homem, embora aos trinta anos mantivesse ainda metade da sua condição feminina para procriar ou desperdiçar.

Acostou-se aos mendicantes amparados pela irmandade e foi a salvação dela e da irmandade, já que os homens não têm estrutura para grandes e prolongados sofrimentos – neste ponto a natureza os fez frouxos – e isto é histórico. Nas lancinantes agonias no calvário de Jesus, quem estavam lá: Maria mãe de Jesus, Maria de Mágdala a quem Jesus expulsou sete demônios, Maria mãe de Tiago e de José, Joana a mãe dos filhos de Zebedeu (17), exceção de João, o discípulo amado de Jesus.

Aliás em nenhum momento épico de grandes sofrimentos por que passou a humanidade e nas grandes batalhas, se dispensou do concurso valioso de uma ou de muitas mulheres juntas, apesar de o Papa Clemente III, ter proibido a presença feminina nas Cruzadas, em 1189.

Petronília era tão valente e destemida quanto uma Lotta Svaid, que lutou bravamente ao lado de seu marido na guerra pela independência de sua pátria e deixou escola para o mundo – na Finlândia, em 1870 – e com a morte do seu ente querido, passou a combater por dois, fato que se notava pelo entusiasmo e dedicação. O mesmo aconteceu com a viúva cearense, deixando transparecer diante da dor que suportava – parecia mais humana, quase divina, com os seus irmãos irmanados.

Na irmandade, Petronília era quem administrava uma botica caseira de ervas, com fabricação própria de biocidas naturais, que somente por intuição divina podia descobrir. Assistia aos partos, a unção dos moribundos, nos enterros, extração de bala ao cutelo e a sangue-frio, encarregava-se de passar o rosário nos bruguelos quase sem vida, rezar contra as **carnes quebradas e nervos rendidos**, sugar com a própria boca o veneno dos ferimentos de mordida de cobras, depois de ter garroteado perto dos lugares chagados – tarefas que o mais corajoso dos homens não se dispunha de

bom grado a fazer aquilo, no que ela executava com amor como se fossem em seus próprios filhos que não tivera, introduziu nos acampamentos certos hábitos alimentares do que dispusesse como chás e raízes e uma nutritiva salada de cem frutas, sendo noventa e nove bananas e um mamão, que muitas vezes substituía as refeições de vários dias.

Descobriu, mais tarde, que ser rezadeira e operar curas pela imposição das mãos, não é algo que se escolhe. É uma opção de Deus; e assim mesmo Simão Pedro orava a Deus agradecendo por não o ter sido criado **enfermo, pobre ou mulher** (18), só faltou mesmo acrescentar no petitório, para se livrar da maior calamidade do homem, **a velhice**.

Os cronistas da época, as autoridades policiais e a própria Igreja não admitiam o caráter fanático religioso, messiânico, (da volta à terra do Messias na figura de um nordestino de cabeça-chata, numa verdadeira **parúsia** sertaneja) e até influenciado em parte pelo sebastianismo português, (do exército de super-heróis), ideais albergados num fanatismo ignorante dos líderes dessas irmandades, posto que, visassem o bem dos pobres e a socorrer os famintos das secas de 1877/1880 e 1900, dentre outras.

A própria Igreja Católica, no Ceará, neste início de século vivia momentos de alguma turbulência, como se pode verificar dos acalorados debates, sobre questões religiosas, entre o Seminarista José de Arimatéia Cysne e o Reverendo luterano Jerônimo de Carvalho Silva Gueiros, publicados nas edições do jornal de Fortaleza, A República, nos períodos de abril a junho de 1902, sob o tema da Quarta Conferência, pronunciada nesta mesma época, pelo Padre redentorista Dr. Júlio Maria.

Organizações de foras-da-lei existiram nos sertões em momentos de grandes calamidades públicas, principalmente nos períodos de grandes secas, e por isso, os jornais e o

notável escritor sobralense, Domingos Olímpio, resumiram na época que: **“os socorros, distribuídos pelo governo, não poderiam chegar aos centros afastados, por falta de conduções, ou eram os comboios de víveres assaltados por bandos de famintos, malfeitores e bandidos, organizados em legiões de famosos cangaceiros”** (19).

Ora, trata-se de uma generalização perigosa, porquanto a Irmandade da Cruz, fundada em Massapê em abril de 1900, não abrigava nenhum malfeitor, porque tinha objetivos totalmente famélicos, e um compromisso com a vida, de proteger os retirantes atacados pela fome, por epidemias, movidos por um espírito de solidariedade sem limites e ainda defender a distribuição justa dos alimentos comprados com as verbas dos Socorros Públicos, que vinham de vapor até o porto de Camocim e daí de trem a Massapê, e depois em comboios de burros até o canteiro de obras do açude Acaraú-Mirim, com a maior segurança. Portanto, não podia ser este motivo de tanta perseguição de bandidos ou de policiais, a não ser o receio infantil de que Massapê se tornasse numa nova Canudos, em pleno início do Século XX, além do perigo de defender a volta da Monarquia a ser restaurada em plena zona norte do Ceará.

Essas irmandades praticavam, na verdade, um catolicismo popular, com credices e superstições misturados com ritos afros em que Maria, a mãe de Jesus, era venerada como a quarta Pessoa da Trindade, porque não havia outro meio de salvação a não ser vinda do céu. A Irmandade da Cruz fundada em Massapê cuidava mais da salvação do corpo do que da alma, por representar uma luta libertária, de um punhado de sertanejos trabalhadores rurais, reunidos em uma associação civil, em que a solidariedade para com o irmão flagelado era o seu maior empenho, o que a tornava diferente das demais seitas. Cada crente fundador da irmandade trazia profundamente arraigado no plexo solar um sentimento de bondade,

de duração quase infinita. No máximo que se permitiam era uma rebeldia caridosa.

As calamidades das secas que matavam gente como moscas, sobretudo as crianças, (que ainda hoje, mais de um século depois morrem de fome um holocausto por ano em todo mundo), (20) amontoadas nas beiradas das estradas e veredas abertas a patas de boi, pelas caatingas do Nordeste, sem qualquer assistência material e espiritual, ou só atendidas tardiamente, e muito porcamemente, quando já tinham sido amargamente devastados não só pela fome como pelas epidemias, sob o olhar piedoso das autoridades instaladas num sistema oligárquico no início do Século XX, mas que nada faziam além de muito falatório incompetente – seguindo direitinho o catecismo das nulidades, do velho chavão burocrático e da lei da inércia: **Nunca faça nada. As coisas importantes resolvem-se por causa dos outros.**

Era, na época, a esperança de substituição do Estado, como acontece hoje em dia nas favelas abandonadas das grandes cidades. Até o nome favela é oriundo do **Morro da Favela**, que existia próximo de Canudos que, ao ser desbaratado em 1897, os que escaparam da chacina fugiram e se alojaram no Morro da Providência no Rio de Janeiro e neste vácuo deixado pelos descasos e omissões dos poderes constituídos – em que, associações e, modernamente, as ONGs, e evangélicos, disputando um nicho espacial, até para vender felicidades e a própria salvação.

De cangaceiros, bandidos, malta de salteadores e desordeiros, foram chamados, fatos que não restou comprovados até agora por nenhum método investigativo conhecido, devendo ser tais acusações postergadas por depender de mais pesquisas conclusivas; apesar de Dostoievsk ter dito, que **Todo o mistério da vida cabe em duas folhas de papel**, quanto mais de uma irmandade civil sertaneja, desde

que se tenha fonte comprovada. O apelo maior e as acusações, não podem prosperar, talvez porque não estivessem a serviço de nenhum fazendeiro ou líder político da época.

Cangaceiro era a milícia armada muitas vezes pelos poderosos políticos da nova República recém-instalada, com o cheiro de **capanguismo**, do velho sistema imperial ou ainda como bem observou o historiador Abelardo Montenegro, transcrevendo autores a respeito de cangaceiro de jornais da época que alardeavam:

“Os cangaceiros, encomendados para os altos sertões, a fim de engrossarem as fileiras do corpo de polícia, já começavam a chegar à Capital. A esses cangaceiros, transformados em soldados, estava reservada a missão de intimidar a oposição no pleito que se avizinhava”.

E mais além, transcreve trechos do jornalista Melquíades da Rocha para quem:

“cangaceiro é aquele indivíduo que, tendo sido ultrajado por outrem, em sua pessoa ou em algum membro de sua família, com o seu lar desacatado, violentado, desonrado, enfim se vinga do autor dos respectivos atos praticados, fugindo do lar em que acaba de praticar o crime, de pura represália, para escapar à ação da justiça local, que reputa falha, exceto se é afilhado ou correligionário do chefe político”.

Quanto a banditismo se socorre de outra definição de Cruz Filho, publicada no jornal “O Nordeste” de 19 de junho de 1928 da maior precisão, quando diz:

“A palavra banditismo, como o próprio termo está a indicar, convém mais aos grupos de malfeitores que va-

gam pelas caatingas e estradas sertanejas, assaltando propriedades e cometendo depredações de toda sorte. É certo que os dois fenômenos não raros se relacionam entre si: a necessidade de mútuo concurso e de recíproca segurança, leva o cangaço a tomar por aliado o banditismo profissional, e está nessa circunstância a aparente invulnerabilidade dos grupos de malfeitores que escapam, milagrosamente, à ação da polícia. Essas alianças, às vezes platônicas e episódicas, perdem inúmeras vezes esse caráter, e então surgem focos perniciosos, onde o cangaço perde a sua fisionomia ofensiva para converter-se em verdadeiras empresas de saques e crimes". (21)

Pelo visto, fica cada vez mais distante e difícil de enquadrar os crentes e líderes da Irmandade da Cruz de Massapê, com endereço fixo, socorrendo famintos e retirantes da grande seca de 1900, como bandidos ou mesmo, cangaceiros, nômades espalhando o terror pelos sertões.

De acordo com observação do jornalista Júlio de Mattos Ibiapina, conhecido como "pena-bisturi", "o cangaceirismo reinava no sul do Estado e que na zona norte raramente chegavam notícias de ataques de cangaceiros, não atingindo nunca caráter endêmico"; prática que evoluiu no tempo e com a modernidade das comunicações transformou o cangaceiro na praga do crime de aluguel de pistolagem, agora agindo não só nos campos como também nas cidades. (22)

Calamidades que perduraram no tempo até o famoso cangaceiro Lampião, conforme noticiário do jornal O Povo de 19 de março de 1931, contratado por fazendeiro ou ainda pelo próprio deputado federal, Floro Bartolomeu, em 1926, com a aquiescência de Padre Cícero. Foi armado e recebeu até falsas patentes de oficiais do Exército Brasileiro, uma de Capitão, duas de Tenentes, e o comando do Batalhão Patriótico,

numa trama abjeta, outorgada por um funcionário público federal, Pedro Albuquerque Uchoa a mando do Padre Cícero, para combater os comunistas da Coluna Prestes que aterrorizavam o Nordeste. (23)

Assim vimos repetidos os mesmos vícios advindos do velho Império, quando até mudavam de nome e passavam a ser chamados de mantenedores da ordem, da lei, vezes outras, sob o comando de um agraciado com um título comprado da Guarda Nacional ou algum político como Floro Bartolomeu, de segundas intenções. Estes sim, exerciam, às claras, um tipo de banditismo – cangaço oficial – sob a forma de legalidade – se isso é possível – para defender os próprios interesses de terras sem títulos de propriedade, e nem sequer o de posse fornecido pelos vigários, baseados na Lei de Terra de 1850 – além de outro bem maior, o de preservar pelo terror os currais políticos, que lhes dava status e poder nos seus feudos administrados com mão de ferro.

Era o dinheiro dos impostos arrecadados com excessivo rigor, financiando uma espécie de ofidário – sevando serpentes para morder aqueles que sustentavam, toda a máquina corrupta do poder de polícia antipovo.

A princípio, ao ser fundada a Irmandade da Cruz em (1900), as autoridades, agiram de maneira morna, senão indiferentes, como tudo que se dizia social pelos sertões afora – omissão como princípio – visto que não supunham a pregação da volta ao regime monárquico divulgado pelo ideário de Antônio Conselheiro, e o fantasma de Canudos e das Seitas da Ibiapaba; acabaram por contaminar os outros, que se diziam crentes e os seus seguidores, achavam nele o exemplo não só um construtor de igrejas e de cemitérios, como um salvador, dotado de poderes místicos, capaz dos maiores, urgentes e difíceis milagres de salvação, da morte

física, por fome, sede e doenças nos períodos de agudas calamidades climáticas.

Por onde passava aliciava multidões para fundar a **Cidade de Deus** em Canudos, em pleno sertão da Bahia – Damião não o acompanhou nesta marcha, embora tenha aproveitado um pouco do seu ideário, mas de maneira diferente. Tudo que fazia, tinha por objetivo salvar seus irmanados flagelados, que acorriam a Massapê, suplicando a proteção da Irmandade da Cruz, depois de esgotadas todas as suas esperanças, apresentadas pelos poderes constituídos com as mãos cheias de palavras vazias.

Ao contrário da Irmandade da Cruz, de Massapê, sob o empenho de Damião e seus companheiros irmanados, tinha como lema a fraternidade, a solidariedade e a caridade, só queriam socorrer da morte certa uma multidão de retirantes e forasteiros da pavorosa seca de 1900 a fugir do destino dicotômico: plantar, que não tinha como, ou fugir, muitas vezes sem rumo certo, nisto fazia a grande diferença das seitas ibiapabanas.

Apoiava-se ainda num trabalho cooperativo, cuja produção e distribuição dos resultados a cada um, segundo suas necessidades, num embrião rudimentar da produção socializada.

Só acontecendo isto, depois de esgotadas todas as esperanças como da passagem do equinócio, que coincide próximo ao dia 19 de março (consagrado a São José) e de exauridos todos os recursos de sobrevivência trazidos pelas chuvas que teimavam em não cair, nisto incluía experiências seculares como: o exame de suor dos sovacos dos pebas, o comportamento das abelhas, paus-d'arco sem nenhuma flor, a arribação das aves, do sapo-cururu, o canto dos socós, as formigas e o esconderijo das cobras cascavéis, o esgotamento por completo, do olho-d'água do Racha, no sopé da

Serra da Meruoca, que na época abastecia o povoado – e até o **lunário perpétuo** foi consultado – finalmente, a prova irrefutável de seca, estava confirmada, sem nenhum prenúncio de chuvas que consolasse as inditosas vítimas, muitas advindas de 1877/1879, que provocou nelas uma espécie de histeria coletiva, de fugir para bem longe, embora sucumbissem pelos caminhos, em vista do que o jeito foi organizar a irmandade, até para morrerem juntos, utilizando uma só dor. – Bem grande – dizia Damião.

A irmandade não adotava nos seus **estatutos orais** e costumes, o rito da **autoflagelação**, o cilício era banido, o máximo que se consentia, a título de penitência era carregar uma pedra na cabeça e subir com ela até o alto do Morro da Cruz.

Cachaça era terminantemente proibida nas barracas, a única bebida permitida era uma extraída da seiva da **jurema preta**, feito **jeribita**, e outra do tipo extraída de plantas, numa infusão, chamada de **mescalina**.

Para muitos, a jurema era uma planta abençoada, porque tinha abrigado a Família Sagrada no deserto, na fuga para o Egito da fúria assassina de Herodes.

Nada de badulaques e patuás religiosos, os únicos amuletos permitidos eram os escapulários de Nossa Senhora do Carmo, na frente para defender os inimigos de testa e o hexagrama ou estrela-de-davi nas costas, para defender e combater os demônios da retaguarda, mantidos em contato direto com a pele, como dela fazendo parte o objeto sagrado; pendurados num cordão engordurado que em algum dia foi branco e depois ficou tingido de marrom pela poeira e suor, encalçado, por falta de água para os banhos.

Damião copiava muito do comportamento austero e restaurador do Conselheiro, até o relacionamento com as mulheres – mantinha-as a uma certa distância, incluindo até as beatas do grupo; talvez tivessem uma produção hormonal

menos carregada, bem aquém da normalidade ou talvez, quem sabe, portador de uma anomalia chamada monorquidia.

O uso da túnica preta e do capuz, com a cruz estampada – subir com uma pedra na cabeça ao **Morro da Cruz, próximo à Várzea da Cruz**, como se disse; hoje em grande parte alagados pelas águas do açude – recitar as cantorias dos benditos – mais de cem, mais para enganar a fome – jejuar nem era preciso prescrever, só na Semana Santa, já que suas condições de inanidos, por falta de água e de comida não lhes permitiam acrescentar a mínima privação de qualquer alimento, sem correr sérios riscos de morte – mesmo a título de penitência de seus pecados.

Durante a terrível seca de 1900, que choveu na região menos ainda do que a de 1877/1878, só 405 mm. esparsos, durante todo o ano, enquanto nos anos comparados, choveu 473 mm. e 580 mm., respectivamente. A irmandade por todos os seus membros e socorridos, trabalharam ativamente em rebanhar sobreviventes retirantes dos caminhos e veredas; que em certo momento chegavam a se amontoar em multidão – acolhendo-os em **abarracamentos de concentrações**, latadas e palhoças cobertas de folhas de mofumbo, oitica e palha de carnaúba, num triste canteiro da futura obra, onde o governo federal prometia construir o açude Acaraú-Mirim, a princípio, em grande parte, com minguadas verbas dos Socorros Públicos, no valor de Rs. 180.000\$, a um custo final ao que se diz, de Rs. 1.200.000\$ ao preço da época, mesmo corrigido, é pouco representativo na moeda de hoje.

A construção do açude que de início ficou ao cargo do Engenheiro João Thomé, arrendatário da estrada de ferro de Sobral, continuado pelo Engenheiro José Aires de Sousa, filho de Santana do Acaraú, no período de 1901 a 1903, quando este passou a integrar a Comissão de Irrigação em Quixadá juntamente com o Agrônomo italiano Baena, dentro

do ambicioso projeto de reflorestamento de todo o Ceará, a começar pela bacia do açude Cedro.

Neste período cumulava ainda com o cargo de fiscal interino da Estrada de Ferro de Sobral e a supervisão da construção do açude Jordão.

Finalmente, o Acaraú-Mirim fora quase concluído pela Comissão de Açudes e Irrigação, sob a direção do Engenheiro Thomas Pompeu Sobrinho, como ele mesmo relata, pela bagatela de Cr.\$ 1.200.000,00, (24), traduzida agora em Cruzeiro. (Em reais de hoje, sem correção, seria de pouca expressão, dado o numero de retirantes a salvar) – numa epopéia de verdadeiro êxodo de miseráveis, rotos e famintos, mais parecido como uma retirada dos exércitos de derrotados, pela inclemência do tempo e pela demora de socorros dos homens do poder.

Assim começou a construção do segundo maior açude do Estado que, segundo o Dr. Renato Braga em seu Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará, teria ocorrido em 30 de novembro de 1900 localizado em terras particulares, ainda hoje não totalmente indenizadas, sendo o primeiro do Nordeste em terra, sílico argilosa, batida a malho na marra, como se dizia, cujo levantamento topográfico só se verificou em 1905 – época em que as obras da barragem já estavam quase prontas, visto que, ao que parece ficou-se aguardando outras secas, como as de 1902, 1903, 1905, 1907, 1915, 1919, 1932 e 1952 para sua conclusão. O alargamento do sangradouro de 60 para 100 metros, insuficientes para dar vazão ao volume de água de sua primeira sangria ocorrida, a 1º de abril de 1910 foi concluído a 10 de fevereiro de 1911, conforme telegrama de 27 de fevereiro do mesmo ano do Engenheiro responsável pela obra, João Alfredo Correia, mas a ponte de madeira somente foi concluída em 1916.

Na seca de 1915 foram destinados mais Rs 30.000\$, ou trinta contos de reis, ainda verba dos Socorros Públicos, ano em que se começou a construir também uma ponte de madeira, cujas faturas e notas fiscais das pranchas e barrotes de madeira foram pagas por outra verba federal, e compreendia toda a extensão do sangradouro, que acabou por durar 48 anos, substituída que foi por outra de concreto somente em 1953, para atender na maior presteza os retirantes da seca de 1952, com vistas a ligar por onze quilômetros de estradas poeirentas até Santana do Acaraú, e somente nove até a sede do município de Massapê.

Assim, o açude Acaraú Mirim deveria por justiça ser um monumento representativo de grandes secas que assolou o Ceará, no Século XX, como o Cedro do Século XIX e o Orós que, com a maior justiça homenageia o mineiro Juscelino Kubitschek, com sua estátua de tamanho natural.

Oficialmente, começou em 1901, mas no ano anterior foram edificadas, inclusive, um chalé com arquitetura colonial e casas para os engenheiros, armazéns de taipa para acomodar os mantimentos e as ferramentas necessárias ao empreendimento para se dizer concluída em 1907, mas ainda hoje – um século depois – resta por terminá-lo, desviando o sangradouro pelo lado do Riacho do Madeiro, como programado, pelo Engenheiro Alberto Santana e aprovado pela Portaria Ministerial nº 521, de 19 de junho de 1952, que seria aumentado consideravelmente o volume de água acumulado e a bacia hidráulica do reservatório.

Faltando construir os canais de irrigação, enfim utilizar suas águas não só para beber como para gerar riquezas na agricultura, piscicultura e dar emprego aos homens do sertão, retendo-lhes no seu habitat natural.

Cem anos depois atende bem a evaporação de quase todo o precioso líquido – num monumental desperdício –

sem nunca ter chegado, a Ipaguaçu o projeto *Irriga Ceará* – com certeza os ossos de Damião e seus liderados estarão se remoendo nas suas covas rasas, dizendo-se em vão os seus sacrifícios.

A lei maior da irmandade, era não deixar morrer de fome, qualquer ser humano – embora, pasmem! – incluía até inimigo – que, podia morrer de faca, de bala, de doença, nunca de fome – mesmo que para isto, tivesse que esmolar, saquear, furtar ou até roubar.

Este sentimento de solidariedade para com o semelhante era tão fortemente arraigado nos costumes do sertão, de saciar a fome e a sede de qualquer vivente; prática que foi observada até pelos mais temidos bandidos como Lampião, que mandava dar comida e água aos prisioneiros inimigos presos, antes de matá-los.

Daí o ódio dos poderes constituídos e das Comissões de Açudes e Irrigações e de Socorros Públicos.

Sempre que possível acrescentavam, nas suas lições, a oração dos moribundos, em que Deus não nos pede para morrer por Ele, por nada, por inércia, por preguiça, só por uma grande causa – ou como disse o apóstolo das gentes, Paulo de Tasso, em sua bem-aventurada Carta aos Coríntios, 13 – ***se não tivermos caridade, nada vale, pode até nossos corpos serem consumidos pelas chamas ou mesmo dando todos os nossos bens, aos pobres, sem amor, não tem nenhum valor.***

Da rudimentar fazenda do Capitão José Rodrigues Lima e de sua esposa dona Úrsula Albina de Sousa Lima, começou Massapê, com poucas casas espalhadas sem forma de arruamento, como anotou Antônio Bezerra de Meneses, quando ali visitou em 1884. Virou povoado e explodiu de gente, com a construção da via férrea, ligando Camocim a Sobral, passando pelo povoado, inaugurado o primeiro trecho de

Camocim a Granja em 15 de janeiro de 1881, sendo concluída em 31 de dezembro de 1882, antes de concluída a ferrovia, em 24 de julho, foi inaugurada a Linha Telegráfica, ligando o futuro município, a Fortaleza, ao Norte e Sul do País e praticamente ao resto do mundo.

Nestes períodos a Vila da Serra Verde passou a ser um promissor centro empregador em função da estrada de ferro, não só nas construções das estações, bueiros, cortes de morros, pontes, cortes de madeiras para os dormentes, assentamento de trilhos, e para lá acorriam os que perderam tudo ou quase tudo com as secas, num verdadeiro êxodo, numa visão caipira em busca de uma nova Canaã que lhe permitisse continuar a vida com amor à terra, com relativa decência e reunir suas famílias dispersas do Norte ao Sul País.

Terminadas as obras básicas de via férrea, expandiu-se o comércio dos produtos da região, como cera de carnaúba, algodão, couros e peles, que agora tinham como chegar ao porto de Camocim e de lá de vapor, de cabotagem e de longo curso alcançavam os grandes centros consumidores, num intercâmbio de duas mãos de exportação como de importação, sem se falar em outra atividade permanente a dar empregos no fornecimento de madeira para alimentar os cavalos de força, das novíssimas marias-fumaças: **Sinimbu, Viriato de Medeiros e Rocha Dias**, homenageando autoridades que concorreram para o empreendimento da viação férrea no País.

Ao custo do progresso, pagou-se com a derrubada das matas ciliares nas abas da Serra da Meruoca e em áreas férteis ao redor dos rios e riachos do município, acabando de vez com a pequena mancha de Mata Atlântica que a natureza de graça presenteou aos filhos de Massapê, que tanto encantaram o historiador Antônio Bezerra de Menezes, quando visitou demoradamente estes sítios em 1884.

Como a maldade humana não tem limite os inimigos e invejosos da Irmandade da Cruz, na época – que Deus se apiedem deles, recompensando-os como merecem – diziam que a inspiração e os propósitos não foram aqueles que vimos acima, mas de caráter satânico, quase uma **calundu**, de seita pecaminosa, herética, que Damião e os outros irmãos se inspiraram, num velho manuscrito beneditino, em que o Demônio comunicava ao Senhor, que estava perdendo fiéis e por isso resolvera organizar a sua igreja, conforme relato primoroso do escritor Machado de Assis, num conto que chamou **A Igreja do Diabo** (25), talvez tenha sido esta, a idéia de chamar seus fundadores de bandidos e cangaceiros.

Não sabiam eles, quantos serviços à irmandade e seus abnegados irmãos prestaram aos retirantes que acorriam a Massapê, durante e depois da violenta estiagem próxima ao ano de sua fundação. A idéia da associação já existia de maneira difusa num punhado de bravos, chegando até a influenciar na separação e autonomia da Vila de Serra Verde, da velha e boa cidade, de Santana do Acaraú, cuja certidão de batismo deveu-se ao Frei Christovão de Lisboa, lavrada em 16 de junho de 1626, com o nome de Serrote do Olho-d'Água, depois Licânia; devido às dificuldades de percorrer 20 km de veredas para se chegar no inverno à sede da administração municipal, enfrentando as cheias revoltas do Rio Acaraú, constituía verdadeira façanha e um heróico desafio.

Quantas pessoas e animais escaparam da morte de fome e de sede? Quantas pessoas enlouquecidas foram salvas, deixando de comer carne humana e até os próprios filhos como retratam os cronistas das secas?

A verba dos Socorros Públicos, começando no Império, continuou na República; a sua liberação, tinha um ritual: começava como um diálogo de surdos e somente depois de

muita morte, era liberada para o monopólio dos políticos, antes de chegar realmente aos famintos.

As verbas dos Socorros Públicos contra a seca de 1900, seguiram as mesmas rotinas satânicas, só foram votadas, em outubro de 1900 e os trabalhos iniciais, ocorreram a 30 de novembro do mesmo ano, daí para transformar estas verbas em alimentos e trabalhos – os atravessadores – como o rico comerciante José Machado e outros do mesmo padrão de ganância, a quem o Senador Jaguaribe, chamava de **ladrões de casaca e luvas de pelica** (26) faziam a festa. As migalhas eram convertidas, no que pior existissem, em farinhas de mandiocas mofadas, carnes-secas ardidadas, quase podres, feijão com gorgulhos, milho com carunchos e ainda superfaturados. Era assim que chegavam os socorros àqueles que deveriam por direito receber os alimentos, depois de naturalmente filtrado por outros interesses além dos famélicos – dos políticos – na verdade, prevalecia na época a trindade da maldição: corrupção, seca e inflação.

Conforme consta do minucioso relatório do Oficial Aduaneiro, Fábio Alexandrino dos Reis; que em acurada auditoria, apontava escandalosos desvios das mercadorias destinadas aos flagelados, que até um vigário que recebia a cômputo dos cofres públicos, era o mais beneficiado em detrimento de outros mais necessitados. (27)

Diferentemente da organização de Antônio Conselheiro, a Irmandade da Cruz, fundada sob obediência dos **estátutos da ribeira do Rio Acaraú-Mirim** e da nova Carta Magna de 1891, não tinha como membros nenhum jagunço armado, desordeiro ou assaltante, salvo de comida para não morrer de fome, (nisto o MST de hoje copiou direitinho, aperfeiçoando e ampliando-o consideravelmente, dando-lhe até conotação política); ou qualquer outro tipo de criminoso no seu seio, visto que eram movidos somente por uma fé reli-

giosa fanática, da piedade, da caridade e uma solidariedade pelo irmão miserável, que chegava até às raias do exagero.

Poder-se-ia dizer que o fanatismo era uma tendência de uma religião católica de resultado, na época, mas nunca uma seita – entretanto, não era pior que as incontáveis organizações que se dizem religiosas – bem esquisitas de hoje – dentro da liberdade religiosa outorgadas pelas Constituições do País, que se instalaram quase em cada rua a não ser em um detalhe: o lucro, transformando o dízimo arrecadado em barras de ouro e dólares, mais para o usufruto de seus dirigentes – chegando até ao pecado da simonia, onde em nome do sagrado se vende quase tudo, inclusive a salvação.

Os fundadores da Irmandade da Cruz tinham uma visão totalmente pacifista e até certo modo determinista ao aceitar as coisas boas e más da terra como desígnio de Deus e procuravam justificar como reforço de suas crenças a passagem do Antigo Testamento, assim narrado: **o bem e o mau, a vida e a morte, a pobreza e a riqueza, tudo tem sua origem em Deus, Ecl 11.14**, não deixava de ser um consolo nas suas aflições e a esperança de que Deus iria atender às suas angustiantes preces.

Mas, o que mais irritava aos crentes era a maneira arrogante – (como refugio humano) quase animal – como eram tratados os flagelados da grande seca de 1900, na região e ainda eram chamados de **cassacos**, bicho repelente e malcheiroso. A ração, administrada pela Comissão de Socorros Públicos que era dada em troca de algum trabalho, remunerado sob o parâmetro da moeda local de circulação restrita ao canteiro de obras do açude, chamada – **sungelo**, que na verdade era um vale de papel, mais valioso que dinheiro, porque comprava comida – outras vezes a comida era até tomada das mãos das Comissões de Socorros que sonegava de maneira impiedosa, mas não passava de uma

esmola, igual a um feixe de feno que o dono do burro dá ao animal, para continuar sendo explorado e de cabeça baixa, a suportar não só o peso do dono como de sua pesada carga – que no governo chama-se carga tributária.

A irmandade, por suas lideranças recebia constantemente propostas indecorosas de ricos fazendeiros e políticos, que nunca foram aceitos, insinuando-os a não pagar seus impostos e ainda a queimar os lançamentos, os editais e os cadastros mantidos nas Coletorias Federais e Estaduais, sob uma lógica até convincente, se os sertanejos nada recebiam de retorno em serviços públicos, o que pagassem, não passava de um roubo – um esbulho – e, portanto, era um pagamento totalmente indevido por falta de objeto, por já estarem embutidos nos preços, em tudo que se consumia.

Ora, os cadastros com os nomes dos contribuintes e seus bens, mantidos nos órgãos de arrecadação, constituíam, ontem como hoje, seus verdadeiros tesouros, na elaboração dos orçamentos, cobranças e execução dos tributos, e para salvá-los, evoluiu no tempo – de tão valiosos, se permitiu, depositá-los em um Banco – no Banco de Dados, custodiados em segredo, longe de qualquer predador.

A esmola das secas continuou no tempo e hoje virou instituição nacional, defendida com unhas e dentes a sua paternidade, o que deveria nos entristecer, por não gerar qualquer riqueza para os beneficiários, além de estimular a vadiagem.

Salva a sobrevivência apertada e que na verdade representa um **atestado de falência secular de todas as políticas públicas**, a funcionar como calmante anestésico, da fúria da miséria no campo, com os mais variados e pomposos nomes: de vale gás, cestas básicas, poupança jovem, **PET (Programa de Erradicação do Trabalho infantil)** carros-pipas, bolsas e sacolas das mais enganosas fórmulas, fome zero – nome bem sugestivo – até para ser vendido para todo o mundo.

– **Tudo migalhas e moeda eleitoral** – Ao invés de lhes dar um ensino de qualidade voltado para vida prática de modo a superar os desafios dos trabalhos e manejos da agricultura e da pecuária no campo, um serviço médico condizente com a dignidade da pessoa humana, nos locais de suas moradias, crédito subsidiado e orientado por técnicos especializados, como previstos na Carta Magna do País.

Na verdade são meras **políticas sociais de governo**, de duração efêmera, quando deveriam ser **políticas sociais de Estado**, com duração permanente, enquanto não fossem sanados os problemas de pobreza endêmica do País.

Até providências e socorros do governo federal para o Nordeste, aconteceram durante séculos, sempre a longo prazo, quando muitas vezes os beneficia'rios já estavam todos mortos e se as novas gerações não questionarem, permanecendo na mesma cômoda postura de omissão contemplativa, continuará o Nordeste a constar no papel como sendo o melhor dos mundos, desarrazoando a verdade dos sertões.

Até o DNOCS que nasceu da necessidade permanente de combate aos efeitos climáticos do Nordeste, acaba sendo administrado por um político fora dos quadros técnicos da instituição, com alternância de quatro em quatro anos – aquilo que era para ser uma política social de Estado acaba se transformando em política social de governo, com reais prejuízos e perdas incalculáveis de eficiência e solução de continuidade das ações administrativas do órgão.

Parece que o brasileiro prima mesmo é pelo imprevisto, na hora de resolver problemas seculares aflitivos como a pobreza endêmica e as secas no Nordeste, que seguem no tempo desafiando por soluções inteligentes e práticas para serem resolvidos.

Ao contrário do que se divulga, os índices de pobreza do Nordeste não melhoram, segundo pesquisas do Professor Cló-

vis Cavalcanti, da UFP e da Fundação Joaquim Nabuco, que diz: **Basta ver que, desde 1960, não tem diminuído o número de miseráveis no Nordeste. Pode diminuir sua proporção na população total; mas seu volume em números absolutos aumenta**, conclui o professor.

Nisto é no que dá quando se prioriza – **gastar mais com os ricos e elites endinheirada** no pagamento da dívida pública – do que com os gastos sociais para os pobres, palavras do IPEA (bol.13).

A maior ironia é que essa massa de excluído chega até a definir a eleição para os cargos eletivos federais, estaduais e municipais na base da promessa e que, por ignorância da força política que têm, continuam mais miseráveis, e mais dependentes das migalhas que recebem, talvez a razão esteja com o sociólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), quando afirma: **Nossa pobreza não é uma fatalidade. É uma enfermidade que tem cura**. Agora, tem que ser enfrentada não pensando em eleições.

Não é sem razão, que a conceituada revista inglesa, The Economist, publicando matéria sobre o Brasil, reproduzida pela **Folha On line**, nos chamou de **Terra da promessa (Land of promise)**, onde as pessoas se deixam iludir por promessas, que são adiadas, adiadas – enroladas até cansar – e cair no esquecimento para sempre.

O triste de tudo isto, diria com certeza Damião se vivo fosse, recordando que a principal Agência de Desenvolvimento da região, a Sudene ainda não saiu do papel, ficando até agora só nas promessas e se sair um dia teme-se que já venha ao mundo jurídico, quase natimorto, de tão mutilada, para exercer as funções a que se propõe de erradicar a pobreza e corrigir as desigualdades sociais regionais do Nordeste. O peso do voto do povo ao que parece deixou de ser importante, para dar lugar ao clientelismo – o Estado que grite mais alto e ameace

com sua bancada retaliar nas votações do Congresso Nacional – consegue mais investimento do governo federal, enquanto a pobreza aumenta, conforme estudo e também as diferenças regionais, contrariando expressamente os ditames da Carta Magna do País nos seus artigos: 3º e 170, incisos III.

A maior tragédia de um povo, afinal, é repetir seus próprios erros, sem a consciência de querer um dia mudar de comportamento.

Para desenvolver e solucionar em parte o problema crônico de falta de água no Nordeste, atua por séculos uma poderosa força cultural de inércia, que até soluções concebidas ao tempo do Império, como a Transposição das Águas do Rio São Francisco, se cria uma **Frente Cearense Contra a Transposição**. Só tem uma explicação, para esta malfadada frente tentando fazer gol contra: está a serviço dos donos do rio (Bahia, Sergipe e Alagoas), que só merecem não uma, mas muitas pragas, amaldiçoando-os por toda a eternidade de todas as mãos sofridas e miseráveis que carregam água em latas, que compõem os doze milhões de sertanejos que irão se beneficiar com as obras de irrigação do velho Chico.

Um leitor espirituoso em carta ao jornal "O Povo" de Fortaleza, sintetizou estas enganações dos excluídos, pelo poder dominante, de maneira admirável, quando disse que:

"Os políticos, são frutos da sociedade e neste sentido, expõem o perfil de uma sociedade VICIADA EM MIGALHAS". (28)

Assim também se diga da religião: **"Como é o povo, tal é o sacerdote"** profetizava Ozéas, 4:9, no Antigo Testamento.

O recebimento das migalhas oficiais é tão chocante no seu conjunto, que tomou conta até de modo pejorativo no cançãoeiro popular, quando se lê e se ouve Luiz Gonzaga e Zé Dantas:

*Mas doutor uma esmola /
A um homem que é são /
Ou lhe mata de vergonha /
Ou vicia o cidadão.* (29)

Os grandes negócios com os governos: Federal, Estaduais e Municipais e suas autarquias, ficam mesmo com as elites dominantes – o grande empresário – queira um microempresário, agricultor, comerciante ou um pequeno prestador de serviços, participar de concorrências públicas, não vai passar de um enxerido, incapaz de romper, a teia diabólica da burocracia, já adrede preparada – como reserva de mercado para os mesmos – isto sem contar-se com os golpes sujos dos vampiros, dos sanguessugas, mensalões e outras comissões criminosas com o dinheiro do pobre que quase não chega aos seus legítimos donos, e quando chega já engordou muito rico pelos caminhos.

A Irmandade da Cruz só podia incomodar e muito aos donos do poder na época – foi ela, pelos seus líderes que tiveram a coragem de denunciar aos gritos os desmandos e as omissões cometidas contra os flagelados, famintos e retirantes, pelas Comissões de Socorro, não nos tribunais públicos, como de direito legítimo, por falta de alguém que por eles defendessem o direito à vida, conforme dizia Rodolfo Teófilo, mas no tribunal das suas consciências, (30) que, por mais insensíveis que fossem eram feridos como ferro em brasa e sangravam inexoravelmente até a morte moral. Embora ricos, mas sem dormir tranquilos, que um renomado grego acabou por resumir este sentimento de maneira admirável: “Não existe testemunha tão terrível, nem acusador tão implacável quanto a **consciência** que mora no coração de cada homem”.

São as elites dominantes que fazem as leis e os programas de socorro nas calamidades, acabando por visar mais os próprios interesses, carregados de desmedidas ganâncias, os

responsáveis em grande parte, além dos outros pecados, também, pelo **oitavo** pecado capital, **O pecado social – da fome**, por privar criaturas de Deus de viverem e se alimentarem dos bens que foram semeados abundantemente, à disposição de todos, que acabam sendo apropriados pelos mais fortes e agueridos, gerando a fome dos mais fracos, contrapondo ao quinto pecado capital, o de comer demais – o da gula.

Daí a perseguição sistemática e o esmagamento de que foram vítimas no fatídico dia 26 de março de 1902.

CAPÍTULO 2

Nascimento, Vida e Morte de Damião

Para ver o futuro, devemos olhar para trás.

Isaías. 41,23

Damião nasceu de parto duplo no dia 26 de setembro, por volta do ano de 1865, numa fazenda cercada de um juremal, perto ao Monte da Cruz e da Várzea da Cruz, no lugar onde se formava, próximo à junção de dezoito riachos e grotas, que anos depois passou a pertencer à bacia do grande açude federal, de Acaraú-Mirim, (1900-1907), hoje sepultada sob cinquenta e dois milhões de metros cúbicos de água – que mal comparando, seria a Atlântica do sertão (31). Em épocas anteriores, pertencia à jurisdição de Licânia depois Santana do Acaraú, hoje jurisdicionado ao Município de Massapê. O pai muito se orgulhou do primeiro filho macho – afagou-lhe o ego – principalmente por saber, ser o pai e não a mãe o responsável pelos sexos dos filhos, que lhes dariam imortalidade através dos tempos.

A via-crúcis do gêmeo, que poderia ter sido chamado de Dídimo, a exemplo do apóstolo Thomé ou Thomas conforme tradução do texto aramaico, (32) começou justo no dia em que veio primeiro ao nosso velho mundo de lágrimas – enquanto o irmão demorou – saindo lentamente da cavidade uterina para percorrer o caminho universal de toda a humanidade – laçado no caminho, se disse – retardou além do tempo que permitiam suas reservas de oxigênio armazenadas para o percurso de sua viagem inaugural.

Chegou ao mal afamado vale de lágrimas todo roxo, embora vivo, arquejando – num fiapo de vida – que findou

não sobrevivendo. A parteira, que poderia ser qualquer mulher parideira, com experiência própria, do preceito bíblico do **crescei e multiplicai**, que fosse idosa e com prática do riscado, de trazer gente ao mundo – ainda com os dedos sebertos de placenta, folheou o calendário cristão. Era o dia, 26 de setembro de 1865. Foram ali mesmo batizados às pressas, na rede, só com água, como queria São Paulo, contra a Igreja Primitiva, aconselhada por Rabban Gamaliel, que exigia o complicado processo de circuncisão para se tornar cristão, com os nomes dos mártires sírios, Damião e Cosme, pela ordem de chegada ao mundo, solenidade rápida devido ao receio de que nenhum dos dois pudesse resistir aos novos enfrentamentos da vida.

Não sabia ela que o nome de Damião, o deixou estigmatizado pelo resto da vida, por estes dois fatos alheios à sua vontade (coisa de credence do sertão de então): primeiro culpado pela morte do irmão, a quem as beatas da família e as sibilas da vizinhança, passaram a chamá-lo de Caim, (embora tivesse este sido vingado pelo seu crime, por mais de cem vezes), como se as circunstâncias permitissem esperar um irmão pelo outro, para chegarem ao mundo de mãozinhas dadas, de uma só vez, por uma porta que só comportava **one by one**.

Constantemente insultado, à proporção que crescia, Damião, não estava se comportando como devia – no quesito obediência – tampouco no de piedade, respondia aos mais velhos e maltratava os animais, o que lhe valia por estas faltas juvenis receber severos castigos e sem **muquejar**; – (suas mãos tinham mais calos de palmatória do que pelo cabo da enxada) e portanto, não fazia jus ao nome do santo mártir, que como médico de profissão, e juntamente com o irmão Cosme, viviam como pobres praticando uma vida de extrema caridade, a ponto de nada cobrarem das pessoas pobres que

curavam e ainda pagavam dos seus próprios bolsos os remédios que ministravam, além de lhes prestar verdadeira assistência espiritual, sendo suas curas com tanta fé que eram tidas como verdadeiros milagres – tudo em nome de Jesus. Isto ficou gravado no seu consciente para o resto da vida, até a expressão grega **anagiro** – isto é, sem dinheiro, procurava imitar, por entender que tudo que era seu pertenciam aos mais necessitados, aos pobres famintos e miseráveis, como ensina a regra canônica do evangelista Lucas. Nunca aprendeu a conta de dividir o que lhe pertencia por um só.

A Síria de então, estava sob o reinado do sangüinário Imperador Deocleciano (284-305), que ordenou fossem os irmãos barbarizados por decapitação, possivelmente no ano de 287, na cidade de Ciro, na Síria onde repousam os seus restos mortais até hoje, numa basílica a eles consagrada.

A vida de amor aos pobres, aos desvalidos – a cura gratuita de seus males, a retidão de conduta dos gêmeos médicos, e até a castidade – de tanto ouvir falar em casa, ainda adolescente, como exemplo a ser seguido – moldou profundamente a vida do Damião massapeense, mas somente mais tarde – dizia ele – como pedia também, Santo Agostinho: “**Senhor dai-me a castidade, somente mais tarde**” talvez tenham sido vencidos pela tentação irresistível dos demônios especializados no pecado da carne – a luxúria – que acabou mais forte que eles, tornando-os carnes fracas, como todos nós.

Ainda na puberdade, morando com os pais, reagia de maneira quase violenta, quando lhe chamavam pelo apelido de Caim, jogava pedra, obsequiava seus detratores com gestos obscenos, distribuía impropérios, ficava traquino, inquieto, dormia pouco, e quando a pobre mãe reclamava do filho que dormisse – dizia por rebeldia, que tinha toda a eternidade para dormir.

A indisciplina foi num crescente, a tal ponto, que o pai ameaçara, colocá-lo na Marinha de Guerra, para servir como grumete, e depois marinheiro, quem sabe, se conseguisse um dia jurar a bandeira, era um corretivo aterrorizante dos mais severos para a época, só atenuando depois de muita peia, e com da edição do Decreto Federal nº. 6.234 de 14 de novembro de 1906, que proibia o recrutamento, como castigo, de jovens indisciplinados, oriundos de baixas classes sociais (33).

Sempre muito curioso, aprendeu tudo e mais alguma coisa que chegasse ao seu alcance, com uma tia moça velha que lhe ensinou, juntamente com os outros onze irmãos homens e duas irmãs – iguais em número de filhos da família de Jacó – em troca da acolhida na casa do cunhado e da irmã.

Ficou apavorado, com o que lhes contara os marinheiros mercantes, nos poucos momentos que ficava perambulando pelo Cais do Porto de Camocim, quando ainda menino acompanhava o pai, levando tropas de gado e de burros para embarques destinados aos seringais do norte – desde a rebeldia do marinheiro imperial, que inspirou anos depois a revolta da chibata abolida pelo Marechal Hermes da Fonseca em 1910, tendo como protagonista o valente marujo João Cândido, contra os marinheiros fora da linha disciplinar, devido os castigos desumanos, que recebiam dos superiores da armada brasileira.

CAPÍTULO 3

O Fugitivo

Por volta de 1882 – já tinha sido inaugurada, a via férrea ligando Camocim até Sobral, passando pela Vila Verde – na noite anterior, combinara com sua mãe o plano de fuga para a **liberdade** como dizia. Sempre a mãe a socorrer os filhos mais fracos, angustiados ou perseguidos pela má sorte. O plano de fugir escondido num vagão cargueiro, como clandestino até a cidade de Camocim, deu certo, o incerto começava no exato momento de sua chegada àquela orla marítima.

O porto de Camocim era freqüentado constantemente por vapores do Lloyd Brasileiro, da Booth Steamship Company, iates à vela, sumacas, cuteres e bridges – que só perdia, na época em movimento para o de Aracati com quem se rivalizava no Ceará, com linhas regulares para os portos do Sul do País, escalando obrigatoriamente na Capital Federal e sobretudo para os portos amazônicos de Belém e Manaus – nas épocas de estiagens transportavam mais gente que carga, como parte da política federal de solucionar os flagelos das secas no Nordeste.

Escondido por trás de fardos de algodão e de redes de dormir, sacos de cera de carnaúba e caixas de mercadorias gerais, para serem embarcados, enquanto descarregava madeiras, farinha amarela e fardos de pirarucu salgado. Matutando, esperou a mudança de turno dos **catraieiros** para penetrar a bordo, seria uma alternativa, a outra, era copiar as estratégias dos ratos. À noite, quando parasse o movimento de carga e descarga a bordo, subir pelas amarras do vapor nos momentos de maré baixa em que o convés da

embarcação ficava quase rente com o cais – era só pular – quando o moço, vigia de convés estivesse distraído.

Assim planejou, assim executou, pulando a bordo, se escondendo no paiol de mantimentos para garantir-lhe o sustento durante as incertezas da travessia, num momento de calma para consumir seu intento de viajar clandestino, para continuar a fuga planejada, assumindo os riscos – naturalmente – todas as diversidades e conseqüências que as histórias de marinheiros e de pescadores, costumava acrescentar em demasia de enredo e detalhes escabrosos, inclusive a assombrosa história, se descoberto em alto-mar, ter uma pedra amarrada no pescoço e jogado ao mar, para servir de alimento aos peixes.

Damião teve um alívio e ao mesmo tempo um aperto no coração, quando do seu esconderijo ouviu o badalar do sino de proa, sinalizando que a âncora acabava de ser recolhida e as amarras soltas – o monstro de ferro impulsionado pelas hélices – lentamente se deslocava para fora da barra – era como cada fibra de seu coração fosse se soltando ao mesmo tempo, que sangrava de saudades e incertezas que teria de enfrentar sozinho num mundo hostil que nem fazia idéia seu pensamento de matuto, cheio de razão e planos de uma vida melhor, para si e para os seus, como havia solenemente prometido aos seus queridos e temidos pais.

Procurou ficar calmo – se é possível alguém de juízo perfeito pudesse ficar calmo diante de tamanha sinuca de bico – como supremo lenitivo, lembrou-se das orações e recomendações de sua aflita mãe.

No segundo dia de viagem foi descoberto pelo chefe de cozinha encarregado, que também era o responsável por toda a taifa do navio, que ameaçou levá-lo amarrado à presença do Comissário e ao Comandante – depois de receber muitos insultos e até uns tabefes – para quem estava fugindo

para deixar de apanhar – era a suprema humilhação – sem poder esboçar qualquer reação, reconheceu-se vencido e como tal – aí dos vencidos – já tinha ouvido falar – acabaram chegando a um acordo verbal, mas se fosse escrito era como se fosse escrito na água; de fato um contrato de adesão; mais que leonino, chegando mesmo a ursulino, por falta de opção melhor – deveria ficar escondido no paiol e à noite quando todos se recolhessem, usando um gorro que encobrisse o rosto, lavaria todos os pratos, panelas, o chão e as latrinas do vapor. (Poucos vapores naquela época, tinham descargas automáticas.) – em troca de um prato de comida e da não delação da sua clandestinidade a bordo.

O vapor de sua primeira aventura náutica chamava-se Pará aquele mesmo que em 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros em greve, não permitiram o embarque de quatorze escravos vendidos para as lavouras de cana-de-açúcar nas províncias do Sul.

Durante seu retiro forçado no esconderijo do paiol – dias que pareciam não acabar nunca – **mais comprido do que um dia sem pão**, no dizer de Xavier Montepain, procurou ocupar o tempo ocioso, como lenitivo para sua mente em permanente convulsão.

Deparou-se por acaso, com uma caixa aberta contendo livros, talvez, deixados por algum passageiro desleixado que esquecera a bordo, ou alguma biblioteca desativada do vapor, sem nenhuma identificação; que fora recolhido ao paiol do navio esperando reclamação para ser devolvida ao legítimo dono, ou destino a ser dado pelos armadores da embarcação.

O achado involuntário acabou se transformando num precioso tesouro para preencher o tempo do viajante clandestino – continha, vejam! – uma Bíblia Sagrada, edição portuguesa com **imprimatur** e notas explicativas de rodapé, um

exemplar das Horas Marianas, um exemplar da Vida dos Santos, outro, A Imitação de Cristo de Thomas Kempis. Encontrou ainda um exemplar do Dicionário Lelo Universal, diversos folhetins de literatura de cordel, contando histórias religiosas e fantasiosas como os Setes Pares de França, a vida da Princesa Magalona e de Carlos Magno e ainda, livros de história universal e literatura diversas, escritos não só em português como em latim, francês, dentre outros, estes últimos, foram logo, de plano, apartados como imprestáveis para um adolescente matuto desabrochando as primeiras pétalas, de uma flor selvagem para o mundo, com sonhos rumo ao infinito. Ler em português já era saber até demais.

Não deixava de ser verdadeira universidade de conhecimentos inteiramente novos, que somente mais tarde chegou a compreender, que ali estava em resumo toda a cultura de sua época – um doutorado de carregação. Em suma, para quem só estava alfabetizado com a titia, levou algum tempo para assimilar toda a cultura posta ali à sua disposição. De graça ao seu alcance.

Do seu esconderijo, ouvia e acompanhava toda preocupação do atarefado chefe de cozinha com o tratamento de dois doutores que viajavam na melhor classe do vapor, chamou-lhe atenção para a excelência e as regalias com as comidas, com os paladares individualizados de cada um, já que ele clandestino, só comia restos reciclados, que sobrava do almoço, jantava e o que sobrava do jantar almoçava no dia seguinte.

Sem saber o que era mesmo doutor, nem o que eles faziam – pelos salamaleques, chegou a pensar que fossem alguma criatura divina e acabou cobiçando ser um dia chamado de doutor, e por que não? Se querer é poder, já sabia.

Durante dias e dias reuniu todos os livros ao seu dispor que falasse em doutor, a começar pela Bíblia, pelos Douto-

res da Lei, focalizados por Jesus nos Rabinos e Escribas fariseus, a quem chamou de sepulcros caiados, hipócritas. Não gostou, não era possível, alguma pessoa com este comportamento ser seu companheiro de viagem, rumo ao Norte do País.

Leu ainda sobre os Doutores da Igreja, uma minoria de no máximo trinta e três iluminados. Impossível. Muitas exigências, tinha que ser santo mesmo, e ainda se perguntou, será que viaja neste vapor um santo com destino ao Amazonas – só se fosse para a catequese dos índios selvagens.

Nas suas pesquisas encontrou ainda a menção de um Alvará Régio, editado por D. Maria, a Pia de Portugal, mas só contemplava como doutor os formados em Direito – mas como estudar em Coimbra – impossível – embora o título fosse tentador: *Doctor Legum, resquícios da Universidade de Bolonha, na Itália*.

No Brasil, demorou-se na leitura do Decreto Imperial de 1º de agosto de 1827, que criou os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, com Faculdades de Olinda e São Paulo, mesmo assim exigia-se, ginásio, científico, clássico e até o de contador servia para ingressar em tais cursos.

Foi quando partiu de seu lóbulo que armazena a razão e o senso, um tranco nos freios.

– Tome tendo e voe baixo, cabra! Suas asas são como as de Ícaro, coladas com cera e quanto mais alto voar perto do Sol, vai acabar se derretendo, descerá de cambulhada, desgovernado ameaçado de cair numa pirâmide descomunal com morte certa e aí ficaria plantado somente nos pés de barro. Quase chorou de desgosto de ver mais um dos seus primeiros sonhos se transformar em pesadelo.

Passou dias pensando, na miséria de ser pobre – que até em pensar era limitado – para reagir como um gigante, com base em suas leituras, concluir como consolo: *Só os*

pobres possuirão a Deus, dizia o Evangelho, acrescentando, nenhuma força material poderia superar o reduto de liberdade de um coração livre. Haveria de ter um jeito – um jeitinho – mesmo que fosse importado da cultura portuguesa, que estava se aclimatando tão bem no Brasil; para ser chamado e ter as regalias de doutor.

Acabou por encontrar uma maneira mais simples, muito trabalhosa também, mas inteiramente ao seu alcance de modo a simplificar toda essa canseira de estudar – **ganhar dinheiro** – de preferência muito, de acordo com o montante, imaginava poderes para comprar até um Bispo, se tivesse algum à venda.

Quase três meses de viagem, parando em tudo que era porto do Rio Amazonas especialmente os de Santarém, Parintins, Itacoatiara, Óbidos e Breves. Finalmente o vapor Pará, aportou em Manaus. – O malandro do taifeiro, que tinha usufruído dos serviços de Damião em troca do compromisso de não entregá-lo ao Comandante; – descumpriu o trato. O que prova a volubilidade de certos marinheiros com os compromissos assumidos – parecerem mesmo compromissos fixados com **cola de maresia**, como bem diz a canção popular. Foi entregue à Capitania dos Portos, e detido por não ter dinheiro para indenizar a passagem, até Manaus, que custava Rs. 216\$000 na ré, um luxo e no Convés pendurados em redes somente Rs. 56\$800.

Antes de ser preso implorou ao Comissário do vapor Pará, para ficar com alguns livros, inclusive a Bíblia e o dicionário Lello Universal – era um modo cristão de contribuir para a sua reeducação social – assim ele alegara.

Dois dias depois foi solto, nas docas administradas pela **Manaós Habour Ltda.** era assim o nome que se grafava a palavra Manaus, no fim do Século XIX. Com uma pequena trouxa contendo livros e poucas mudas de roupas. Capital

inicial que se ajuntava a uma força de vontade de gigante, para vencer todos os obstáculos, que se antepusesse contra a realização dos seus sonhos.

Nos primeiros dias em terra firme, sentiu a diferença do clima, agora mais perto da linha do equador, ficou extasiado, com tanta água doce, não só as que corriam nos rios amazônicos, como da pontualidade e da regularidade das chuvas – às tardes, observou, se quisesse, poderia até acertar o relógio, se tivesse, com os primeiros pingos – mas o que não dava nem para comparar, sem chorar, era a avareza de águas no Nordeste com o desperdício perdulário do precioso líquido, que a mãe natureza despejava na região Norte do País.

Acabou vivendo por algum tempo, de gorjetas que recebia em troca de pequenos serviços avulsos de mandados prestados a tripulantes e passageiros dos navios gaiolas de navegação fluvial, pertencentes à companhia **Amazon Rive**, que explorava a navegação do Alto e do Baixo Amazonas, atracados no cais do porto de Manaus, pela venda de pássaros exóticos e de pequenos animais selvagens, que intermediava, visando receber algum dinheiro para sobreviver.

Começou a observar as manobras e os serviços dos moços de convés e dos marinheiros de gola, que usavam uma espécie de boné chamado caxangá – tempos depois acabou embarcado – chegou a Mestre de Arrais sem carta de habilitação – somente na coragem e na raça, como costumava dizer.

Dominou logo os segredos da navegação ribeirinha – em seguida – o próximo passo, vincular-se a uma das **casas de aviamento**, (34) – foi piloto de um regatão dos pequenos, movido a **faías** (35), e nas passagens de vau, entrava em ação o famoso **varejão** (36), navegando ao longo dos rios rumo à Boca do Acre, na época, em guerra não declarada

com os índios e quase índios bolivianos, enfrentando todas as intempéries de um clima úmido, doentio, enfermo e maleitoso.

Nas idas e vindas entre Manaus e o seringal na Boca do Acre, passava sempre ao largo da pequena ilha fluvial chamada da **consciência**, que se dizia parada obrigatória para muitos aventureiros – na ida para deixar ali sua própria consciência e na volta do Acre para apanhá-la. Como Damião nunca estivera com sua consciência à venda, desde pequeno, quando começou a ter uso da razão, em que a retidão de caráter e de conduta aprendeu cedo em casa e à custa de peia, de modo que era uma preocupação a menos passar pela afamada ilha da consciência.

Em pleno **ciclo de ouro da borracha**, Damião em pouco tempo conseguiu amearhar o seu próprio capital de giro e crédito, para comprar estivas, mantimentos, armamentos e munições para abastecer um seringal.

Já não era mais chamado de **brabo**.

Resolveu bancar seu próprio negócio de extração da borracha – arrendara um seringal que nas cheias parecia mais um ipu cercado de paranás, para qualquer lado que se olhasse. Pertencia a um judeu turco que morava em Belém, que nunca aparecia nas terras arrendadas, tampouco em Manaus, que somente tempos depois veio a saber, a razão deste seu distanciamento da propriedade, que dizia lhe pertencer.

Acostou-se a uma casa exportadora estrangeira, representada por um grandalhão louro, de nome **Andersen**, que dava nome à firma, assinando um contrato tripartite, com uma cláusula principal, que dizia: **pay as you go**, ou seja produzindo e pagando, que no seu caso era recebendo: na primeira estipulava a exclusividade da compra de todo o caucho colhido no seringal pela Casa Exportadora; a segunda

garantia ao judeu turco Nagib, que se dizia proprietário das terras do seringal o desconto de dez por cento, ao pé da fatura, a título de arrendamento, e finalmente a terceira, firmando que os pagamentos dos saldos eram feitos **cash**, que por exigências dos pactuantes, constava logo em seguida, a tradução no vernáculo da região, como **pei-buf**, ou seja, caucho para lá, dinheiro para cá. Nas quantias mais vultosas poderiam ser pagas mediante uma Letra de Câmbio, sacada à vista contra o London Bank, cujos saldos acabavam em espécie, no fundo do seu tesouro particular, – a **igaçaba**.

Nagib, mais turco que judeu, alegava que comprara tal seringal, sem nenhuma fraude, muito embora se soubesse que o antigo proprietário, fora emboscado numa curva de rio, onde o corpo apareceu boiando, todo crivado de balas, e nos buracos das balas, entupidos de flechas envenenadas, para simular chacina dos índios bolivianos.

Por este motivo, ninguém queria morar nem trabalhar num lugar que ficou conhecido como mal-assombrado, às noites de lua cheia, se dizia que o morto aparecia para apertar as gargantas dos que ali por acaso estivessem. Daí a facilidade para o arrendamento do seringal rejeitado por todos.

Quando a viúva e os herdeiros menores procuraram inventariar a posse das terras, apareceu uma escritura de posse registrada, com data anterior ao óbito. O novo comprador foi jurado de morte pelos herdeiros – que ficaram na miséria – mas diziam abertamente, se lá aparecesse teria morte certa. Este foi o verdadeiro motivo da ausência do novo comprador.

Nagib, negava de pés juntos sua participação em qualquer morte ou fraude cartorial e jurara como judeu que se dizia, tinha feito até voto de **nazireu**, purificando-se no sangue de três ovelhas, como atestado de bom judeu e leal filho de Abraão.

Ser proprietário de um Cartório de uso vitalício, na jurisdição do Alto Amazonas e contando com a polícia era mais cobiçado naquela época do que ser deputado estadual, vereador ou mesmo deputado federal, com poderes limitados. Ganhava mais.

Impaludismo teve uma só vez, quando chegou e continuou com seqüela, para o resto da vida – de febre amarela, fora hospedeiro do demoníaco vírus chamado *flavivirus*, transmitidos pelos primatas não-humanos que habitam as florestas tropicais, com febre intermitente e tremedeira, que nunca cessaram completamente. Só melhorou mesmo quando voltou para sua terra natal.

Sabia que se demorasse mais na selva acabaria como os outros arigós, só a casca, miolo todo bichado, literalmente, que no dizer dos matutos, nada sobraria: **da fuçura, só escaparia mesmo a língua e os calcanhares**. Chegou aos seringais da Boca do Acre já de costas, pensando voltar o mais breve possível, por isto tinha de ganhar dinheiro rápido se não quisesse ficar sepultado maleitoso na lama escura dos pantanais e igarapés.

Ganhou dinheiro e poupou, fazendo sacrifício de consumo no momento para garantir uma satisfação na velhice mais tranqüila, que no dizer do Evangelista Lucas, sofreu privações. (37) De início, como empreendedor, intermediando casas de aviamentos num verdadeiro escambo de mercadorias manufaturadas por látex das seringueiras, ainda por colher no futuro, ou seja, comprar na folha, que no caso era no tronco, como fazia os comerciantes mascates, turcos e judeus, vindos do Marrocos.

A cada viagem o pouco que lhe sobrava de saldo, conforme contrato, entesourava num pote grande, forrado com folhas secas e jornais velhos – daquele como urna funerária – que o costume indígena usava para enterrar seus mortos,

conhecidas no Ceará como *igaçaba*, (38) colocando numa cova funda, camuflada com um estrado de ripas – escavada ao pé de uma frondosa sumaúma, numa palhoça rude de índios nômades, chamada de *tapiri*, por ele mesmo construída, às margens de um igarapé, num bairro pobre de Manaus, próximo à Igreja do Pobre Diabo.

Damião aparelhou-se cedo para a vida – por ele mesmo, autodidata – para enfrentar quaisquer obstáculos e desafios a vencer com bravura, só não sabia como reconheceu depois Nelson Mandala de maneira lapidar: **Depois de escalar um grande morro, aí então descobrimos que há muitos outros a escalar**.

Procurou entender todos os segredos, mistérios e lendas do grande rio-mar, muitos deles – bem antigos – do tempo em que o Rio Amazonas, corria para o oeste, para desembocar no Oceano Pacífico, que depois de bloqueado por uma erupção vulcânica nos Andes peruanos, passou a correr para o leste, desembocando no Atlântico até hoje.

Respeitar as leis e os costumes dos povos da floresta, desde os *curupiras*, aqueles de pés virados e *mapinguaris*, até os outros deuses menos cotados, era outra preocupação de Damião, afinal estava ele um civilizado a penetrar num santuário natural onde a felicidade estava ali despejada e à disposição de todos que quisessem obedecer e cumprir suas regras elementares de direito natural, adaptando-se às conveniências locais e respeitando a preservação da fauna e da flora.

Tinha por profissão ser liberto, totalmente livre e uma filantropia sem limite. Era vidente, tinha um quase privilégio de uma pequena elite de criaturas de se comunicar pelo sistema de *ultra-som*, como os morcegos, golfinhos e alguns sapos e como protetores, uma miríade de anjos que diferentemente do anjo do poeta Carlos Drummond de

Andrade que era *gauche* ou torto segundo ele mesmo, os de Damião eram *droits*, por um conceito bastante simples e prático, pobre e sem pistolão, não pode ficar à toa na vida imitando *bestagem* de quem não tem nenhum compromisso na vida a não ser com o seu próprio umbigo.

Vencer desafios era sua especialidade, só não sabia que era preciso *matar um dragão*, quase diariamente ou escalar outros morros cada vez maiores – não podia confiar em ninguém, muito menos nos ermos das florestas do Acre – ficou só, celibatário por opção.

Em plena mocidade, para vencer a solidão acabou por se deitar com algumas índias mais velhas, de propósito escolhidas, para ficar bem longe das menarcas das jovens reprodutoras, de modo a não procriar, e a não culpar os inocentes botos pelas crianças nascidas de conúbios clandestinos celebrados pelos humanos nas beiradas dos rios amazônicos, e também para não cometer pecado de *Onã*. Até os chás de *miratã e muirapurama* e a infusão de *xixuá* deixou de tomar para não aticar as carnes mortas, que se diziam na selva serem *AFLÔR de ZÍACO*, como era de seu desejo esquecer e poder dizer como Brás Cubas anos seguintes, depois de ler Machado de Assis –, *não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria*. (39)

– Pura bobagem de pessimistas, reconheceu depois; a espécie humana ao nascer, no dia seguinte já começa a morrer, basta respirar que o oxigênio se encarrega de fabricar seus radicais livres e a única maneira de se imortalizar é deixar filhos com o seu DNA, espalhados pelo mundo, antes do envelhecimento inexorável. Nisto a natureza é por demais sábia instigando o homem e a mulher com uma dose extra do hormônio ocitocina, dando-lhes em recompensa de todas as dores e sofrimentos o infinito prazer enquanto dure – o orgasmo.

Talvez as bactérias se falassem, diriam que, por serem assexuadas, teriam o privilégio dentre os seres vivos, da quase imortalidade, desde que não falte alimento e ambiente adequado para a sua multiplicação, sem envelhecer, se perpetuar partindo-se, através dos tempos.

Mesmo assim, viveu atormentado pelo resto da vida por este pecado da juventude por ter violado o voto de castidade, o mais doloroso de todos os votos, segundo o próprio Abade Pierre confessou muito depois, por obrigar a renunciar à ternura de uma mulher.

Só de pensar, o feria como acicate, sangrando a própria alma, disto sabia o quanto doía, ao ler a vida de Saul Tarshish, quando se deitou com a escrava Darcyl, que acabou, sem querer, gerando um filho de nome Boreas e a vida do Padre Antonio Vivaldi, expressão maior da música barroca do seu tempo, quando organizou um coral de moças enfeitadas nas rodas, depois de nove meses de cada Carnaval de Máscaras de Veneza, chegando a ser excomungado pela Igreja Católica, as provas materiais dos seus pecados diante dos homens, porque diante de Deus que tudo vê, bastava o peso de consciência de Saul, Vivaldi, Pierre e Damião para condena-los à excomunhão.

Não deixou de ser uma terrível provação de Deus imposta ao advogado de dupla nacionalidade: romana e judaica, especialista não só da Lei Mosaica como da Lei Romana, dileto discípulo do famoso *Nasi*, Rabban Gamaliel – moderado, que muito contribuiu ensinando também a São Pedro, São Lucas e a outros apóstolos da Igreja Primitiva, acabou sendo chamado de Paulo de Tasso, e finalmente, Santo, um dos pilares do cristianismo, de cujas cartas Damião lia e relia todos os dias. (40), qualificado por Santo Agostinho – *o leão de Deus*.

Damião ao longo dos sofrimentos pela selva amazônica, começou a vivenciar coisas, como a vida além da vida –

e, se é verdade quando se dorme nossa alma se desprende do corpo e se volatiliza por lugares junto a entes queridos – deste modo lhe aconteceu estar algumas vezes na velha casa alpendrada, prestes a ser tragada pelas águas do futuro açude Acaraú-Mirim, localizada perto do Morro da Cruz pertencente ao mesmo complexo da Várzea da Cruz e de montanha – para ele, sagrada – mas ainda em crescimento, é bem verdade – que seria o Serrote do Madeira – candidato à serra para chegar um dia ao status de montanha.

Pensando bem ele poderia até estar com a razão – basta a observação de qualquer leigo para as formas pontiagudas do serrote para se imaginar “criança”, em fase de desenvolvimento, para chegar do tamanho de outras avós serranas mais velhas do Ceará, como a de Meruoca, Aratanha e de Baturité, com mais de 40 milhões de anos, para mais uma vez se confirmar ser o Serrote do Madeira, um “bebê de serra”.

Os perigos do orco da selva eram constantes, não só de bichos, doenças, e o mais terrível deles – *a inveja* – eleita por todos os credos como o sexto pecado capital. Capital de cabeça – por originar outros pecados maiores – dos índios bolivianos, dentre outros, o da etnia *aymará*, terríveis mascadores de coca, ou na língua local, *acullicu*, e outras ervas alucinógenas – que constantemente invadiam as linhas divisórias dos dois países.

– Afinal o Acre já lhes pertencera por longos anos, e reconhecido até pela chancelaria do nosso Governo Imperial, pelo Tratado Ayacucho de 1867, em que o Governo Imperial amarelou feio, reconhecendo direito boliviano de posse de uma área de terra devoluta – de ninguém – quando a Bolívia era governada pelo General Mariano Melgarejo (1864-1871) talvez para escapar do vexame por que passou o Chanceler inglês que foi obrigado a ficar pelado e montar

um burrico pelas ruas de La Paz, para divertimento dos bolivianos, por ter se recusado a beijar o traseiro da amante do general. No desespero, a toda-poderosa Rainha Victória, da velha Albion, que com indignação riscou a Bolívia do Mapa do Mundo, que afinal, de nada adiantou para um país sem mar, e longe das canhoneiras dos seus navios de guerra, conforme anotações do bem informado jornalista investigativo Elio Gaspari. (41)

O Governo Imperial e até os primeiros anos da nova República com o Presidente Campos Sales (1898-1902), no governo, desconheciam a força indomável dos *paroaras e dos arigós* de Massapê, do Nordeste e dos acreanos natos, que para não morrer de fome fizeram a corrida do ouro transformado em látex de modo a abastecer de pneumáticos a promissora revolução industrial mundial dos automóveis.

Damião exultou, com o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, quando, já no Ceará soube que o Acre retornou, oficialmente ao Brasil, pela segunda vez – incorporando-se ao território nacional definitivamente, depois, de se pagar na época a fábula de £2.000.000, de Libras ouro, ao governo boliviano pela compra do Acre, mais £110 mil Libras Esterlinas ao Bolivian Syndicate de Nova York, para desistir do contrato assinado com os bolivianos, além do compromisso da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, e da cessão à Bolívia, de um pedaço de terras do Mato Grosso, que foi cumprido na sua integralidade, como acordado no Tratado de Petrópolis, graças à habilidade do Chanceler Barão do Rio Branco, no governo de Rodrigues Alves.

– Comprou-se aquilo que já era território brasileiro, conquistado pelos incontáveis Damiões nordestinos e acreanos natos, que derramaram seu sangue pelo Acre. Assim mesmo, o Senhor Evo Morales, índio boliviano cocaleiro, hoje no poder, “disse que o Brasil trocou o Acre por um cavalo”.

Faltou um Chanceler do porte e estatura moral de um Rio Branco no Itamaraty para repetir o que ele mesmo fizera em 1903, quando o presidente da Bolívia, ameaçou retomar o Acre pela força, com ele Pando no comando de sua força militar, no estilo trator, disse no mesmo tom: ***O Sr. Presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando com tropas para o norte. Nós negociaremos também fazendo adiantar forças para o sul.*** (42) Quando viu que sua Capital corria perigo, ficou mais fácil o diálogo, embora fosse um diálogo de bruto, pouco diplomático, mas foi a única maneira de se tornar ouvido, por um interlocutor bronco.

Isto é no que dá – cem anos depois – diria Damião – negociar com um silvícola mal assessorado, violando contratos e a confiscar bens de terceiro sem a devida e prévia indenização – como consta de sua própria Constituição, que ele, por ignorância e de assessores mal informados ignoram, por conveniência própria.

Mesmo assim, fatos como estes ainda hoje acontecem; não foram totalmente assimilados por todos os índios bolivianos aculturados e, seus descendentes residentes na região amazônica com o nome de ***chiquitanos***, que tudo fazia e fazem para impor prejuízos e furtos das colheitas de borracha, extração de madeiras, e minerais pertencentes aos brasileiros.

Neste estado constante de guerra, a pressão dos ex-donos das terras aumentava à proporção que o preço da borracha dobrava nas Bolsas de Mercadorias mundiais.

Damião tivera premonição e o guia da mão de Deus, daí se dizer vidente, depois de vários dias sendo espionado, quando cada vez mais, se acautelou – às noites acomodava-se num ***jiquiri*** (43) que subia sem nenhum jau, só com uma rudimentar escada de corda tipo quebra joelhos, com um rifle 44 automático, papo-amarelo, muita munição e víveres suficientes para uma longa temporada.

Não deu outra, certa noite enluarada, aportou num barco no seu barracão sob palafitas, na beira do seu igarapé com três índios bolivianos, com pouca aparência de gente; mais parecidos com os povos primitivos chamados de ***omaguas***, daqueles com um elo a menos da escala evolutiva, dentre os hominídeos civilizados, guiados por outro da etnia ***caxinauá*** da região, atacaram por todos os lados do barracão, com balas e flechas com as pontas embebidas em curare, dardos e zarabatanas – igualmente envenenados – numa verdadeira tempestade de balas, de modo a aterrorizar e levar pânico aos moradores do local.

Terminada a fuzilaria e como não tivesse havido reação alguma, calcularam os invasores – e calcularam mal – haver os moradores do lugar morrido ou fugido para o mato adentro, aterrorizados. As formigas não sabiam as folhas que estavam a cortar, tampouco respeitaram a sua origem – e se deram mal – foram logo furtando tudo de mercadoria estocada e de fardos de borracha prontos para exportação – Damião prendeu a respiração e na aflição recitou o Salmo 90 e invocou o Anjo São Miguel, como fazia os judeus nas preparações de guerra para revidar ataques. Do alto do ***jiquiri***, fechou um olho, mirou por entre as folhas e ***zás!*** a cada um, no exato momento que faziam a baldeação dos seus pertences para a embarcação pirata.

Ficaram apavorados e na proporção que iam caindo atordoados, sem saber de onde vinham os tiros, com o peso do corpo e do fardo de látex iam afundando no piso de ***paxiúba*** do barracão, imobilizando o flagrante criminoso, até serem socorridos.

Não escapou nenhum com vida.

Logo depois apareceram os receptadores com a polícia, a mando de um Coronel Seringalista interessado em eliminar um valente concorrente na região de seus mandos,

com uma força policial para proteger – no caso aos malfeitores. Damião só teve tempo de pedir a um seu trabalhador amigo, para tomar conta de suas coisas – foi preso, algemado de cordas e encaminhado ao Juiz da próxima cidadezinha de Sena Madureira, que jurisdicionava o local, onde foi pronunciado pelos quatro crimes de homicídios.

CAPÍTULO 4

Do Julgamento

Sena Madureira, no Alto Purus, onde deveria ser realizado o julgamento não tinha Advogado residente, na época e, para contratar um, teria de vir de Manaus, com dois meses de navegação – a peso de ouro – só tinha um rábula residente na cidade, cujos serviços sofria quase um leilão, entre os interessados no caso, que em várias ocasiões recebia honorários dos dois lados, em prejuízo naturalmente do pobre réu, e nos casos em que envolvesse dinheiro em espécie, dar-lhe uma procuração com poderes de receber e dar quitação, já estava perdido ou para a parte contrária, ou para o próprio rábula.

Damião sabendo disto, se dispõe ele mesmo a arcar com ônus da sua própria defesa, suplicou a Deus que o iluminasse na condução do processo criminal em que figurava como réu e atendesse suas preces por intermédio de Santo Ivo, Padroeiro dos Advogados, tido e sabido como Advogado dos Pobres, com o mesmo entusiasmo de quando exercia a profissão, antes de se tornar santo e do seu anjo da guarda – que já quer dizer enviado de Deus – e agora supremo guardião, chamado, **Vesahiah**, favorito quando se pensa em justiça, em verdade e em liberdade. (44)

Na primeira audiência, a pergunta clássica, como intimação pessoal, herdada ainda do tempo do julgamento de Adão, quando o Senhor perguntou, **ADÃO QUE FIZES-TE?** (45) Ao contrário deste, que procurou se esconder porque estava nu e a partir de então, deixou de ser inocente por desobediência a Deus. Damião foi mais direto e respondeu

que nada tivera feito que desobedecesse à *lei de Deus, ou à lei dos homens – tampouco a lei natural*.

– Como assim! O Senhor está sendo acusado neste processo – apontando com o indicador, para o calhamaço do inquérito policial –, *capeado pela denúncia, de ter assassinado quatro pessoas*.

O espanto foi ainda maior! – ***Espere, Senhor Juiz – está Vossa Excelência contando com os três bolivianos?***

– Acrescentando, por acaso os generais brasileiros, responsáveis por memoráveis batalhas de Tuiuti, Itororó, Avaí, Humaitá, Corrientes e outras igualmente aguerridas, contra os paraguaios, (1865-1870), travadas um pouco além destas fronteiras – em que morreram mais de seiscentas mil pessoas, sem contar os trezentos e cinquenta mil brasileiros e ainda foram chamados de heróis (46) – foram eles acusados, por acaso, de algum crime de morte?

– Contra o invasor não cabe legítima defesa e a repressão com a mesma força ou maior de modo a neutralizá-la, não é assim que está escrito?

Foi isto o que aconteceu.

Esclarecendo, o conflito do Acre é bem mais grave – respondeu de maneira altaneira como quem tivesse razão – aqui o Governo Imperial e o Presidente Campos Sales já na República foram lenientes com os bolivianos, dando-lhes o Acre, em prejuízo da posse já assegurada pelos brasileiros nordestinos, legítima no meu entender, por se tratar de uma terra de fronteira, devoluta, desabitada, sem nenhuma benfeitoria, não demarcada e portanto, de ninguém, durante os mais recuados tempos imemoriáveis, consolidadas pelas presenças constantes de lutas de cearenses, nordestinos e acreanos. Vivemos em estado de guerra há bastante tempo e sem ajuda dos poderes constituídos do meu País. Cada um se defendendo como pode. O que foi feito, é o que todos os brasileiros deveriam fazer para se defender.

Em qualquer código que se abra, seja divino, humano ou natural, me dará o direito de defesa ampla não só de minha vida, da minha honra, como também dos meus bens – declarou. Requerendo que constasse dos autos, estas alegações como preliminares.

As balas desviadas pela mão de Deus, foram acionadas por quatro bandidos criminosos contra um só – foi um assalto premeditado – e de absoluto azar dos atacantes, hoje poderia estar morto pelo crime de latrocínio e de vários outros que seriam consumados, naturalmente ficariam sem nenhuma penalidade, num péssimo precedente para as gerações indígenas brasileiras e bolivianas futuras.

O desabafo foi resumido e constou de poucas linhas do termo de audiência anotado pelo Escrivão do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Sena Madureira, do futuro Território Federal do Acre, depois Estado, com a Capital chamada de Penápolis e hoje Rio Branco.

Indagado se queria um defensor dativo – respondeu que não: Desejo eu mesmo fazer minha defesa – ninguém ali naquele momento lhe merecia confiança pela sua liberdade, que tinha como vocação e tanto prezava, desde quando começou a entender o mundo e suas complicações econômicas e sociais, criadas pelo próprio homem civilizado.

Na prisão, apresentou-se como voluntário, para trabalhar nos piores e degradantes serviços, como esvaziar latrinas e despejar os dejetos no igarapé que corria próximo à penitenciária, já de cálculo, um dia fugir para ver e liquidar seus negócios em andamento no barracão de sua propriedade.

Meses depois, na sua última viagem, já quase noite, depois de esvaziar a cuba de despejos e colocados em dois baldes cheios de porcarias sanitárias, pendurados num cambão sobre os ombros, tibungou no igarapé infestado de

bichos com **designers** de milhares de anos conservados ali no seu **habitat** ideal para viver e se reproduzir como: jacarés, piranhas, cobras peçonhentas, (as mais temidas eram a surucucu-bico-de-jaca, e a sucuri por seu porte avantajado, a segunda maior cobra do mundo), cruéis sulevas, piuns, sem contar a nuvem de carapanãs nos lombos, que apesar dos tiros dos vigilantes do presídio, ficou enterrado na lama tal qual a arraia a despistar dos predadores, e já quase sem fôlego, depois de algum tempo, subiu de mansinho sob a proteção de uma folha de vitória-régia, que a suspendeu um pouco, de modo a conseguir um tiquinho de ar vital para continuar vivendo.

Só não sabia até então é que a floresta amazônica, contabilizava como patrimônio um terço de toda biodiversidade do planeta e com 70% da fauna e flora ainda pagãs, por falta de batismo de nomes científicos.

Perdido no meio da imensidão da selva equatorial, como terras do sem-fim, noite breu, ficou inteiramente desorientado como um naufrago saído de uma tempestade, nem a direção do Sol descobrira a princípio – do outro lado da margem – exausto pelo esforço descomunal, sentou-se, respirou profundamente, rezou baixinho, afinal, orar alimenta a alma, já que faz suportar, atenuando as próprias dores do corpo, invocando seus anjos e santos, recomendados pela sua santa mãe.

Acalmou-se um pouco, mas sabia que pelas águas dos rios e igarapés seria caçado como bicho e se descoberto sua vida pouco valia.

Pela floresta fechada, muito aquém dos rios Purus e Abunã, como se orientar, a não ser pelo Sol, passou mais de uma semana comendo frutas, mel silvestre, o único alimento que não apodrece e **turu** (47) e bebendo água pura, filtrada, extraída de um cipó chamado **unha de gato**, até encontrar uma pequena **igara** abandonada pelos índios, cheia d'água,

conseguiu esvaziá-la, ao mesmo tempo, que urdiu um grande **japá** (48), sob o qual conseguiu camuflagem e deixou-se deslizar pela fraca correnteza, manobrando aqui e acolá com um pequeno **varejão**, até se afastar o mais possível das áreas de maior perigo.

Mais duas semanas caminhando pela mata, encontrou até uma família de macacos de barbas, com a cauda de espanador, de nome **cuxiús**, num barulho de ensurdecer fugindo pelas copas das árvores, todos fazendo xixi ao mesmo tempo para demarcar o local de perigo com predador à vista; mais dois dias perdido, divisou as primeiras seringueiras com sua marca e com as canecas ainda penduradas, cheias de látex, esperando alguém para colhê-las, encheu os olhos de lágrimas, refletindo o que fazer doravante.

Precisava apurar tudo que o seu esforço amalhara e voltar imediatamente para sua terra.

Na noite seguinte, finalmente aportou no que era seu, encontrou ainda o fiel vigia, caboclo de nome Chico Bacurau, temperado na selva, compadre e procurador agora nomeado, que atordoado, no escuro já lhe apontara o rifle em sua direção, que ao reconhecer o patrão se abraçaram e choraram juntos. Não podia demorar muito, porquanto de quando em vez a polícia, os capangas de seringalistas adversos e seus inimigos bolivianos apareciam, espionando algum movimento na esperança de encontrar Damião para matá-lo.

Na mesma noite deu as ordens de vender, liquidar tudo, escreveu algumas cartas para serem entregues ao seu correspondente da casa de aviamento em Manaus, afirmando que só demorava a conclusão do processo, para receber os saldos que lhe era devido.

Escondido sob o **japá**, deslizou mansamente de retorno, ficando à deriva na correnteza a favor do rio, usando o

varejão, de modo a centralizar o rumo para se entregar na penitenciária de onde fugira.

À apresentação, calculou bem na hora em que o fórum estivesse aberto e na presença do Senhor Juiz, com medo de ser morto, supliciado a golpes de terçado ou de **cipó-umbigo-de-boi** em represália pela fuga.

Solicitou ao Meritíssimo como defensor em causa própria, que constasse por termo sua apresentação espontânea, e no ensejo apresentando o rol de testemunhas de defesa, dentre eles incluía dois heróis cearenses: primeiro, Domingos Braga, morto na sua terra natal em consequência de ferimentos à bala e de malária em abril de 1902, seqüelas ainda das batalhas que participou, de início, comandadas pelo aventureiro espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias, querendo fundar em plena floresta tropical a utópica República Independente no Acre.

Nos combates dizimou várias tropas de soldados bolivianos guiados pelos sangüinários índios movidos à coca e depois se incorporou às forças de paroaras e arigós do gaúcho José Plácido de Castro, conquistador definitivamente do Acre para o Brasil.

Como segunda testemunha convocou, outro massa-peense de peso, Alexandre Oliveira Lima, que assinava Lixandre Liveira Lima, mais conhecido por suas façanhas, por **Barão da Boca do Acre**. No que foi atendido – em seguida foi acorrentado e recolhido a uma cela de segurança máxima, cortado de todas as regalias até então, às duras penas conquistadas.

Meses depois, no júri sua defesa foi brilhante, prevalecendo a tese de legítima defesa da vida, do patrimônio, e da defesa do território brasileiro, teses que sensibilizaram os jurados, de modo que fora absolvido por unanimidade – sem recurso da promotoria – decorrido o prazo regulamentar recebeu o alvará de soltura.

Damião experimentava assim pela primeira vez em sua vida a preamar de acontecimentos favoráveis, como rábula, um ganho em causa própria, a representar a liberdade e a própria vida e por isto acabou por abrir um largo sorriso que é universal para comemorar qualquer vitória, tanto no sertão, na selva ou na cidade.

Terminada uma tormenta, seguia-se outra igualmente grave ou outros morros a escalar; como chegar a Manaus, acompanhado do seu fiel procurador, para receber também os que lhes eram devidos, incluindo os saldos dos outros trabalhadores, em poder da casa exportadora com quem tinha vínculo contratual de fornecimento exclusivo – rescindir o contrato por justa causa – esvaziar o pote de dinheiro enterrado perto da Igreja do Pobre Diabo – e embarcar de volta a Massapê sem ser morto e roubado no que amalhara, com tantos sofrimentos, por quase meia vida de penúria e privações, além de padecer das mais terríveis seqüelas de impaludismo e outras doenças tropicais, típicas da hileia amazônica. Saldo grande em poder de seringalista na época; tentar recebê-lo era morte certa.

Amoedado tudo e pagos os saldos, sobrou-lhe quase nada por tanto sofrimento – cinquenta contos de reis – levou-os escondido a um Banco, como toda a sua fortuna e ficou por algum tempo como biscateiro pelo cais de Manaus, filando pratos de comida para dar idéia que estava sem dinheiro, conversando e respondendo as mais esquisitas indagações sobre sua vida, seu dinheiro; foi preciso trabalhar por algum tempo como marinheiro de gola e caxangá, nos convés de iates e gaiolas que faziam as rotas ribeirinhas até despistar que estava realmente sem dinheiro algum.

Na prestação de contas as somas de seus créditos eram infinitamente bem maiores – acumulados por mais de ano, tempo em que durou sua prisão – mas depois que a Casa

Exportadora, fora deduzindo as contribuições legais e ilegais, como contribuinte substituto responsável, para depois recolher as diversas rubricas aos poderes constituídos ou quase constituídos; primeiro, os Impostos criados por Galvez, a título de Contribuição Patriótica. Na **pessoa física**, per capita de Rs. 10\$000 para cada seringueiro que trabalhasse no seu seringal e Rs 510\$000 para cada seringalista, e na **pessoa jurídica**, mais dez por cento **ad valorem**, sobre a soma final da fatura, de modo a contornar o boicote do aventureiro espanhol, que dizia, se não pagassem tais tributos, não desceria uma só **pela**, até Manaus.

Depois vieram os descontos tributários, para a União Federal, para o Estado do Amazonas e finalmente para os bolivianos de **Puerto Alonso e Mariscal Sucre**, a título compensatório de coexistência pacífica de extração do látex em área que pelo Tratado de Ayacucho (1867); território que de direito lhes pertencia, mas como não tinham acesso para o mar, pesava bastante na hora de invadir os seringais do Acre que só ocorreria caso fosse suspenso o pagamento do disfarçado imposto. Ameaçavam.

Nos descontos contratuais incluíam-se ainda os dez por cento do arrendamento das terras do turco judeu Nagib e mais os saldos devedores de adiantamento pelos mantimentos fornecidos, desta matemática financeira de somenos restaram míseros dez contos de reis para Damião, que adicionados às reservas da **igaçaba**, é que alcançava os cinqüentas contos, saldo de toda sua aventura amazônica, além de um montão de doenças endêmicas contraídas.

Chico Bacurau ao saber dos resultados da prestação de contas que a tudo assistiu, depois de receber o pouco que era seu e dos outros seringueiros e recordar tantos esforços e sofrimentos, balançou a cabeça, numa expressão de tristeza e desabafou: – Compadre Damião, isto aqui já foi

melhor, é muito **olho grande na borracha**, quase não sobra nada para quem trabalha, restando somente as doenças, fome e misérias da floresta, só falta mesmo os gringos mudarem as seringueiras para outros lugares da terra, levarem também as nossas cobiçadas flores e insetos e tomarem de conta do nosso Sol tropical.

Profecia macabra que acabou acontecendo a primeira, a pretexto de pesquisar em estufas o crescimento mais rápido das seringueiras, acabou povoando áreas úmidas da Malásia, à revelia do governo brasileiro, que anos depois para atender às necessidades fabris do País, importamos o látex, das mesmas mudas brasileiras bem aclimatadas do outro lado do mundo, só que pagando imposto e gerando empregos no estrangeiro e assistindo passivamente ao contrabando de exportação das essências da flora e da fauna brasileira, como os **folíolos vegetais e extratos de insetos**, a título de pesquisas científicas, que aparecem patenteadas clandestinamente, até o açaí fonte de longevidade por suas substâncias antioxidantes, o cupuaçu e a copaíba como matérias-primas e essências, portando certificados como de origem asiática, ou de outros países praticantes da biopirataria.

O nome Bacurau, nada tem a ver com o menino sadio chamado de Bacurau, de apenas cinco anos de idade que foi internado numa Colônia de Hansenianos em Rio Branco, anos depois, sem nenhuma prevenção, só porque um dos seus genitores foi acometido de lepra, que acabou infelizmente mutilado das pernas e dos braços.

A odisséia de sair do Acre foi tão árdua quanto à da chegada – pensava Damião – como mais tarde diria com elegância Guimarães Rosa, **viver é negócio muito perigoso** (49) e no Acre em tempos de guerra, cheio de bichos e doenças, nem se fala.

Damião pouco imaginava que os perigos de sua vida estavam só começando, retornou à sua terra, no último decênio do Século XIX, onde a **municipalização** de Massapê, sua terra natal estava se consolidando, com a edição da Lei 398 de 25 de setembro de 1897, dando-lhe autonomia administrativa e separando-se definitivamente de Santana do Acaraú, cuja inauguração ocorreu somente a 05 de fevereiro de 1998. Logo depois desta lei, outra agitação febril, viveram seus habitantes, visando a mudar o nome do novo município de Vila da Serra Verde, para a denominação antiga de Massapê, só conseguido mais tarde com a edição da Lei 540, de 10 de agosto de 1899. A população do novo município ficou em pé de guerra com o nome de Serra Verde, que no dizer do Dr. Osvaldo Aguiar, era **extravagante e inadequado, não agradou o paladar do povo, que contra ele se insurgiu sem discrepância.** (50)

Igualmente extravagante e inadequado ocorreu com os nomes dados aos seus distritos, como por exemplo, o de Acaraú-Mirim, nome de acidente geográfico natural, como o rio Acaraú-Mirim e do açude do mesmo ainda hoje existente, mudado para Mirim e depois Ipaguaçu, (nome indígena a significar grande espelho de água, que nada tem a ver com o açude do lugar, que continua como foi batizado oficialmente, desde o seu início a 30 de novembro de 1900, pelo seu proprietário – o Governo Federal – com o nome de açude Acaraú-Mirim). As alterações se deram pela Lei 1.153/1951, nomes que não pegaram e ainda confundiram seus moradores quando chamam o lugar de tudo, até de Ipaguaçu-Mirim.

Pessoas e lugares, sem identidades – sem nomes – ficam muito difíceis de se desenvolverem. O pior de tudo é que esta lei, extinguiu o distrito que era, ficou como um subúrbio da sede; só muito tempo depois foi restaurado como distrito, mas por uma lei hierarquicamente inferior.

Faltou na época das alterações dos nomes do distrito, um Damião para protestar contra as mudanças absurdas, fruto de um trabalho de burocrata, sem consultar ninguém e sem outra coisa melhor para fazer ao que parece.

No fim do Século XIX, Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro ainda pregava, construía igrejas e cemitérios e seu baluarte, Canudos resistindo bravamente às três expedições militares, assombrando a recém-instalada República, com divulgação da preferência dos fanáticos pelo regime monárquico, apoiados pelas pregações dos párocos sertanejos de então, além de espalhar nas consciências do sofrido e desamparado povo nordestino que, só um milagre e urgente tinha salvação, sobretudo nos períodos de seca braba como a de 1877-1879 e 1900.

O caminho ainda mais curto e mais rápido era o do fanatismo ou em outros casos o cangaço como forma de libertação na esperança de alcançar os urgentes milagres. Era só rezar e ter certeza, que a salvação viria por acréscimo.

Bicho esquisito o ser humano, teme mais naquilo que não sabe ou não entende do que aquilo que realmente vê.

Para Damião, a preferência entre os regimes monárquicos e republicanos, de modo algum lhe empolgara, achava mesmo, até perda de tempo discutir a preferência, porquanto a seu juízo o atendimento aos famintos das secas, se um era ruim, o outro era bem pior, sobretudo depois que o erudito redentorista Padre Dr. Júlio Maria, despoluiu as mentes dos vigários sertanejos de cultura bem provinciana nesse tempo, poucos zelosos com a pregação do Evangelho, muitos vivendo em descarada mancebia que, ao que parece, lamentavam mais pela perda das cômputas recebidas do Tesouro Imperial, do que por questões ideológicas na aceitação ou não do regime republicano, conforme transcrição do eminente historiador Abelardo F. Montenegro:

Antagonismos entre doutrina católica e o Regime Republicano, não existe; se há fatos que o fazem crer – são produtos de políticos desvairados ou de católicos ignorantes. (51)

Foi este caldo cultural e religioso que Damião encontrou ao desembarcar em Camocim, chegando a Massapê, rumando a cavalo para a velha casa de taipa de seus pais, junto ao Morro da Cruz. Enfim retornando às suas raízes, à terra prometida, e como diria sua mãe, a terra é só prometida como a de Israel – tem que ser conquistada cada centímetro de terra e com muita luta – porque está tudo por fazer.

Lá encontrou a desolação, que por infelicidade sua já havia morrido seus pais, sem a presença do filho querido, cabendo como mais velhos dos irmãos, a árdua tarefa de recompor com os outros irmãos e demais parentes, tudo que sonhara e prometera à sua querida mãe; – retornar para dar continuidade ao seu núcleo familiar e transformar a velha fazenda num verdadeiro *Jardim do Éden*, com fartura e felicidade para todos.

Seu patrimônio fora todo empregado em gado. Com as secas perdera tudo. **De podre de rico**, em pouco tempo, ficou sem nenhum patrimônio, restando só o **podre**, no dizer de poucos amigos, e o que sobrou distribuiu aos pobres. Assim, rapidinho ficara pobre na forma da lei, daí a idéia de organizar-se numa associação civil, famélica – sem alvará é bem verdade – que não era propriamente religiosa, mas de cunho caritativo podia estar até fora dos cânones da Igreja, mas inteiramente a seu modo e dentro dos seus objetivos imediatos de enfrentar a seca de 1900, (depois de fazer uma longa viagem pelos sertões do Ceará e do Nordeste), retornou ao Morro da Cruz de seus sonhos, quando passou a fundar sua riqueza na caridade, na pobreza e na humilha-

de, imitando o Conselheiro; destacando-se até mais como um atleta da caridade. Entendia como o poeta, *que a felicidade é um bem que se multiplica ao ser dividido.*

A árdua e difícil tarefa a que se propunha a *Irmandade da Cruz*, que juntamente os irmãos crentes: Furtado, de Cabaceiras, Campelo de Sobral, Veado de Monsenhor Tabosa, Felipe, e outros, que se encontravam quase semanalmente na grande feira livre localizada na praça maior da Estação do Trem em Massapê, onde comercializavam seus produtos agrícolas, e que na seca de 1900, nada vendiam e nada compravam, e ainda o pouco que tinham davam de esmolas aos flagelados – não podiam deixar de atender às mãos esqueléticas e sujas estendidas, implorando uma esmola pelo amor de Deus para ele pedinte, mulher e numerosos filhos, há três dias sem nada comerem – sertanejo naquele tempo não mentia; a menos que se quisesse testemunhar mortes por fome e sede aos seus pés; sem ninguém mais a apelar, daí a congregação dos flagelados numa associação de sertanejos produtores rurais, porque acreditavam nos poderes de Jesus e Maria Santíssima, seus santos e anjos, na solução imediata para as suas aflições e de misérias. Idéias desenvolvidas anos depois pelo quase santo Abade Pierre, fundador da Comunidade de Emaús, a que chamou de *insurreição da bondade*.

A cruz que a irmandade ostentava como estandarte merecia o maior respeito, era como se fosse uma Arca da Aliança particular, sem as tábuas da lei e sem as escoltas dos dois anjos, Gabriel e Miguel, a simbolizar mais como se fossem as tábuas da esperança de combate à pobreza por dias melhores; afinal a fome dos seus irmanados retirantes tinha pressa de ser solucionada, se é verdade o pensamento budista de que **somos o que pensamos**, Damião e os demais líderes da Irmandade estavam equipados com os me-

lhores pensamentos para solucionar a aflitiva penúria dos seus crentes flagelados.

Damião era tão simples como o respirar, quase santo, acabou lendário de tantas histórias a seu respeito, contadas e acrescentadas na dimensão do imaginário matuto da região norte do Ceará, mas se dizia ardoroso cristão pelo nome, como fizera São Optato de Mileva, que viveu no Século IV e católico, por sobrenome, que quase nunca usavam, só faltou mesmo acrescentar romano para seguir totalmente o Santo e por isto não se compadecia dos que matavam a alma em gozo do próprio corpo.

Eram Intendentes da nova unidade municipal, da Vila de Serra Verde e depois Massapê, eleitos pelo povo, João Adeodato Ferreira, para o período legislativo de um ano, de 1898 a 1899, passando o cargo para o seu substituto, José Amâncio de Albuquerque, a primeiro de janeiro de 1900, para o mandato de dois anos, até 31 de dezembro de 1902, períodos em que nasceu e morreu a Irmandade da Cruz, fundada na jurisdição de Massapê.

Não se encontraram vestígios, até o momento, da atuação dos primeiros edis do novo município, a respeito dessa irmandade. E, se foram a favor do massacre, prestaram um desserviço a uma comunidade marcada pelos castigos da grande seca de 1900 – se foram contra, também nada fizeram para impedir tamanha violência – de qualquer maneira deixaram uma nódoa, um luto, e ainda ao que parece de tudo fizeram, para nada ficar registrado, qualquer providência administrativa nos anais do recém-criado município.

Damião desenvolveu uma mente privilegiada parecida aos dos agnósticos dos primeiros séculos da cristandade, sua intuição chegava a ponto de ter a pretensão de se comunicar diretamente com Deus – em alguns momentos – noutros, se apegava à mãe de Jesus, os santos: Cosme e

Damião, Santo Antônio e Santa Rita de Cássia e mais todos os anjos da corte celeste como mensageiros e protetores em atendimentos às suas fervorosas preces. Assim, acreditava como consolo.

O seu sentimento de caridade pelos pobres, não tinha limites, embora soubesse que o dia do benefício é a véspera da ingratidão; mas entendia como o historiador, ***que na vida é isto mesmo, cada dia tem seu mártir, cada mártir a sua cruz.***

CAPÍTULO 5

Os Outros Fundadores da Irmandade da Cruz

O notável estudioso das coisas do Ceará, Barão de Studart, em obra já citada (01), a seu juízo, relacionou quatro fundadores desta Irmandade e **mais os chefes principais que foram presos no fatídico dia 26 de março**, sem nomear suas identidades por inteiro, nem as fontes de pesquisas onde foram colhidas, talvez, até na documentação arquivada na Torre do Tombo em Portugal, onde estivera várias vezes a obter informações; mas deixou de indicar as fontes, anotando somente nomes próprios ou apelidos – incluindo um de nome Veado, que na época não tinha a conotação pejorativa, que somente foi alcançada no decorrer de muitos anos.

Delimitando-se a área de pesquisa de nomes de famílias de maior confiabilidade e seriedade; – hoje sumariados em Índices Onomásticos, elaborados e coordenados pelo Dr. Cândido Pinheiro de Lima e mais uma equipe de cinco pesquisadores.

Consultou-se: **A Cronologia Sobralense, Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú, e Padre Ibiapina – Peregrino da Caridade** obras de leitura obrigatória, a tantos quantos desejam pesquisar famílias na região norte do Estado do Ceará de autoria do Cônego Francisco Sadoc de Araújo; **Arquivo do Conselho Ultramarino, Documentos de Pernambuco; Inquisição em Portugal e no Brasil (Século XVI) – Subsídio para sua História**, por Antônio Baião e

Primeira e Segunda Visitações do Santo Ofício na Bahia (52), *pouco ou quase nada se encontrou nas fontes tradicionais*, no que foi complementado pela documentação oral dos períodos correspondentes.

FURTADO, O SERRANO

Furtado, também conhecido na irmandade como o serrano, nada mais se sabe dele a não ser descendente de numerosa família ibiapabana com parentesco próximo com o Cônego João Alfredo Furtado, que faleceu em 12 de dezembro de 1908, na cidade de Ipu, com a idade avançada de 69 anos. Era ao que se soube seu conselheiro, e quem escondia o parente, que pouco tinha de penitente, nos casos de perseguição policial, que apesar de confessar e jurar não mais praticar nenhum ato ilegal e tudo que fazia era para ajudar os pobres, acabava por reincidir nas mesmas faltas.

A Professora Stela Furtado, em recentes pesquisas sobre São Benedito e sobre a família Furtado da qual ela mesma faz parte (53), não deixou claro quem seria o valente Furtado fundador da Irmandade da Cruz de Massapê, e se o mesmo participou de alguma das três seitas ibiapabanas, incluídas nas suas pesquisadas ou se mantinha alguma diferença ideológica ou política com algum descendente dos Carapebas, acabando omitindo, não se sabe bem a que propósito, qualquer referência à Irmandade da Cruz de Massapê, talvez por não se enquadrar no perfil de seitas por ela investigadas.

Furtado e Campelo eram os dois nomes de famílias dos quatro indicados pelo historiador que se pudesse rastrear, no espaço de trezentos anos, cujas pegadas se perderam cobertas não só com o pó do tempo, mas com o cisco da história das conveniências, que se poderiam seguir, não fosse o desmantelamento da irmandade e da pecha, nada honrosa

que receberam de tratar-se de uma malta de cangaceiros, em que os interessados e as próprias famílias tinham o máximo interesse de ocultar.

Sua família fugiu da Espanha para não ser massacrada pelo poder dominante e religioso da época.

Chegaram ao Brasil com o nome espanhol de *Urtado*, de Mendonza, Espanha, conforme pesquisa do escritor Carlos Lopo, aceita pela Professora Stella que chegaram ao Vale do Acaraú, por volta do ano de 1684.

Eram de uma teimosia singular, que se diziam até em tom de graça: *se alguém da família Furtado morresse afogado num rio não procurasse o corpo rio abaixo, mas rio acima, por pura teimosia*.

A morte não lhe trazia qualquer temor, mas o outro lado da vida o deixava perturbado, porque representava sua **finitude infinita**, dizia sem muito nexo, mas totalmente apavorado.

Tinha como sobrenome ilustre o de Heitor Furtado de Mendonça, primeiro Inquisidor do Santo Ofício no Brasil, não se sabe se mantinha algum vínculo de parentesco com o ramo serrano de São Benedito.

CAMPELLO, O REBELADO

Campello pode ter sido um dos descendentes do briguento Coronel Francisco Joaquim de Sousa Campello, que já vinham ao mundo com a rebeldia familiar no sangue, vejamos o que diz dele o Cônego Francisco Sadoc de Araújo (54):

"Nascido em Paus-dos-Ferros no Rio Grande do Norte, era irmão do Padre Antônio Manuel de Sousa, vigário de Jardim, conhecido pelo nome de **Pe. Benze-Cacete** figura de projeção durante

a revolta de Pinto Madeira. Sentou praça em Sobral, onde residiu durante muitos anos. Casou-se duas vezes. A primeira, com Francisca Maria Bernardina, filha de Francisco Ferreira da Ponte e Maria do Carmo de Farias a 10 de novembro de 1808. Falecendo a primeira esposa a 31 de outubro de 1832, casou-se em segundas núpcias com Marcolina de Sousa Campelo, filha de José de Holanda Cavalcante e Ana Francisca do Carmo. Não houve descendência dos dois legítimos matrimônios. O Cel. Francisco Joaquim de Sousa Campello deixou, porém, dois filhos naturais, reconhecidos por testamento, só reconhecidos depois de sua morte.

Francisco Jacinto de Sousa Campello nascido de Francisca Carolina de Sousa, que por sua vez casou-se com Manuela Marcionília de Carvalho Lima, filha de José Vicente de Carvalho e Joana Maria, a 24 de setembro de 1856. Deste casal nasceu Maria Cristina que se casou, a 2 de setembro de 1880, com o francês Henri Dufouré d'Haargeville e Carlota Palmira, na Capela dos Remédios, município de Sobral.

Sebastião Júlio de Sousa Campelo, nascido da viúva Cordélia Maria do Livramento”.

O Coronel Campelo, segundo o pesquisador Hugo Victor Guimarães, chegou a se eleger Deputado Provincial do Ceará, para o biênio 1844-1845, época em que os deputados provinciais prestavam juramento ajoelhados num travesseiro de veludo e não com a mão sobre um livro de Bíblia e que lhe valeu uma pequena biografia, assim narrada:

“A 3 de novembro de 1810 teve provisão dos oficiais de Tabela do Público, Judicial e Notas, Escrivão do Crime, Civil, Câmara, Órfãos, e Almotacaria de Vila Nova d'Eel Rei, por tempo de um ano, que começara a 1º de janeiro de 1811, sendo prorrogado até 1812, quando foi substituído por Bernardo José Pinto nomeado pelo Governador Sampaio. Sargento-mór a 1º de março de 1823, ano em que, a 23 de fevereiro tivera nomeação de Capitão da 2ª. Companhia do 1º Batalhão de Caçadores Voluntários Constitucionais das Marinhas do Acaraú. Prestou serviços à legalidade durante o movimento republicano de 1824, merecendo do Presidente José Felix em ofício de 5 de junho de 1825, ao ministro do Império, as seguintes referências:

“... na qualidade de Presidente da Junta do Governo Temporária d'aquella Villa (Ipu), desenvolveu-se dignamente a favor de S.M.I. sendo um dos perseguidores sempre pelos rebeldes pela firmeza do seu caráter: he digno de ser nomeado Cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro”.

Ignoro se recebeu a venera, mas a 26 de julho de 1829 prestava juramento como Coronel do Regimento de Infantaria da 2ª. Linha do Acaraú e Camocim, para que fora nomeado por patente de D. Pedro I.

No Livro de Registro de Passaportes, de 1813 a 1866, do Arquivo Público do Estado, encontra-se à pág. 49 v., o seguinte:

“N. 33 – Nas Fortalezas ou Registros se deixe passar ao Snr. Coronel Francisco Joaquim de

Sousa Campelo que se destina a Pernambuco, e de lá para o Norte do Rio de Janeiro ater a distinta honra de hir Beijar a Imperial Mão de S. I. o Imperador para cujo fim lhe forão concedidos trez mezes de licença que deverão ter princípio desde a data desta em diante. Palácio do Governo do Ceará, 29 de julho de 1823 – Manoel Joaquim Pereira da Silva. Presidente”. (55)

O mistério que envolveu os dois filhos bastardos do Cel. Francisco Joaquim de Sousa Campello – Francisco Jacinto de Sousa Campello e Sebastião Júlio de Sousa Campello, só tardiamente reconhecidos após sua morte, dificultou a identidade completa de qual dos dois filhos ilegítimos ou de outros advindos igualmente ilegítimos, em suas andanças pela Vila Nova d’El Rei e ribeiras do Acaraú e Camocim ou de seus descendentes, fora o verdadeiro fundador da Irmandade da Cruz em Massapé em abril de 1900.

VEADO, O CRENTE

Nas pesquisas efetuadas na documentação citada acima, foram encontrados muitos nomes esquisitos de famílias, como: Galho, Sacoto, Arraia, Farinha, Grilo, Couceiro, Furão, Frasco, Seco, Capote, Bucal, Beiju, Mesa, Cordoniz, Arataca, mas nenhum chamado de Veado, (a não ser por ouvir dizer, de dois grupos familiares, um residente em fazendas localizadas nos municípios de Aracatiaçu e outro em Monsenhor Tabosa, mas sem nenhum elo comprovado, com o fundador da Irmandade da Cruz).

Poderia ser uma alcunha, na época, bem inocente, sem nenhuma conotação de desabono, ou talvez usando o nome do bicho para esconder a sua legítima condição de cristão

novo, de modo a escapar das perseguições religiosas, que agora tinha outro motivo bem mais forte – a policial ou de bandidos a serviço do crime.

Com o passar dos tempos as próprias famílias foram omitindo o nome de família de seus filhos, de modo a evitar constrangimentos para seus descendentes.

Desenvolveu um aguçado senso de sobrevivência – tinha uma visão tão acurada, mais parecia um raio-x de longo alcance, de noite, enxergava mais que durante o dia – superando até a visão noturna de certos insetos.

Foi o fiel escudeiro de Damião, tinha-o como um irmão mais próximo, partilhava com os irmanados dos mais arriscados enfrentamentos com a polícia. Correr a cavalo atrás dele nas caatingas do sertão – ele a pé – era pura perda de tempo, só o nome já dizia de sua rapidez e astúcia de despistar os seus perseguidores, daí ser sempre escalado para as missões mais perigosas.

Não tinha olfato, tinha faro e superava o dos cães, ao que parece, com mais de vinte mil sensores, enquanto o homem normal só possui dez mil, daí sua especialidade de farejar pelo mato, a localizar pelo odor o feromônio de abelhas selvagens melíferas, para as **meizinhas** de Petronilha e aproximação da polícia, pelo rastreamento do barulho de chocalhos a distância, das tropas de burros carregando mantimentos descarregados dos trens em Massapê para os acampamentos do açude Acaraú-Mirim em construção.

FELIPPE, O CRENTE

Felippe, pouco se sabe a seu respeito, apesar de aparecer com frequência nos livros examinados, talvez em homenagem ao apóstolo de Jesus, que acabou escrevendo um evangelho, até hoje considerado apócrifo pela Igreja.

Sendo nomes próprios, pouco ou quase nada foi possível identificar, ascendentes e descendentes, dos Felipes – o único nome encontrado, foi o do médico Dr. Samuel Felipe de Souza Melo, mas sem nenhuma aparente relação com o Felipe fundador da Irmandade da Cruz

Não tinha nada a temer, dizia sua consciência, tinha feito tudo certo, nunca matara ninguém, daí não saber a razão de tanta fúria contra sua pessoa, seus amigos e seus familiares.

CAPÍTULO 6

Érico Carapeba, o Átila do Sertão

*"Se não denunciarem ao mau sua
impiedade, voltarei a pedir sua alma".*

Isaías

O Tenente Érico Carapeba, citado pelo Barão de Studart, ou Érico Oliveira Freire, casado com Libânia Carapeba de Oliveira Freire, terceira filha do Capitão Antônio Carapeba, que se presumia tratar-se do Adão Carapeba da Ibiapaba, antes de aparecer indícios de outros Carapebas mais antigos ou ainda Érico Oliveira Carapeba, irmão de Floresmina, filha de Liberato Ortolano da Silva Carapeba, que pela idade deste, fica logo descartada sua participação no episódio de 26 de março de 1902.

Pesquisando-se outro Tenente Érico de São Benedito, encontra-se no inventário do Padre João Crisóstomo Oliveira Freire, falecido em 23 de janeiro de 1873, sem deixar testamento, mas deixou registrado em Cartório em data de 1º de julho de 1858, o reconhecimento da paternidade de sete filhos, como se naturais fossem, nascidos de um concubinato com a senhora Josefa Vieira da Cunha, solteira, conforme inventário aberto em 15 de setembro de 1874, sendo a inventariante, seu quinto filho, a senhora Floresmina Assunção de Oliveira Freire, na época solteira com 43 anos.

Da relação constam: 1º – Profírio Olímpio de Oliveira Freire, casado, 54 anos; 2º – Zeferino Januário de Oliveira Freire, casado, 53 anos; 3º – **Tenente Érico João de Oliveira Freire**, casado, 48 anos; 4º – Tenente Eustáquio de Oliveira Freire, casado, 46 anos; 5º – Floresmina Assunção de

Oliveira Freire, solteira, 43 anos; 6º – Filadelfa Freitas Sales de Oliveira, falecida, que foi casada com Francisco de Freitas Costa e 7º – Briolanja da Cruz Oliveira, 40 anos, casada com Liberato Hortolando Silva Carapeba. (56)

O Tenente Érico João de Oliveira Freire, constante do inventário do Padre João Crisóstomo, com 48 anos em 1º de julho de 1858, deveria ter nascido em 1810; em 1902, estaria portanto, com 92 anos de idade e ainda com a patente de tenente, fica improvável seja ele o terrível Érico Carapeba dos tristes episódios de fechamento e prisões dos componentes da Irmandade da Cruz de Massapê em 26 de março de 1902.

Ao que parece o nome Érico, estava na moda na época na região serrana da Ibiapaba, em quase toda família teria que ter um Érico entre seus membros, talvez para imitar a nobreza escandinava, os chamados de Eriks, com 14 reis da Suécia e 07 da Dinamarca.

Todos os Éricos mencionados acima foram nascidos em São Benedito, que não se sabe ao certo, se algum deles seja a mesma pessoa a que se refere as anotações do barão historiador.

Afinal não disse a que corporação pertencia se da Polícia, do Exército ou da Guarda Nacional, talvez fosse o nome tenente, até um apelido de bando, como insinuou, o cientista Antônio Bezerra em seu apreciado relatório de Viagens ao Norte do Ceará, para mostrar cada vez mais sanhudo perante seus comandados. como responsável pelas prisões e desmantelamento da Irmandade da Cruz, ocorrido em 1902, e também não foram mencionados no seu **Dicionário Biobibliográfico Cearense**, tampouco nos livros constantes do capítulo anterior, sobre famílias da zona norte do Ceará e do Nordeste do Brasil.

Em dois trabalhos de exaustivas pesquisas, lançados por dois ilustres Ibiapabanos da maior expressão cultural,

ambos focalizando o Município de São Benedito e sua gente, pode-se obter excelentes esclarecimentos, muito embora incompletos por falta de datas e seqüências familiares mais precisas.

No primeiro, de autoria, do General Annibal Barreto, chamado "São Benedito do Passado e do Presente" (57), chega a enumerar os treze filhos, sendo dois homens e onze mulheres, do indomável Capitão Antônio Carapeba, falecido a 5 de março de 1905 no Sítio de sua propriedade, chamado Piraguara, avaliado por alguns depoentes como tenha vivido cerca de 95 anos, o que deveria ter nascido, portanto, por volta de 1810, mas não foi incluído neste rol familiar – o Érico, tenente de 1902 – ou talvez esteja envolvido no "discurso de silêncio", que apesar de solicitados, segundo o autor não foram fornecidos por algum motivo, ou quiçá, parentes que quisessem preservar a sua má fama de atrabiliário, sangüinário, de comportamento instável a serviço do crime, por ter partido da região serrana, chefiando um bando armado, arrebatando comarcas e jurisdições as mais diversas e sem autorização judicial, até alcançar Massapê e a Irmandade da Cruz, ou o que se presume para justificar, tamanha sandice – como o resquício de ódio, entre algumas famílias, mantidas por gerações, pontificando exemplo de "sociedade atrasada", de que nos fala o Professor Cláudio de Moura Castro (58); tipo: Maciéis e Araújo, Mourãos e Feitosas, ou mais recentemente Isaías Lino e Araújo em São Benedito, no Ceará.

O outro trabalho mais recente já citado, igualmente da maior importância de autoria da Professora Stella Furtado, por ser ela própria do lugar, que vivenciou grande parte de sua vida na cidade, em sua História Geral e Política de São Benedito, também pouco esclarece a respeito do destemido Furtado que juntamente com Campello, Felipe, Veado, Damião

e outros fundaram a Irmandade da Cruz em Massapê em abril de 1900.

Consultado sobre a identidade do Tenente Érico Carapeba, junto aos arquivos da Polícia Militar do Ceará, na pessoa do historiador, Tenente-Coronel, PM-RR João Xavier Holanda, nada foi encontrado a respeito desse Tenente, como sendo da Polícia Militar do Ceará.

Por fax, idêntica solicitação, se fez ao Senhor Diretor do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, que com a maior presteza e eficiência, respondeu: ***Após consulta ao “Almanaque de Oficiais” de 1900 a 1903, não existiu nenhum oficial do Exército com o nome de “Érico Carapeba” ou “Érico Oliveira Freire”, no período supracitado.*** (59)

Complementado por informações colidas em depoimentos de pessoas confiáveis, e também, confirmado em parte pelo jornalista e médico, Francisco das Chagas Oliveira (60), todos filhos da região da Ibiapaba, obteve-se quase uma unanimidade de que, os Carapebas, mais antigos que se tem notícias, na Zona Norte do Ceará, começaram com a chegada, do Capitão Antônio Joaquim da Silva Carapeba, já casado e já Carapeba, com a patente de Capitão, que se instalou com mulher e filhos, na localidade, de São Benedito, que de acordo com o relato do historiador Antônio Bezerra, em 1840 já exercia as relevantes funções de subdelegado (61). Entretanto, para José Hudson Brandão (62), a nomeação de subdelegado de São Benedito, só ocorrera a 21 de março de 1851 e a patente de Capitão Comandante da Oitava Companhia do Batalhão de Infantaria nº 24 de Viçosa do Ceará, somente a 1º de outubro de 1856, versão esta que coincide com a biografia do pesquisador Hugo Victor Guimarães.

Em outra vertente igualmente idônea um pouco mais antiga, consta a informação, digna de registro, por ter sido

mantida por gerações, fornecida pelo Coronel de Exército, Djacir Gomes, de que sua avó, Isabel Ribeiro Carapeba, chamada de mãe Belinha (63), contava de sua bisavó, Francisca Ribeiro da Silva Carapeba e seus trisavós, Francisca Rita da Silva Carapeba e João Clímaco da Silva Carapeba, até com um certo orgulho que sua ascendência era, de um comandante de navio que fugira das perseguições religiosas da Península Ibérica, por ser cristão novo, mudado de nome para Carapeba, ainda por volta do último decênio do Século XVII, quando a embarcação clandestina em que viajava, contrabandeava sal, pau-violeta e âmbar-gris já descobertos pelos gauleses desde 1590 e pelos holandeses desde 1641, nas costas do Nordeste Brasileiro.

Aportou em Camocim, ou no Porto da Cruz, situado no lugar conhecido por Macaboqueira a três quilômetros da cidade de Granja de hoje, onde desembarcou. (Denominação pesquisada em profundidade pelo Professor André Frota Oliveira, 64). Acabando por se fixar no lugar chamado Graça, no Sítio **Alto Mira** onde tinha um pico que se destacava dos demais, por sua linda vista do horizonte, tipo mirante, ali se tornou plantador de cana, milho, arroz e feijão; tornou-se dono de engenho; de temperamento altamente conciliador e cordato com as pessoas com quem se relacionava, fatos ainda pendentes de mais pesquisas, para ser confirmado.

Pelo porto de Camocim ou pelo de Macaboqueira, foi escoado muito sal, por constituir verdadeiro tesouro cobiçado pelos europeus da época, quando liam relatórios, afirmando poder carregar-se ali, de dez, quinze e até vinte navios por safra salineira, comparado com as penosas escavações nas minas polonesas e nos Alpes alemães, para extração de algumas gramas de sal-gema, sempre cobertos de neves, que custou milhares vidas humanas, imortalizadas na cidade **Saltzburg** rodeada de montanhas esburacadas, onde

nasceu um dos maiores gênios da música clássica, Amadeus Wolfgang Mozart (1756-1791), hoje pertencente à Áustria.

Granja elevada à categoria de cidade em novembro de 1854, a supremacia do seu porto sobre o porto de Camocim, perdurou pelo menos até 1º de janeiro de 1883, data em que foi instalada a Mesa de Rendas Federais de Camocim, transferida que foi da cidade de Granja, pelo Decreto Imperial nº 8.371, de 07 de janeiro de 1882, anos depois foi reclassificada, como Mesa de Rendas Alfandegadas, com o porto habilitado ao tráfego internacional de longo curso.

Com os dados colhidos, pode-se até tentar um resumo, da caminhada do Capitão Antônio Carapeba rumo ao Ceará.

Conta-nos a respeito da família Carapeba o incansável pesquisador, sociólogo Gilberto Freyre, deste modo:

“Outro patriarca, da mesma família, do ramo ligado aos Fonseca Galvão, mudou o nome legitimamente português para Carapeba; e com esse nome horrível de Carapeba morreu-lhe heroicamente um filho na Guerra do Paraguai. Este, aliás, recebera do pai, talvez MAÇOM dos ranzinzas, o nome – pode-se dizer cristão? de Voltaire. Voltaire Carapeba”. (65)

Talvez o motivo de ser maçom, não penalizasse tanto as pessoas a ponto de mudar de nome, porquanto muitos clérigos e católicos praticantes empenhados na luta pela independência do Brasil, faziam parte da maçonaria, o que já não acontecia com os que professavam o judaísmo e o islamismo.

Ora, mudar de nome nos Séculos XVII e XVIII, não era tarefa difícil e até corriqueiro ficou, por vários motivos, mas em três deles, se tornava até questão de vida ou morte: o primeiro, nas brigas entre famílias por disputa de terras, em que um membro mais jovem da família, ainda sem compro-

missos de mulher e filhos, era o escolhido para eliminar o inimigo mais importante – feito o serviço – o passo seguinte era mudar de nome e fugir para outra província bem longe.

O segundo motivo, por questão de fé, qualquer um que carregasse no sangue ou no nome, alguma origem hebraica, ou que praticasse o judaísmo, o islamismo ou qualquer seita considerada satânica, pela Igreja, era recomendado mudar de nomes para os de plantas, animais – o peixe carapeba incluso – para não correr o risco de ser queimado na fogueira, por indicação do Santo Ofício, por fim a mudança de nome por vaidade, por exemplo: Voltaire Carapeba, nome do notável filósofo francês, Éricos, reis escandinavos, o índio Jacó, o nome do patriarca bíblico, além de receber o título nobiliárquico de Dom e ainda outro índio, que adotou o nome de Luiz José de MIRANDA, família importante ibiapabana, cumulado com o título de Chefe dos Índios, o de Capitão Auxiliar de Polícia, recompensa pelos bons serviços prestado no combate aos revoltosos da Balaiada eclodida no Maranhão e Piauí vencidos 1841 com a participação do Duque de Caxias, além de outros igualmente importantes.

Até hoje não ficou muito claro, os motivos pelos quais o Capitão Antônio Carapeba, tenha largado ainda muito jovem, ao que se presume tenha nascido por volta de 1810, no povoado de Correntes, ao sopé das Serras das Russas, próximo a Garanhuns em Pernambuco, às margens do Rio Correntes que deságua na lagoa do Mundaú em Alagoas e que, apesar de marinho e sobrenome de peixe, ao que parece chegou montado ao planalto do Apodi, próximo à Serra dos Pereiros, entre o Rio Grande do Norte e Ceará, onde se casou com a senhora Briolanja Miquilina da Silva, chegando a São Benedito em 1845, antes, passando por Ibiapina; segundo o General Annibal Barretto. (66)

As datas não coincidem com a mencionada pelo historiador Antônio Bezerra e pela Professora Stella Furtado, que preferem o ano de 1840, mas para o escritor José Hudson Brandão, indica a nomeação de subdelegado, somente ocorrida a 21 de janeiro de 1851, para a Vila de São Benedito, entretanto o fato mais intrigante diz respeito, ao trajeto da viagem do Apodi para São Benedito, passou por Fortaleza? já era Capitão da Polícia, porquanto, da Guarda Nacional somente em 1856? Onde conseguiu a patente? Quais os serviços prestados antes de 1840, onde? Em que querela se envolveu para ser recompensado? A não ser, quem sabe se algum irmão ou parente próximo já se encontrasse residindo na região serrana da Ibiapaba e o tenha convidado para morar num lugar de clima ameno, como o das Serras das Russas em Pernambuco e Serra dos Pereiros, na divisa do Ceará com Mossoró no Rio Grande do Norte.

O ano de 1840, fora um ano de grandes perturbações políticas no Ceará, conforme relato do historiador Barão de Studart (67), a ponto do Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, ter se deslocado até Sobral que, ***“fora com o fim de evitar uma revolta, que se receava da forças enviadas para combater os Balaies, e acometido na noite deste dia, 11 de dezembro, pelas forças ao mando do tenente Francisco Xavier Torres, empenhando-se em um combate nas ruas da cidade em que foram mortos 4 praças e feridas 8, tendo a gente da legalidade 2 soldados mortos e 5 feridos.***

Os chefes da sedição foram o dito Tenente-coronel Torres, seu irmão o alferes Luiz Xavier Torres, seu cunhado alferes Antônio José Lins de Oliveira, e o coronel de milícias Francisco Joaquim de Sousa Campello, o alferes de cavalaria miliciano Joaquim Ribeiro da Silva, o sargento de 1ª. linha Joaquim Ribeiro de Albuquerque”.

Em vista de tamanha discórdia é possível que o Presidente da Província tenha nomeado Capitão Antônio Joaquim da Silva Carapeba, em ***comissão***, com a tarefa específica de dominar os revoltosos da balaçada que tentassem alcançar a Ibiapaba, como fizera com o Capitão Francisco Martins Galucho, escoltando presos da tropa derrotada de Pinto Madeira da revolução de 1832.

A Guarda Nacional, criada por lei de 18 de agosto de 1831 no Governo Feijó, segundo Jeanne Berrance de Castro (65), foi mais uma cópia servil da ***Garde National***, francesa, e tanto é verdade que foi preciso um decreto de 25 de outubro de 1832 adaptando-a, às nossas peculiaridades, vigorou com o caráter de escolha eleitoral presidida por um juiz togado, depois de preencher todos os requisitos de renda mínima para o exercício do cargo ou indicação superior, até a Lei 602 de 1850, vigência em que se presume que o Capitão Antônio Carapeba tenha sido agraciado com a cobiçada patente, e que seria anotado o resultado eleitoral e suas alterações posteriores, pelo próprio Juiz que presidiu o pleito no ***Livro de Matrículas da Guarda Nacional***, o qual seria mantido em cada comarca que jurisdicionasse os membros da Guarda Nacional e que não foi localizado até agora nos Arquivos Públicos, para o devido acompanhamento das anotações de comportamento dos Carapebas – Antônio e Érico.

A Guarda Nacional, não era civil, nem militar, mas tinha batalhão permanente e da reserva, cuja força era considerada paramilitar – salvo quando, convocados para defesa do território nacional – e assim, as carreiras iniciais de Guarda, servia de pau para toda obra, serviam de polícia judiciária, de fronteira e até de Guarda nas Alfândegas, estes últimos mais cobiçados, pela participação de cinquenta por cento, do produto dos leilões de mercadorias apreendidas en-

volvidas em contrabandos, aquelas proibidas de ingressar no território nacional ou produto de descaminho, para aquelas, que mesmo sendo permitidas o ingresso no País, fugiram do pagamento dos impostos devidos, por ocasião do seu desembaraço aduaneiro.

No Ceará, segundo anotações preciosas do Barão de Studart, os Comandos Superiores da Guarda Nacional das Comarcas de: Fortaleza, Maranguape, Aracati, São Bernardo das Russas, Icó, Sobral, Aquiraz, Baturité, Granja, São Benedito, Ipu e Viçosa, foram reorganizados, outros criados ou reagrupados pelos Decretos Imperiais de 16 de fevereiro de 1884 de nºs. 9.136 a 9.152, de conformidade com a Lei Geral nº 2.395, de 10 de setembro de 1873, que foram estruturados depois sob o novo código constitucional republicano, recém-promulgado em 1891.

O historiador Antônio Bezerra de Menezes com o seu aguçado senso de observação – traçou um perfil do Capitão Antônio Carapeba, quando assumiu o cargo de subdelegado, de São Benedito, pelos idos de 1840 ou 1851, descrevendo-o como de temperamento explosivo, nervoso, agitado, prepotente, como se estivesse dominado por uma síndrome instável de comportamento, que a título de manter a ordem na vila e servir de exemplo, chegou a praticar as mais cruéis torturas nas prisões, acorrentando, num tronco tipo pelourinho, os encarcerados, pelos pescoços, pés e mãos. Ele próprio a comandar os impiedosos verdugos; **com revolta até da população local**, conclui o visitante em seu relatório de viagem ao norte do Ceará 1884 (69). Desta revolta, não se sabe quais as famílias de São Benedito que tiveram o topete de enfrentar o raivoso e todo-poderoso Capitão Carapeba, fato ainda não devidamente esclarecido.

De numerosa família de treze filhos, sendo dois homens e onze mulheres, foram crescendo e se entrelaçando

com outras famílias da região serrana, de modo a tornar até impossível se distinguir uma sem se referir às outras famílias envolvidas, e foram no correr dos anos tomando conta das posições econômicas, proprietário que era de várias glebas na Serra da Meruoca e com isto acarretava imenso peso político na região, principalmente em São Benedito, no Sítio Piraguara, onde residia. O segundo filho de nome João Clímaco da Silva Carapeba era um boticário respeitado e que na época cumulava manipulação com serviços médicos de clínica geral.

Na verdade, o Capitão Antônio Carapeba, ao que parece recebeu não só das autoridades provinciais como até das imperiais **superpoderes, uma couraça política protetora**, de casar e batizar como se diria na época, na região ibiapabana, por algum motivo mais relevante, não só de conter os balaíos, que já era muito, como o poder econômico de posse de vastas posses de terra na Meruoca, motivos mais que suficientes para administrar com mão de ferro os poderes políticos e de polícia na região, para que não lhe tivesse acontecido nada nos seus desmandos.

A Ibiapaba de solo rico e de clima europeu, teve uma colonização por demais sofrida, suportou violentos conflitos e acirradas lutas; entre o homem branco colonizador e os donos das terras – os Tabajaras e de outras etnias, desde os franceses, em 1590, a quem os índios chamavam de **mair**.

Deveria ter sido curioso e até engraçado, o missionário protestante e militar, reformista Adolfo Montbille, que acompanhava as tropas francesas, com sotaque francês de Diepp, misturado com o som forte, nada comum dos Cantões Suíços de língua alemã, ensinando o **Catecismo Latino**, de Calvino, aos nossos brancos selvagens, numa época em que só se falava na região, o tupi-guarani e outros patuás nativos de língua travada, situação que só mudou a partir da Provi-

são Régia de 1757, que proibiu as comunicações no Brasil em qualquer tipo de língua nativa.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, foi a língua portuguesa implantada mais rapidamente no País, a ponto de receber a observação judiciosa do grande orador sacro Padre Antônio Vieira, tratar-se de línguas sem as letras “F”, “L” e “R”, no seu alfabeto, levando a concluir com fina camada de ironia, no sermão da Epifania, pregado na Capela Real de Lisboa em 1662, que **“os índios não tinham F de Fé, nem L de Lei e nem R de Rei, por lhes faltarem na língua e na linguagem as letras iniciais destas três palavras”**. (70)

O melhor é que foram pacificados, de maneira mais tranqüila. Agora – se entenderam e praticaram a doutrina calvinista – não se sabe.

Depois vieram os portugueses, que com a maior boa vontade dos abenegados jesuítas, tinham pressa em se apoderar da terra e das almas na catequese dos índios, e deu em que deu, revoltas, mortes, martirizando o Padre Francisco Pinto e sacrificando o Padre Luiz Filgueiras que conseguiu fugir, que acabou morto a pauladas pelos Tapuias nas costas maranhenses, cuja contribuição maior além da catequese, foi de convencer os Pajés e Tuxauas: Jacó, Algodão, Mel Redondo, Aragiba, Caraya, Ticuna, Diabo Grande, Irapuã e Miranda, a convencer seus brancos a mudar de cardápios para excluir o item **carne humana**, de modo a não ofender aos seus deuses e evitar receberem terríveis castigos.

O canibalismo dos índios serranos e praianos não foram totalmente extinto de uma só vez, passou por etapas, por permanecer o hábito de comerem os ossos de parentes depois de seis meses de mortos, moídos e adicionados a mel de abelha, segundo relatório em forma de carta do Padre Ascenso Gago de 10 de outubro de 1695 (71), numa ma-

neira de reverenciar seus mortos, por questões religiosas ou talvez por uma necessidade até biológica de suprir de cálcio a alimentação deficiente deste mineral, essencial na formação de ossos e cartilagens do corpo humano, tal qual o **vício de meninos de comerem barro**, de modo a complementar a alimentação infantil deficiente em minerais.

Ao que prece nada tem a ver com o prato **keará** que incluiu um osso queimado de carneiro na última refeição dos hebreus antes de fugirem da escravidão do Egito.

Sem querer fazer a defesa dos Povos da Floresta, Damião diria que os nossos indígenas, eram muito mais felizes, antes da civilização imposta a ferro e a fogo pelos brancos: de homens livres passaram a escravos ou pelo jugo dos senhores ou pelas regras de convivência social, dentre as quais as mais torturantes, acreditavam, por estarem no mesmo saco de maldades: as de natureza penal e as tributárias, as primeiras estiolavam a alma, por privar o ir e vir das pessoas e as segundas, também dolorosas, por atingirem a parte mais sensível do corpo humano – o bolso.

Todavia, o pior estava para acontecer: a Guerra dos Balaíos (1838-1841) eclodida no Maranhão e Piauí, bem nas nossas fronteiras, agora de zona conflituosa passou a zona conflagrada, na época, já que os revoltosos, comandados por Pedro Celestino e suas tropas tinham se apoderado dos lugares de Bebedouro e Frecheiras, nas imediações de Granja, que em combate corpo a corpo em 05 de maio de 1840 perderam mais de 200 homens, enquanto isto partia uma tropa de 400 praças sob o comando do Tenente-Coronel Torres em auxílio do Maranhão e Piauí, no intuito de guarnecer as fronteiras do Ceará, a situação ficou cada vez mais insustentável quando os balaíos apoderaram-se de São Pedro da Ibiapaba em 1º de julho do mesmo ano de 1840, conforme relato do Barão de Studart. (72)

A guerra ainda prosseguia com todo o cortejo de violências, quando outro fato pesquisado pelo médico e escritor Dr. José Célio Fonteles se tornou por demais preciosa, que talvez ajude a esclarecer um pouco o tamanho do poderio ou da divisão de poderes de polícia do Capitão Antônio Joaquim da Silva Carapeba em São Benedito, ao descrever a posse do sítio Ipanema, adquirido pelo santanense Antônio Avelino, cuja propriedade, "***pertencera a Luiz José de Miranda chefe dos índios e capitão auxiliar de polícia (patente conferida em 1841, pelo Presidente Sousa Martins, grato pelo combate aos balaies, conforme Ofício de 27 de julho de 1841 ao Ministro da Justiça, Paulino José de Souza).***" (73)

A chamada balaiada, a revolta popular eclodida nas Províncias do Maranhão e Piauí (1838-1841), contida pelo Duque de Caxias, em que os Poderes Imperiais e Provinciais, tinham o maior empenho de não contaminar e eliminar o perigo da rebelião vizinha, atingir-se o Ceará pela região norte da província, construindo uma muralha humana nos paredões da divisória serrana, contra qualquer combatente ou insurreto, que procurasse abrigo por aquelas serranias, perseguidos pelas forças legalistas, que pudesse incentivar a balaiada a chegar até a Província do Ceará.

Esta tarefa ao que parece foi confiada ao Capitão Antônio Carapeba e aos seus comandados, auxiliado pelo chefe dos índios, Luiz José de Miranda, também Capitão da Guarda Nacional, agora com patentes iguais, mas não com poderes iguais, ao que parece.

Para vencer a guerra, contou Duque de Caxias com o decido apoio dos ***índios Tabajaras e Tapuias***, conhecidos como aguerridos e de sangue quente, inicialmente civilizados pelos franceses, que resistiram por muito tempo de maneira feroz à colonização portuguesa, de dominação à força, haja vista as constantes lutas.

Terminada a guerra, veio o rescaldo em que o Capitão da Polícia e depois da Guarda Nacional, (1856) Antônio Joaquim da Silva Carapeba, foi aquinhoadado com poderes excepcionais não só provinciais como imperiais – foi nomeado, o primeiro suplente de Juiz de Paz em São Benedito, em 27 de maio de 1876 e, de acordo com o que escreveu Hugo Victor Guimarães em abono à sua biografia (74), fora eleito Deputado Provincial em duas legislaturas de 1870 a 1871 e 1884 a 1885, sem mencionar a sua patente de capitão que tanto lhe deu fama e prestígio. Depois os registros silenciam até sua morte ocorrida em 05 de março de 1905, não se sabe se ainda tinha fôlego, forças suficientes e poderes para mandar o parente Érico Carapeba fechar e prender os líderes da Irmandade da Cruz em Massapê, a 26 de março de 1902, sessenta e dois anos depois, do término da Guerra dos Balaies (1838-1841).

A ferocidade e atrocidades com que o Capitão Antônio Carapeba, empregava contra não só os que delinqüiam, mas até mesmo seus inimigos, incluindo também os políticos, cuja fama o deixou marcado, mais pelos abusos que cometera do que pelos acertos, chegando a ponto de descendentes seus mais sensíveis, não esconder o indisfarçável desconforto que sentia quando eram confrontadas suas identidades de parentes, com a do prepotente capitão.

Consultando-se o Almanaque do Ceará, para o ano de 1902, organizado por João Câmara, p. 27, que fixa os efetivos policiais para o Ceará e do Batalhão de Segurança do interior do Estado, não consta o nome do Tenente Érico Carapeba, ou Érico Oliveira Carapeba, o que vem mais uma vez corroborar na dúvida de sua existência como autoridade policial.

Em outra passagem, vamos encontrar, nas pesquisas históricas do cientista Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), arroladas pelo professor Abelardo F. Montenegro, talvez outra

explicação mais racional, para a ação destruidora do Tenente Érico Oliveira Carapeba, – costume que teria até extrapolado para futuro próximo, – como acontecido contra a Irmandade da Cruz de Massapê, ao tempo que visitou a região norte do Estado do Ceará, como assim descreve:

“Um filho da Ibiapaba é como um montenegrino: não sabe andar sem trazer à mão uma espingarda e no quadril a longa faca do mato. O sangue dos tabajaras que lhe corre nas veias talvez concorra para que de quando em quando se reproduzam nesta região as cenas de barbárie dos seus antepassados. E conclui: os homens mais influentes pela posição e pelo dinheiro percorriam com BANDOS ARMADOS da serra ao vale e do vale à serra, decidindo de tudo e sobre tudo a lógica do bacamarte”. (75)

Mas, a dúvida ainda persiste, qual foi o objetivo específico da volante de Carapeba, quem foi, ou quais foram os criminosos mandantes, e quais as penas que receberam da justiça pela prática de tamanha barbárie? Qual foi a participação dos primeiros Intendentes de Massapê no episódio? E ainda se houve punição para os culpados.

Na ausência de fontes tradicionais, restou a utilização de outras fontes complementares como pistas disponíveis – o da documentação oral – na expressão e dos métodos elaborados por Carlos Humberto Corrêia, (76).

Pela oitiva dos que souberam de seu comportamento no episódio da Irmandade, deixou claro que Carapeba indicava que padecia de uma possível doença rara e quase desconhecida na época; um estranho distúrbio de personalidade – ele alternava de uma excessiva alteração de humor, como uma explosão de energia, só que irreal – para em seguida por vários dias mergulhar numa tristeza depressiva, com delírios

de atentar contra a própria vida. Naqueles primeiros anos do Século XX, o mais que se sabia a respeito dessa terrível doença, que se chamava de, *psicose maníaco-depressiva*.

Com o passar do tempo, estudos revelaram, tratar-se de um distúrbio transmitido em parte por herança, de nome esquisito chamado, *distúrbio bipolar*.

No dia 26 de março de 1902, acreditam os consultados que, o Tenente Érico Carapeba comandava uma volante de assalariados do crime, revelando uma mente de natureza altamente perversa, que acabou por destruir a Irmandade da Cruz, sob o efeito ao que parece da excitação da doença do distúrbio bipolar, daí a ferocidade da repressão sangrenta de inocentes vítimas, totalmente desarmadas, que os irmãos da cruz só tinham uma explicação – parte com o demo.

O caminho mais rápido para não se gostar dos outros é não gostar de si mesmo. Afirmava o escritor Emile Alain. (77)

Se alguém tenta contra a própria vida, não pode gostar de mais ninguém.

Esta foi a impressão que ficou de Carapeba, dada a fúria em que comandava pessoalmente sua tropa no esmagamento da Irmandade da Cruz, mais parecia possuído de uma ou mais legiões dos piores espíritos para matar impiedosamente crianças – logo as crianças, *que é delas o reino do céu*, disse Jesus – mulheres, velhos e enfermos, crimes passivos sem nenhum desvio, senão a danação eterna.

O Tenente Érico, deu vazão aos seus instintos mais primitivos, e pelo lado mais selvagem, assimilou rápido, as maldades do criminoso Cabo Capriúna, aquele mesmo que trabalhou como segurança na construção da Cadeia Pública, de Sobral e estradas por ocasião da terrível seca de 1877, que para chegar a esta patente acumulava como ato de bravura, três homicídios e a violação de quase metade do Cód-

go Criminal da época, no capítulo contra os costumes, no período em que fora capanga de um fazendeiro em Barbalha, no sul do Ceará, na descrição do escritor sobralense, Domingos Olímpio (78)

Carapeba aperfeiçoou o seu estilo de cangaço na seca de 1900 – e, criou a escola do mal – não se sabe se chegou a Tenente por atos de bravura por mortes, mesmo pelas costas ou de tocaia, seguindo a jurisprudência bugre da época, ou por apelido; a verdade foi quem transmitiu os infernais maus costumes de prepotência, dos foras-da-lei, ao Capitão Bezerra, estopim alegado para desbaratamento da população do sítio Caldeirão do Beato Lourenço, que acabou barbarizados juntamente com seu filho, Sargento Anacleto e mais dois soldados, numa tocaia em 1936. Época em que acabou prevalecendo, segundo o testemunho do escritor M. Dias, em Mistérios do Juazeiro, a prática relatada pelo Dr. Floro Bartolomeu de que:

“O atual Governo do Estado, tem ultimamente resolvido exterminar os bandidos, fuzilando-os, sumariamente, independente de qualquer processo jurídico. Dizem que só aqui de Juazeiro, já foi levada da cadeia pública e fuzilada pela Polícia, quase uma dúzia de presos”. (79)

Um ano depois, outra chacina de iguais consequências, foram praticadas pelas polícias baianas e pernambucanas, devastando tudo de plantações, animais e benfeitorias na fazenda de Pau de Colher, situada no extremo norte baiano, tendo como vítimas o controvertido paraibano, beato Severino Tavares e seus inocentes penitentes, segundo o jornalista Optato Gueiros, que resistiram à bala até o último homem, só escapando o Padre Félix e o idealista Professor Beethoven, conforme relato do escritor

Francisco Nobre Teixeira (80). Tudo pela mesma cartilha de Carapeba.

Na verdade foram todos eles instrumentos do verdadeiro império do mal a serviço de uma polícia política suja, comandada por coronéis fazendeiros, muitos sem nenhuma patente da Guarda Nacional, extinta com a República, mas vitalícia para aqueles que já as haviam comprado, fatos lamentáveis que predominaram por bastante tempo no Ceará e no Nordeste.

Prevaleceu o princípio de que – qualquer ajuntamento de gente sob a liderança de um religioso ou de um beato – eram logo chamados de bandidos, cangaceiros e rebelados.

A respeito de beatos e religiosos disse com muita propriedade, Juciara Silveira ao descrever:

“De modo geral, todas as aglomerações do homem do campo foram sempre mal vistas, como possível núcleo para infiltração de revoltas contra o poder constituído. Isto é fácil de inferir durante todo o relato sobre aglomerações, frutos das retiradas em função da seca”. (81)

Não é demais acrescentar que, se comparados os comportamentos dos grupos: repressores – se da polícia sem autorização judicial, estavam a serviço do crime para alongar seus soldos – e os reprimidos. Não se sabe, a bem da verdade, qual dos dois era o maior tráfego da lei, naquela época, nos rincões quase desertos do Nordeste Brasileiro.

CAPÍTULO 7

Batalha Final: Prisões e Mortes

No fatídico dia 26 de março de 1902, Damião por premonição, teve uma terrível arrelia. Não se encontrava, na velha fazenda que fora de sua família\ próxima do Morro da Cruz, que servia de sede e ao mesmo tempo de santuário de orações da Irmandade da Cruz – rodeada de tapumes, latadas cobertas de folhas de carnaúba e ramos de oiticica onde se abrigavam mais de cem pessoas inválidas – incluindo crianças, mulheres e velhos, muito parecido com os aglomerados dos **filhos do Calvário**, que Pedro os acolhia piedosamente como irmãos, durante o seu pastoreio da Igreja Primitiva.

Talvez tenha sido este o motivo de Damião não ter sido relacionado entre os chefes principais, nas notas do Barão de Studart, reportada no início desta crônica, reclamado os descasos dos historiadores, pelo Dr. Osvaldo de Aguiar. (82)

Sua reclusão tinha os mais sobrados motivos, entrou em profundas e comoventes preces, com jejum e penitências a começar pelas leituras das profecias do Profeta Daniel e pelo Apocalipse de São João, procurando descobrir e identificar os sinais, como sendo mesmo do **Fim dos tempos ou da Batalha Final**, descritos nestes dois livros de Deus, não encontrando nenhum sinal do céu, nem o número da besta conseguiu descobrir, só na terra. O ódio contra pessoas inteiramente inofensivas, que pretendiam alguma liberdade de sobrevivência, que contrariava o mando absoluto dos poderes políticos e econômicos da região.

O cerco da velha fazenda durou mais de uma semana,

nas negociações da força invasora de Carapeba – as ameaças eram as mais escabrosas. Tipo assim – caso não se rendessem – nem se mudassem para outros lugares e não entregassem as armas, e o dinheiro – produtos dos roubos da acusação – seriam **esfolados vivos**.

Dias depois, como não tivesse surtido efeito, a segunda intimidação foi se tornando pior – como quem quisesse esmagar como um nó de serpente aquela inditosa gente – aí sim, **seriam todos passados no engenho do pau amarelo, tirado os bofes pelas costas e enterrados vivos**, como se fosse possível algum ser vivo, resistir a tamanha barbaridade, que no imaginário dos fanáticos famintos, só tinham uma explicação. – Obra de Belzebu, diziam.

No dia da chacina, chegaram logo atirando, primeiro para cima, para acovardar o aglomerado de pessoas e depois para matar, e isto dizia mais de suas intenções do que as palavras, já que havia se esgotado os prazos concedidos.

Damião e seus liderados, não podiam acreditar que somente os **tanatos**, ou o instinto de matar inatos no homem – diferentemente dos animais que só matam para se alimentar ou para se defender – pudessem alcançar tamanha crueldade, de sacrificar pessoas inocentes, velhos, crianças, enfermos e mulheres, sem dó nem piedade, a não ser movidos por forças satânicas.

O conceito de pessoa possuía empregado pelos líderes e fanáticos da Irmandade da Cruz nos remotos idos de 1902, foi no mesmo sentido bíblico, da época da elaboração das Sagradas Escrituras, em que a medicina era muito atrasada – estava ainda a engatinhar e a usar fralda não descartável – que logo classificava qualquer afecção mental ou distúrbios da alma que alterasse a conduta comportamental do indivíduo, que raramente dói ou outra doença somática, incluindo até qualquer aparência de má conformação física,

eram logo diagnosticados em parte os seus portadores como possuídos de espíritos demoníacos.

Nas secas, dificilmente se poderia esperar de uma vida de flagelado, um final feliz, depois de se perder a família, os bens e a saúde, mas também não poderia ser com tamanha desgraça, e redobrado sofrimento como se prenunciava.

Não tinha bônus e somente ônus, e o pior, pago com as próprias vidas dos flagelados.

Damião, Veado e os outros líderes da comunidade, diante do cerco constante o desenlace era previsto para qualquer momento, organizaram a mesma estratégia de São Lourenço aos pretorianos do Imperador Valeriano, no Século III, que lhe exigia os tesouros da Igreja Católica para embelezar as cidades italianas com estátuas dos deuses pagãos. No dia combinado para entrega do tesouro, o Santo reuniu todos os coxos, pobres, doentes, crianças e velhos mendigos, assistidos pela sua irmandade e apresentou-os aos sequazes do Imperador dizendo: **eis aqui todo o tesouro da igreja, é todo seu**. Por este ato de bravura e coragem, pagou Lourenço com a própria vida, barbarizado que foi por enforcamento.

Na Irmandade da Cruz a tarefa de São Lourenço, coube a Veado, apresentando os famintos, aleijados, coxos, velhos, crianças e mulheres que incluía até um lazarento todo chagado na primeira fila, como sendo o patrimônio da Irmandade de que eles tanto cobiçavam. A reação foi tão violenta e brutal que Veado levou um tabefe na taba do queixo de um dos repressores mal-encarados da força de Carapeba, que sacou a distância o único dente que ainda lhe restava – o do **juízo**, e é porque nascera, dezenove anos depois, no fim da puberdade – atordoado no desespero ainda teve tempo e coragem de aplicar uma terrível pedrada no rosto do agressor que o deixou deformado, roufenho e com a aparência de um quasímodo, para o resto da vida.

Mesmo assim, a desproporção entre os atacantes armados, sem autorização judicial e os miseráveis e enfermos, chegava a ser abissal, além de caracterizar um esbulho criminoso, contra vidas e a propriedade privada de gente totalmente indefesa, sem contar com nenhuma Guarda Católica a exemplo de Canudos confiando somente nos poderes constituídos da República, ao amparo da Carta Magna, que um dia juraram, solenemente defender.

No caso da Irmandade da Cruz – a estratégia de São Lourenço, também não deu certo – estavam reunidos cerca de cem pessoas, todas, arrebanhados às pressas na redondeza – os que puderam correr, escaparam, diante da fuzilaria, verdadeira tempestade de balas, da força invasora comandada pelo sem lei, Tenente Érico Carapeba. Muitos se esconderam no mato e os restantes, cerca de vinte pessoas, aleijados, crianças, coxos, enfermos e o leproso, sem nenhuma resistência física foram barbarizados a bala e pisoteados ao pé do Morro da Cruz no pátio da velha casa de taipa, que outrora, no auge da grande seca de 1900, chegou a abrigar mais de dois mil retirantes, na rudimentar fazenda transformada em santuário da salvação de muitos, agora impiedosamente destroçada; para nunca mais desrespeitarem as autoridades, mesmo agindo estes contra a letra expressa da lei.

Até a cruz preta, símbolo da irmandade que se encontrava pendurada num galho de catingueira retorcido, já sem folhas, apoiada em um lajedo de pedra no alto do Morro da Cruz, a formar um cruzeiro portátil, fora atingida, por várias balas de grosso calibre, que apartou a parte superior de apoio da cabeça, ficando este pedaço pendurado numa embira, tombando a outra parte à direita, para depois rolar pelo precipício, ladeira abaixo, só encontrada semanas depois da chacina, e pela forma que ficou, parecia mais um *Tau*, não a décima nona letra do alfabeto grego, tampouco a

última letra do alfabeto hebraico, nem o *Tau* proteína, mas o *Selo de Deus*, no dizer do Profeta Ezequiel.

Foi quando Damião no meio dos escombros e cinzas se deu conta que estava diante de uma mensagem divina, lembrou-se do feito do Profeta Ezequiel 9,1-7: *Passa pela cidade, por Jerusalém, e marca com um TAU a frente dos homens que gemem e choram por todas as práticas abomináveis que se cometem*. Mais uma vez se penitenciou por todo o ocorrido, achando que ele mesmo deveria ser o primeiro a ser marcado.

Com uma espiritualidade mais evoluída, acabou descobrindo também, a materialização da intuição de São Francisco de Assis, cheio de simbolismo dirigido aos homens de boa vontade, a representar Verdade, Palavra, Luz, Poder e Força da Mente direcionada para um grande bem – arrimados nos três grandes princípios constantes dos entalhes já marcados ao pé da cruz, que agora se recolhe totalmente mutilada pelo ódio dos homens, todos os ensinamentos da missão do Senhor como: *Obediência, Pureza do Coração e Pobreza*.

Lembrou-se ainda de todos os significados da cruz e agora com mais uma modalidade a ser venerada em forma de um *Tê*, em homenagem e devoção a São Francisco de Assis, que ao receber o chamado de Deus: *Francisco reconstrói a minha igreja*, entendeu tratar-se da Igreja de São Damião. Para isto, chegou ele mesmo a vender uma carga de tecidos do pai, inclusive o próprio cavalo que montava, empregando todo o dinheiro para atender às vontades de Deus. Tempos depois compreendeu que a reconstrução era da Igreja como instituição, na Idade Média bastante ameaçada por constantes cismas. Damião ficou a pensar, de que modo, ele agora só e sem forças poderia restaurar sua querida irmandade, a não ser com orações e jejuns para o resto de seus dias aqui na terra sem esquecer de vivenciar os princípios franciscanos.

O que restou da mutilada cruz, foi agora transformada em um **Tau**, era levada de gruta, em gruta onde se escondia Damião.

Armas, dinheiro, mantimentos, nada foram encontrados, a não ser uma quicé no cós de Veado destinada a tirar bicho-do-pé e a cortar fumo de rolo, para os cigarros de palha de milho, disse ele à autoridade – metade de um rolo de fumo, um surrão de farinhas, meia dúzia de rapaduras, uma ossada do resto que sobrou de uma matalotagem e os santos venerados que foram destroçados e depois queimados e reduzidos a entulho. Constatado, depois de minucioso relatório de vistoria.

Contam testemunhas de ouvir dizer – com relatos quase lendários – não comprovados até agora – que os líderes: Felipe, Campello, Furtado e outros irmanados, foram presos e de mãos atadas puxados por cordas pelos componentes da volante a cavalo, que em algum momento trotavam de propósito – derrubando os prisioneiros e arrastando as inditasas vítimas – com o inteiro propósito criminoso, de vingança e de pura maldade, como aconteceu com os presos conduzidos pelo Capitão em comissão Francisco Martins Galucho, anotado pelo Barão de Studart, quando destinados a Capital, **que não passaram de Jaguaribe-mirim, tendo morrido estuporados em consequência de um banho no rio após uma lauta comida de pirão escaldado, tudo isto segundo declarou o aludido Galucho**". (83)

Os réus eram destinados ao que se dizia à Cadeia Pública de São Benedito, mais parecida com uma masmorra, construída no modelo sugerido ainda pelo temido Capitão Antônio Joaquim da Silva Carapeba, já que a original fora anteriormente demolida e para ali serem julgados e exemplarmente punidos, embora fora da jurisdição dos alegados crimes.

Na verdade, com isto se cumpriam os prometidos nas terríveis ameaças, que não tinham valor de lei – é bem verdade – mas se consumava a sentença maldita do esfolamento vivo de cada líder da Irmandade da Cruz.

Viveu-se nos campos de batalha no sopé do Morro da Cruz, o embate da cruz preta nas roupas e nos chapéus dos irmanados, contra o **pentagrama** rubro instalados nos corações da volante de Carapeba, sinalizando a personificação do mal daquelas criaturas – mesmo sinal que o famoso Lampeão costumava usar, anos depois, ostensivamente na aba de seu chapéu de couro, para identificar de longe, os propósitos a que viera.

O julgamento foi rápido, sumaríssimo – processo – nem precisou ocupar as autoridades judiciárias da cidade de São Benedito, porquanto os presos se rebelaram no caminho, contra a autoridade policial, ao que se disse, e no revide, foram todos mortos em legítima defesa, da volante invasora. Embora estivessem todos de mãos atadas e totalmente desarmados, mas se estivessem escapados, pouco ou quase nada se poderia esperar de justiça, porquanto em São Benedito, na época, nas garras dos Carapebas não tinham sequer o mísero apoio de qualquer *amicus curiae*, que por eles dessem alguma penada favorável.

O pior destes crimes é que tinha autores, cadáveres, como prova material de todos os fatos – iguais aos erros médicos, que acabaram tendo o mesmo destino, foram também enterrados – estes, não na mãe terra – mas ficaram quase insepultos – por assim dizer no local que anos depois ficaram sob as águas do açude Acaraú-Mirim, na época, o segundo maior reservatório público do Ceará, depois do Cedro de Quixadá.

Veado escapou milagrosamente, com um tiro na perna – sangrando, garroteou com os trapos da camisa a parte

chagada como lhe ensinara a veterana do hospital de sangue, da Irmandade – a quase santa Petronília – que também morrera no massacre – pisoteada – na aflição, querendo salvar a todos.

Damião se escondera numa das cavernas do Serrote do Madeiro, e lá ficara, rezando – aguardando o desfecho, que, na sua visão apocalíptica interior, já amargava os acontecimentos da pior tragédia. A muito custo, chegou Veado rastejando-se, que nada mais fez senão confirmar suas premonições. Ficaram abraçados por algum momento, sem palavras, sem choro, mas sangrando por dentro. Entalados com a perda dos companheiros e da causa que abraçara por amor e esperança de transformar o lugar num verdadeiro celeiro de fartura, prometido por juramento, à sua infeliz mãe no dia da sua fuga para o norte do País.

Suplicou a Deus para ser picado, não só por uma *tsé-tsé*, mas por várias moscas de modo a suportar dormindo, o terrível pesadelo agora que se tornou realidade.

Acalmados do susto – as aflições continuaram – Damião e Veado, de mãos dadas, começaram a recitar uma das orações preferidas deles em tom de reconciliação com Deus, e baixinho, quase sussurrando:

■ *Pedi força e vigor e Deus me mandou dificuldades para me fazer forte.*

■ *Pedi sabedoria e Deus me deu problemas para resolver.*

■ *Pedi prosperidade e Deus me deu energia e cérebro para o trabalho.*

■ *Pedi coragem e Deus me mandou situações perigosas para superar.*

■ *Pedi amor e Deus mandou pessoas com problemas para eu ajudar.*

■ *Pedi favores, e Deus me deu oportunidades.*

■ *Não recebi nada do que queria.*

■ *Recebi tudo que precisava.*

■ **NO SENTIDO DE PROVAÇÃO. MINHAS PRECES FORAM ATENDIDAS.**

Damião estava inconsolável e juntamente com o seu auxiliar de campanha – o crente Veado – começaram a analisar a irreparável derrota, tal qual o general comandante de uma batalha perdida e sobretudo a se culpar, da inutilidade de suas preces, não ouvidas, tampouco atendidas por Deus, como outrora, durante os seus piores momentos de perigo. Achou que tinha pecado muito e se tornado infiel ao que prometera ao Senhor, daí a surdez dos céus em atender seus pedidos para salvar aquela pobre gente.

Meditou. Bateu no ombro de Veado, como se uma luz, um relâmpago lhe atravessasse a mente. Lembrou-se das queixas dos discípulos de Jesus, que não tinham conseguido expulsar os demônios de um menino. A resposta do Mestre foi edificante nos seus ensinamentos divinos:

– *Esta casta de demônios, não se pode fazer sair, senão mediante a oração e o jejum* (84), daí sua certeza lógica, Carapeba e seus comandados estavam possuídos não de um nem dois demônios, mas de uma *legião*, só expulsáveis mediante muita oração e jejum, como exemplificara Jesus aos seus discípulos.

Acabando por concluir. Suas preces foram fracas de merecimento e carentes de mais fé – reconheceu, em prantos, responderam a uma só voz. Esconjuro, cruzeiros, vote! Benzendo-se, ambos batendo ao mesmo tempo num tronco de árvore.

Seus inimigos não ficaram satisfeitos com o massacre, e o cerco continuou, ao contrário do cerco de Jericó – lá, os

maus estavam sob a proteção das muralhas que foram derribadas aos golpes de sons de trombetas dos comandados por Josué e guiados pela mão de Deus – aqui, sob a proteção de uma fé fraca, não resistiram aos assédios de legiões malignas. A ordem era capturar vivos ou mortos de preferência: Veado e principalmente Damião, considerado o mais perigoso do bando que restou, diziam.

Famintos, o crente Veado se distanciou da caverna para caçar uns rabudos e mocós escondidos nas locas de pedra do serrote para matar a fome, dando pista a um dos espias espalhados por toda a cordilheira serrana e acabou sendo atingido por uma bala saída de uma das tocaias distante e morreu ali mesmo, naquele projeto de montanha em que se escondera.

Damião sabia muito bem o que lhe aguardava e procurou se precaver ainda mais, trajou-se de mendigo, que na verdade era o que lhe restou de vestimenta, desceu o serrote e se destinava a pé a um lugar antes da Estação do Trem de Massapê, onde os comboios ferroviários demoravam alguns minutos para abastecer de água as caldeiras e recarregar de lenha combustível.

No meio do caminho, foi tomado de uma aflição ainda maior, de um pavor mortal, vista turva, caiu ao solo, depois de algum tempo suando frio, apoiou-se em um cajado de madeira, que sempre carregava (**que não teve poderes do alto para transformá-lo em serpente, como fizera Moisés para provar os poderes de sua missão na terra**) – o de Damião só servia mesmo de arrimo para pular as grotas e se defender dos bichos.

Sentou-se para tomar fôlego e enxugar o suor que corria como se estivesse em plena chuva. Fechou os olhos e viu um vulto parado em sua frente, que logo identificou como sendo um dos anjos do Senhor na aparência de sua mãe,

ficou pasmo, engasgado sem palavra, aguardando qual a mensagem que ele lhe queria dar – **a pergunta, era para onde você pensa que vai?** A resposta que estava em seu coração e não na língua, nem precisou dizer, era voltar para o Acre, agora mais brasileiro e começar tudo de novo, o vulto balançou a cabeça, pobre filho, não cumpriu tudo que me prometeu, sussurrando, quase inaudível disse: **pois, eu vou para a nossa fazenda e lutar por você até morrer de novo.**

Damião despertou apavorado, como de um sonho e não viu mais o vulto; mas entendeu, que fora envolvido por uma experiência espiritual, até então nunca por ele vivenciada. A de uma **Graça infusa extraordinária**, mesmo assim continuou pelo resto de seus dias com um espinho cravado em sua alma, pelos acontecimentos de vinte e seis de março.

Damião em lágrimas recordou a história de Pedro, quando solto pelo Anjo do Senhor das prisões de Roma, que ao tentar fugir da cidade, pela Via Ápia, também viu um vulto que lhe perguntou. **Quo vadis?**

Estas palavras – para onde vais? – queimou-lhe a alma por representar uma fuga covarde a um dos compromissos solenes assumidos ainda na juventude, e ali mesmo decidiu voltar para tentar restaurar o que restou da Irmandade da Cruz e se preparou para o pior.

Agora só tinha Deus por testemunha a seu favor, que sabia muito bem que gostaria de ter procedido – se pudesse – igual aos **acarás** que derem o nome ao Rio Acaraú, que nas perseguições dos predadores, colocavam todos os filhotes na boca até o perigo passar – assim pensava que deveria ter se esforçado mais, rezado com mais fervor e com penitências mais severas.

Primeiro escreveu, como sendo uma carta testamento se despedindo da vida e se redimindo dos seus pecados –

uma proclamação perdoadando a todos os que lhe fizeram mal, e amaldiçoando ao último ciclo dos infernos, no dizer de Dantes Alighieri, a todos aqueles que desviaram os alimentos, ocasionando a morte de inocentes vítimas, apropriando-se das verbas do Socorro Público, políticos ou não, grandes e poderosos, ricos da rapinagem dos pobres e que tais riquezas não lhes tragam nenhum conforto além das penas do inferno depois de suas mortes e em vida amarguem noites e noites insones juntamente com todos aqueles que, por ação ou missão concorreram para este hediondo crime, inclusive a todos os seus herdeiros familiares, coniventes.

Damião perdoou também a Carapeba, porque ele, além de doente de distúrbio bipolar ou alienação temporária, não sabia o que estava fazendo em seus momentos de excitação, muito embora tivesse consciência de que, pelo massacre de crianças, coxos, velhos, mulheres e enfermos, amparados pela Irmandade da Cruz, em qualquer ordenamento jurídico justo do seu tempo, seus responsáveis mereciam ser crucificados de cabeça para baixo – e pendurados pelos sacos, lembrou-se ainda das lições de Leon Tolstoi: “Só há uma maneira de acabar com o mal: responder-lhe com o bem”, concluiu suas meditações.

Mesmo por que, já o Papa Calisto I, proclamara solenemente, de que ***todo pecado pode ser perdoado pela Igreja, cumpridas as devidas penitências.***

O Tenente Carapeba, o Cabo Capriúna e o Capitão Bezerra, representaram o instrumento sujo dos poderosos – o braço armado do cangaço oficial, cujas vítimas de sangue de Canudos, Irmandade da Cruz, do Caldeirão e da fazenda de Pau de Colher, mais recentemente, clamam até o presente momento por justiça, pelos excessos cometidos ainda não indenizados contra pobres indefesos e seus descendentes – dívida social, até hoje pendente e não devidamente resgatada, sem

nenhuma exculpação dos criminosos e seus mandantes, como tivessem praticados verdadeiros atos de bravura cívica.

A tradição oral, retratou o massacre dos crentes da Irmandade da Cruz não com o brilho e as cores dos horrores da guerra espanhola do ditador Franco, desenhado pelo gênio da pintura, Pablo Picasso em seu famoso painel ***GUERNICA*** – mas muito pior – a cidade de Guernica ainda existe para ser reverenciados seus mortos.

O lugar do massacre do Morro da Cruz está submerso quem sabe um dia, almas piedosas não constroem ali uma orada sobre uma pequena plataforma flutuante com quatro pequenos nichos destinados aos gêmeos: São Cosme e Damião, Santo Antônio à direita – santo dos pobres – e Santa Rita de Cássia – a santa dos impossíveis, no meio das águas do açude de Acaraú-Mirim, no lugar para ser lembrado: dos mártires e inocentes, vítimas do ódio político do dia 26 de março de 1902.

Damião viveu o resto de seus dias, como eremita, um piedoso mendigo – escondido, num exílio voluntário, com o espírito atormentado – mudou várias vezes de identidade – tal qual os cristãos novos, para escaparem da sanha do Santo Ofício, que no caso, era fugir dos cabras de Carapeba. Só deixou o eremitério em 1915, poucos meses antes de morrer.

Cavou sozinho, com as próprias mãos covas rasas – antes da inundação do lugar pelo açude, para o enterro coletivo das pessoas martirizadas, e colocou no meio dos montículos das covas uma só cruz tosca, de marmeleiro, amarrada com um cipó encontrado ali mesmo no local – agora tornado campo-santo – antes que os carcarás e urubus conspurcassem aqueles corpos, já purgados à exaustão de todos os seus pecados aqui na terra.

O crente Damião tinha uma predileção particular por alturas, não poderia imaginar alguém no mundo que não gostasse

de montanhas, mesmo aqueles que sofressem alguma espécie de orofobia, que correspondia ao absurdo de não gostar da natureza, dizia ele. Achava também que o destino da humanidade fora traçado nas alturas do céu – e na terra – nas montanhas do Sinai, quando Moisés recebeu a dádiva salvífica dos Dez Mandamentos gravados pelos raios em duas tábuas de pedra, Oreb, Tabor, de maiores significados como a Transfiguração, de pura revelação divina – daí ser o seu esconderijo muitas vezes nas cavernas e grutas do Serrote do Madeira, a quem chamava de montanha sagrada a exemplo de Francisco de Assis com o seu Monte Alverne, – nisto copiava também o ucraniano Santo Antônio *Percierskij* (homem das grutas).

Concluía, com um raciocínio prático, a grande dádiva de Deus ao homem em toda essa engenharia celeste, lhe parecia; ter sido o projeto do livre arbítrio por tempo indeterminado; agora achava, no seu fraco modo de entender que o livre arbítrio, fruto da razão, deveria sofrer alguma limitação, por tornar o homem cada vez mais imperfeito.

Esta prolongada experiência a seu juízo deveria ser revista, dado não só ao decurso de tanto tempo de uso até hoje – como toda lei, tem desgaste no tempo e no espaço, daí por que, sua eficácia deixar hoje muito a desejar, ensejando a multiplicação de outros terríveis Carapebas.

No quesito que se refere ao relacionamento do homem com os seus semelhantes, a caridade, a solução da fome, bem como, a falta de respeito, com a preservação da própria mãe natureza. Acabou por se penitenciar por tamanha ingerência na sabedoria de Deus que tinha organizado a vida humana terrena, deste modo, consentindo ao homem o livre arbítrio ilimitado.

Mesmo porque, o homem, através dos tempos só tem temido e compreendido o seu inferno merecido, quando ele começa aqui na terra, prazo em que já semeou todas as suas maldades ao semelhante, ainda nesta vida.

Achava também, outra vantagem viver nas alturas das montanhas, como fizeram os irmãos de São Francisco, subindo ao *Subásio*, na tentativa de ver o *Rosto do Senhor*, em silêncio e na solidão de modo a recuperar a consciência interior. A outra seria aquela, depois da morte – no julgamento do Juízo Final – se lhe coubesse a misericórdia divina, do céu, facilitaria o trabalho dos anjos do Senhor, já estava a meio caminho, caso o seu destino fosse o purgatório ou o inferno, nem de ajuda precisaria para chegar ao seu destino – não tinha pressa – era só soltar o freio de mão e descer na banguela ao precipício.

Nas cavernas e grutas da sua montanha sagrada; recitavam ao anoitecer sob os acordes de uma sinfonia imortal de bichos, alumiados por milhares de vaga-lumes e insetos outros de sangue amarelo – todos amigos de São Francisco – rezava as suas mais comoventes *preces de perdão*, tal qual numa esplendida Catedral construída a céu aberto, pela própria natureza.

Faltou alguém com a dimensão musical na hora para registrar tais acordes como fizera Max Bruch, com o seu *Kol Nidrei* – de véspera – como preparativos, do dia maior do perdão.

– Estava mesmo adivinhando o seu próximo fim.

– Pena que nenhum vivente cuidou de registrar, pelo menos uma simples inscrição, no meio de algumas figuras rupestres existentes no lugar, para lembrar o grande mas-sapeense, que foi Damião.

Sua luta pelos pobres não parou, mesmo como esmoler, tudo que tinha de seu dividia com os mais necessitados, que se resumia a quase nada, mas repetia como o escritor, “enquanto amos perdoamos”.

Dos prazeres da carne só experimentava quando lhes davam por esmola ou cortesia um pedaço de carne-seca de

bode, ou um rato do mato chamado rabudo, já escalado, cujos gestos entendia tratar-se da linguagem dos anjos como enviados por Deus – que sempre dividia com mais alguém necessitado, que não faltava em alguns momentos ao seu redor, afinal, quem tem caridade no coração tem sempre qualquer coisa para dar, recordava Santo Agostinho.

Na solidão da pequena caverna, que se transformou quase numa casamata, sob um penedo de formação granítica no Serrote do Madeira, tinha como companheira uma *jaritataca* – menos feroz que o irmão lobo de Francisco de Assis – moradora há mais tempo do local, que nunca foi domesticada – só amansada – e por conveniência de cada um, as tarefas do novo lar foram tacitamente divididas – cabendo a Damião manter o local aquecido com fogueiras, canalizar as goteiras da gruta dos pingos d'água, com cascas de arvores para fora, de modo a evitar que a água das goteiras formassem as estalactites e as estalagmites para não umedecer o ambiente, enquanto a companheira selvagem ficava encarregada das caças de rabudos, mocós e de cobras venenosas ou não, para a alimentação de ambos – só mudava o modo de preparar as refeições, segundo paladar hereditário de cada um. A caçadora preferia carnes fresquinhas, quase vivas, se mexendo, para garantir-lhe a qualidade do produto que consumia, devorava com cabeça e tudo, já que tinha imunidade contra venenos, quanto ao outro preferia moqueada, tirando fora cabeças, vísceras e as bolsas venenosas.

A segurança do local ficava também a cargo da caçadora, sempre atenta de deixar municiada e devidamente abastecida o seu arsenal de defesa portátil, no caso a vesícula de ácido para afugentar os inimigos que tentasse invadir a paz da residência campestre em que viviam.

Por estes lugares foram trilhados mais de uma vez, pelo grande cientista, geólogo e historiador, que tinha fascinação

por morros, serras, altos e cavernas – um quase montanhês – o cearense, Antônio Bezerra de Meneses, quando, a cavalo, percorreu, todo o interior do futuro Município de Massapê, fazendo-lhe a sua pré-história, na sua *ardente ambição*, como dizia, na cata de excentricidades e lugares pitorescos registrados nas suas pesquisas históricas, como descreveu uma misteriosa casa de pedras, no Olho-d'Água dos Picos em Pitombeiras, hoje Senador Sá, que já pertenceu a Massapê, em suas Notas de Viagens ao Norte do Ceará, cuja construção nunca foi concluída, porque passou todo tempo sem telhado – e com as informações todas desencontradas, para uns foi obra dos jesuítas, para outros ainda, pelos gauleses ou flamengos e ainda uma outra mais lendária, teria sido construída por um estrangeiro, com ajuda de uma velha preta e somente durante as noites trabalhavam e que na verdade esta ajudante de pedreiro seria o próprio diabo. Deixando o historiador a pensar, como ele mesmo declarou (85).

Antônio Bezerra partiu de Fortaleza, devidamente autorizado pelo Dr. Carlos Benedito Ottoni, Presidente da Província do Ceará ou pelo seu Vice Presidente, Antônio Pinto Accioly no vapor Cabral, em setembro de 1884, já ao apagar das luzes do regime imperial, com destino ao porto de Camocim, daí de trem foi a Granja onde pouco demorou, seguindo direto para a Vila da Serra Verde, antes de receber esta, sua certidão de nascimento, como município, outorgada que foi pela Lei nº 398, de 15 de setembro de 1897. Em três ocasiões, hospedou-se na residência do Sr. Urçulino Pereira de Paula, Chefe local da Estação do Trem, de modo a percorrer todos os *arrabaldes*, naquela época ainda não devidamente delimitados, da Vila, depois, Massapê, antes de continuar viagem à região serrana da Ibiapaba.

Ficou encantado com as belezas naturais, do lugar, cercado de serras, morros, grutas e fontes misteriosas, onde

teve a ajuda de um arrieiro, como guia, foi a Santana do Acaraú, sede do Município na época, passando por vales e pelo complexo do Morro da Cruz e da Várzea da Cruz, onde havia um delta formado de dezoito rios, riachos e grotas que desembocavam no caudal Rio Acaraú-Mirim, antes de ser barrado nos altos de São Pedro (1900-1907).

Era um santuário de beleza paradisíaca que a natureza caprichosamente esculpiu – era como se o paraíso tivesse se mudado para ali – antes que a mão do homem o destruísse – encobrindo com um lençol de águas, sem utilização até hoje. A não ser, para beber.

Por estes lugares que tanto encantaram o cientista Antônio Bezerra, a ponto de retornar a eles, várias vezes – na sua volta de Nossa Senhora Sant'Anna do Olho-d'Água e quando foi aos Remédios e à margem esquerda do Rio Acaraú ou Rio das Garças, na língua indígena – passando pelo Morro das Pulgas e pelo Olho-d'Água da Racha, de águas medicinais. Foram também estes mesmos sítios escolhidos por Damião para cumprir seus últimos dias de sua missão tumultuada, aqui na terra.

A afinidade entre Antônio Bezerra de Menezes e Damião era evidente – amantes da natureza – mesmo não possuindo nenhum dos dois qualquer título acadêmico, faziam cada um o melhor, nas suas especialidades, do que o mais graduado dos mestres.

Antes de completar cinquenta anos, (em 26 de setembro de 1915), Deus pôs Damião à prova mais uma vez. Já em julho e nada de chuva já se prenunciava outra terrível seca a de 1915 com os lances mais dramáticos descritos com maestria pela conterrânea Rachel de Queiroz (86).

Damião inteiramente senil, quase em completa *astasia*, cego de um olho, caquético de tanto jejum – um verdadeiro trapo humano, mas uma lição viva de vida – ostentando ain-

da toda pujança de aguçada intuição que Deus lhe deu, seguiu a *voz do coração*, mesmo assim comandou um assalto à comida como um verdadeiro gigante, a um barracão onde estavam guardados os mantimentos comprados com verbas dos Socorros Públicos destinados a socorrer os famintos alistados nos serviços de ampliação do sangradouro e ponte do açude Acaraú-Mirim, que depois de três dias de espera e como ainda não haviam sido distribuídos por falta de ordens da Comissão de Socorros, com velhos e crianças desfalecendo, por só comer e beber água escoteira, do próprio açude. – Proibidos de comer por falta de que – mas não foram proibidos de ter fome. Daí o desespero.

Reuniu seus últimos fiapos de força física e uma hercúlea força espiritual interior, à frente dos famintos, – apoiado pelos braços, – identificou-se pelo verdadeiro nome de batismo, Damião – aquele mesmo que fora morto com todos os seus ideais desde 26 de março de 1902, sepultado moralmente com sua Irmandade da Cruz, e agora em nome dos mesmos princípios que nortearam seus crentes de não deixar ninguém morrer de fome, lembrou-se da tentação do Armênio, Santo Expedito, em 303, a serviço do exército romano, enquanto o corvo demoníaco lhe dizia *cras* (depois), o anjo do senhor lhe dizia *hodie* (hoje, agora). Fechou os olhos, olhou para o céu, pronunciou alto – que Deus nos ajude – ordenando imediatamente, o arrombamento do depósito de mantimentos para saciar e evitar da morte certa de muitos retirantes ali acampados.

Foi seu último ato de rebeldia contra a exploração egoísta do poder econômico e pelas lideranças no poder, que nos períodos de secas os sofrimentos de muitos serviam para o enriquecimento de poucos, mantidas numa estrutura de opressão advindas desde os períodos coloniais. Era um berro solitário pela liberdade a serviço dos mais necessita-

dos, agradecendo a Deus a oportunidade de se redimir perante sua mãe e seus amigos, que esperava encontrá-los no céu, juntamente com seus pais, irmãos, a tia professora e todos aqueles que foram massacrados pelo Tenente Carapeba e sua volante repressora. Como bem disse Alberto Amadei **a luta pela vida não tem fim**. Dado as fortes emoções e o supremo esforço físico, seu coração não resistiu e parou.

Antes de expirar, já nas vascas agonias lembrou-se de Jó ao dizer: **O Senhor me deu tudo, que para Damião foi até demais e também tirou tudo, que ao final, depois de provada a fidelidade de ambos, o Senhor restituiu**, a Jó os bens multiplicados, a saúde, a família e a Damião o sentimento do dever cumprido e prometido aos seus familiares de lutar até o fim de seus dias pelos seus irmanados miseráveis.

Se vivos fossem, cem anos depois, seus desenganos continuariam à frente, ao saber que todos os seus sacrifícios e dos outros chacinados ao saberem que o açude Acaraú-Mirim, com meio mundo de água armazenada, (52.000.000m³), e considerado a mais antiga **caixa-d'água**, do norte do Ceará, teve sua primeira sangria a 1º de abril de 1910 e de lá para cá é sempre um dos primeiros a sangrar, não trouxe nenhuma riqueza e cujas esperanças foram ficando coisas do passado, **só restando mesmo água para o consumo humano** (83), servindo mais para alimentar os desperdícios da evaporação inevitável.

Sem levar em conta o aquecimento global, já nas beiradas de nossas portas, com terríveis ameaças de se vingar, de não perdoar as agressões sofridas pelo homem responsável pela exaustão de um bem finito, não renovável e que não tem substituto até agora, embora quase dois terços da terra seja coberto de água, sabe-se que, 97,50% dessa água seja salgada, imprópria para o consumo humano e somente

2,50% de água doce, e deste percentual 70% encontra-se sob forma de gelo, restando menos de 1% como água aproveitável para o consumo humano mesmo que, o Brasil detenha quase 14% de toda a água doce do mundo, não pode deixar evaporar um patrimônio que vale ouro, ou melhor, mais que ouro que não se bebe nem traz vida a todos os seres vivos do Planeta Terra.

Espera-se que se acrescente aos estudos e se discutam com as populações, em amplas e permanentes campanhas desde a infância, como um aprendizado cultural para a vida inteira, mais esta variável do aquecimento global da terra, na equação das previsões de secas do Nordeste visto que, as regiões dos trópicos parecem ser as mais afetadas e não se deixe para ver como é que fica, para se proporem medidas emergenciais em meio às calamidades acontecendo com sacrifícios irreversíveis para as populações do sertão, como costuma acontecer nos períodos de secas verificadas até hoje, de modo que se evite o embarque de todos na terrível nau dos insensatos. Afinal, pensar na frente é construir o futuro.

O grito de alerta já partiu dos tópicos, das nações empobrecidas da União Africana, representada pelo Presidente de Uganda, dizendo-se com razão de que estão sendo vítimas de uma **agressão global**, enquanto contribuem com apenas 3% de gases na atmosfera e terão de pagar uma conta bem maior dos ricos que poluem mais de 30%.

O Nordeste que saiu dos flancos da **Mãe África**, antes que o Atlântico se intrometesse separando-os em dois continentes, fato que não lhes tirou a vocação de trópicos sujeitos um e o outro lado do Atlântico às catástrofes das secas, agora agravado com a ameaça do efeito estufa das queimadas e da poluição da queima de combustíveis dos carros, não pode pagar a conta sozinho, pela agressão dos centros poluidores mais desenvolvidos

A preocupação hoje é mundial, até a ONU desde 1993, consagrou o dia 22 de março, como o *dia mundial da água*, é bom lembrar que num futuro próximo – se o bom senso prevalecer nas relações dos povos civilizados – dirigentes governamentais acabarão sendo acusados de crimes contra a humanidade, por seus desmandos de desperdícios de água e degradação da natureza.

Ninguém pode mudar as leis da natureza sem receber o merecido castigo, mas todos podem melhorá-las, contribuindo para o uso racional e equilibrado dos seus recursos naturais vitais à vida dos seres vivos no Planeta Terra.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. Datas e Fatos para a História do Ceará, Tomo III, p.148, Edição Fundação Waldemar Alcântara, Fortaleza-Ceará, ano 2001.
02. Com a Graça de Deus, 4ª. Edição Editora Record, Rio de Janeiro - RJ - 1995, p.14.
03. Documentação Oral e a Temática da Seca, por Luciara Silveira de Aragão e Frota, Brasília, 1984, p.176.
04. Frota, Luciara Silveira de Aragão, ob. cit. p.177.
05. Thomaz Pompeu Sobrinho: História das Secas, primeira metade do Século XV, Fortaleza, Editora Batista Fontenele, 1953 p.193
06. Acaraú-Mirim-Cem Anos de Desilusão, do autor, Editora Gráfica Expressão Ltda. Fortaleza, Ceará, 2004, páginas 61/72.
07. Montenegro, Abelardo, em Fanáticos e Cangaceiros. Ed. Henriqueta Galeno, Fortaleza, Ceará-1973, p. 109 e seguintes, demarca de maneira precisa os passos de Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, beato religioso, nascido em Quixeramobim-Ce, 1828, sua pregação religiosa e seus sofrimentos e desenganos, durante sua trajetória pela Zona Norte do Estado do Ceará, influenciador dos fundadores da Irmandade da Cruz de Massapê-Ceará (1900-1902).
- 08-Padre Ibiapina-Peregrino da Caridade, Editora Tribuna do Ceará, 1995, p.139.
09. São Camilo de Lélis (1550-1614), capuchinho cujo dia de sua festa, comemora-se dia 14 de julho.
10. Gustavo Barroso, in Terra do Sol - 3ª. parte, apud "O Pensamento Brasileiro de Clássicos Cearenses" Anual do Ceará-2005. Organizado pelo sociólogo Eduardo Diatahy B. de Menezes, p.165.
11. Evangelho de Maria, Míria de Mágdala, traduzido por Jean - Yves Lelupe - Editora Vozes, 7ª. Edição, 2005, p.85.
12. Furtado, Stella, em História Geral e Política de São Benedito. Ed.Prefeitura Municipal de Sobral, pp.130/132.
- 13.Furtado, Stella. ob. cit. pp.130/137.
14. Constituição Federal de 24.02.1891, art. 72 parágrafo 3: "Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer *pública e livremente os cultos*, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observando as disposições do direito comum", in Aliomar Brasileiro, Edição Senado 2001, p.97.
15. Albert Einstein (1879-1955).

16. As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial, Eduardo Campos. Ed. Sec. de Cultura e Desportes do Ce. - 1980.

17. Mt. 55;42.

18. Jean Yves Lelup, ob. cit. p.169.

19. Luzia Homem, Editora ABC, São Paulo 2002, pp. 03 e 32.

20. Estimativa do Diretor da FAO, Jacques Diauf, Órgão das Nações Unidas, de morrerem de fome e desnutrição seis milhões de crianças por ano, além de afetar 825 milhões de pessoas em todo o mundo - Brasil incluso, em 2005, "O Povo" de Fortaleza-Ceará ed. de 23.11.2005.

21. Montenegro, Abelardo, transcreve trechos do Jornal do Ceará, ed. 21.1.1908, em ob. cit. pp. 186 e 254.

22. Júlio de Mattos Ibiapina. Apud Abelardo F. Montenegro em Júlio Mattos Ibiapina. Ed. UFC, 2002, p.46.

23. Jornal "O Povo", edição de 19.3.2006.

24. Thomaz Pompeu Sobrinho, in História das Secas no Século XX, Editora Batista Fontenele. - Fortaleza-Ceará, 1953, págs. 28/193 e 207.

25. Assis, Machado, em contos "A Igreja do Diabo" - Editora Cultrix, São Paulo, p.80.

26. Frota, Luciara Silveira de Aragão, ob. cit. p. 84.

27. Frota, Luciara Silveira de Aragão, ob. cit. p. 161.

28. Silveira, Océlio, Jornal "O Povo" de Fortaleza, ed. 16.07.2006.

29. Gonzaga, Luiz/Zé Dantas, Canção Vozes da Seca, 1953.

30. Frota, Luciara Silveira de Aragão. ob. cit. p.279.

31. Do autor, Monografia apresentada no Programa Talentos da Maturidade do Banco Real S/A - São Paulo, 2003.

32. Jesus Viveu na Índia, por Köler, Editora Best-Seller, 17ª. Edição - 1986, p.203.

33. Frota, Luciara Silveira de Aragão, ob. cit. p.111.

34. Casas de Aviaamentos, foram as comerciais para compra de borracha em troca de produtos para suprimentos, que se instalaram em Manaus, no último decênio do Século XIX e primeiro do Século XX no período áureo da Borracha.

35. Faias, par de remos de madeira para impulsionar, canoas ou outras embarcações menores, como pequenos regatões.

36. Varejão, vara longa de cerca de seis metros para movimentar barco a remo.

37. Do Evangelista Lucas: "poupar é sofrer"

38. IGAÇABA, urna funerária usada pelos índios de Pacujás na Serra da Ibiapaba no Ceará.



39. Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, Editora Cultrix, São Paulo, 1960 p.220.

40. Caldwell, em "O Grande Amigo de Deus". Editora Record, 2006, p.544.

41. Elio Gaspari, em A Petrobras Brinca de Rainha Victória em "O Povo" ed. 07.05.2006

42. Recupero em Tragédia de Erros, jornal "O Povo" ed. de 14.05.2006..

43. Jiquiri, nome indígena, que significa esconderijo de acomodação em tocaias nos altos das árvores como meios de proteção de índios e bichos.

44. Anjo **Vesahiah**, protetor das liberdades e da justiça, livra as pessoas que se sentem prisioneiras, favorece a graça e a clemência; influenciando Juristas, Advogados e Magistrados. É um anjo da Justiça. Em jornal "O Povo", Fortaleza-Ceará Edição de 25.11.2006.

45. Gênesis, IX: 24-28.

46. História da Polícia Militar do Ceará, em Versos, por João Xavier Holanda, Ten.-Cel. PM-RR e Ludenor Ramos de Melo, 1º Ten-PM/RR. ed. Fortaleza, 2006.

47. Turu, tapurus, pequenos moluscos que se cria e se alimenta de madeiras apodrecidas.

48. Japá, nome indígena de uma cobertura tecida com folhas de palmeiras da região amazônica para cobrir canoas e barcos pequenos, protegendo-os das chuvas e do sol.

49. Rosa, Guimarães em "Grande Sertão Veredas", Editora Nova Fronteira 19ª. ed. 2001, p. 26.
50. Aguiar, Osvaldo. Massapê em Foco. Fortaleza-Ceará 1969.
51. Montenegro, Abelardo, ob. cit. p. 136
52. Pinheiro, Candido, Índice Onomástico em quatro vols. Ed. Fundação Ana Lima, Fortaleza, 2005.
53. Furtado Stella, ob. cit. p 16.
54. Mons. Francisco Sadoc de Araújo, Cronologia Sobralense, vol. III, pp. 94/95 Ed. UVA - Sobral - Ceará.
55. Guimarães, Hugo Victor em "Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará", Editora Jurídica Ltda. - Fortaleza-Ceará, 1947, págs. 28 e 236.
56. Inventário do Padre João Crisóstomo de Oliveira Freire, doc. 08, pacote 03, ano 1874, Inventários de São Benedito, in Arquivo Público do Ceará.
57. Barretto, Annibal. ob. cit. p.7.
58. Veja, ed.1985, ano 39, no 48, de 5.12.2006, p.22.
59. Fax de 6 de dezembro de 2006 e resposta do Senhor Diretor do Arquivo Histórico do Exército do Brasil, Ofício Nr. 038/DH-AHEX, de 13 de dezembro de 2006.
60. Oliveira, Francisco das Chagas, Biografia de Alberto Oliveira Freire, Fortaleza-Ceará.
61. Montenegro F. Abelardo, Ob. Cit. p. 164.
62. Brandão, Hudson José, em São Benedito (Dos Tabajaras ao Terceiro Milênio). Editora Premium, Fortaleza-Ceará, 2002 pp. 51/52.
63. Certidão de casamento de, "Mãe Belinha", com informações de sua bisavó.

Nome do Casamento de Teresinha Baptista de Oliveira
e J. Trasil da Silva Ribeiro.

Aos vinte e quatro dias do mez de Outubro do anno de
mil novecentos e trez, as quatro horas da tarde,
nesta Paroquia da Freguesia, em casa de residência do
Capitão Hermilão de Azevedo, presente deigo Gomes
Lima e Comarca de São Paulo etc. Estado do Ceará
em casa de residência do Capitão Hermilão para
fizer presentes a Juiz de Casamentos e Capitão Albino
Albuquerque de Albuquerque, Comarca de São Paulo etc.

[illegible]

64. Oliveira, Professor André Frota, in A Fortificação Holandesa do Camocim, Expressão Gráfica Editora Ltda., Fortaleza-Ceará, 1955, p.40.
65. Casa-Grande & Senzala, Ed. José Olimpyo, 1946, p. 723.
66. Barretto, Annibal, ob. cit.p 122.
67. Barão de Studart, ob. cit. vol. II, p.120.
68. Castro, Jeanne Benarrce, em "A Milícia Cidadã: Guarda Nacional". 1831-1850. Ed.Cia. Nacional, vol. 359, ano 1937.
69. Antônio Bezerra, apud Abelardo Montenegro ob. cit. pp. 183/184
70. Vieira, Pe. Antônio, apud Cônego de Araújo Sadoc, in Estudos Ibiapabanos, p. 94.
71. Pe. Ascenso Gago, citados por Serafim Leite em História da Companhia de Jesus no Brasil e Carlos Studart Filho, Os Aborígenas do Ceará, Coleção História e Cultura, vol. 6, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará,1965, p. 127,conforme pesquisa do Prof. André Frota de Oliveira, ob. cit. p. 63.
72. Dr. Guilherme Studart, ob. cit. Tomo II, p. 116.
73. Dr. José Célio Fonteles, Biografia.em Os Fonteles das Águas Livres, Edição Comemorativa do Primeiro Centenário de Raimundo Avelino Fonteles, 1894 - 28.4.1994. Fortaleza-Ceará.
74. Guimarães, Victor Hugo, ob. cit. págs. 34, 36 e 79.
75. Antônio Bezerra em Notas de Viagem ao Norte do Ceará, Ed. Universidade Federal do Ceará, p. 84. citado por Abelardo Montenegro, ob. cit. pp. 183/184.
76. Humberto, História Oral, Teoria e Técnica, em Documentação Oral e a Temática da Seca, Brasília, 1981, p.16.
77. Alain, Emile, em o Jornal O Povo, edição de 22.12.2005.
78. Domingos Olimpio, ob. cit. p 13.
79. Dias, Antônio Bezerra M. em Mistérios de Juazeiro. Ed. Juazeiro, Juazeiro, Ceará, 1935 p. 69. Teixeira, Francisco Nobre, em Nos Tempos do Padre Cícero, Fortaleza, Ceará, 1986, p. 17
80. Teixeira, Francisco Nobre, ob. cit. p. 6.
81. Frota, Luciara Silveira, ob. cit, pp. 99/116.
82. Aguiar,- Osvaldo, ob. cit. p. 11/30.
83. Barão de Studart, ob. cit. Tomo II, p. 69.
84. Evangelho de São Marcos, IX. 24-28.
85. Bezerra, Antônio, Ob. Cit. p. 84.
86. Queiroz, Rachel, O Quinze, Ed. ARX. 73ª., 2003.
87. Site do DNOCS WWW.DNOCS.GOV.br - ÁGUA SÓ PARA CONSUMO HUMANO.

Concurso público para Fiscal Adicional pelo DAEP em 1956, para em 1959/1962 e para promoção em 1961 na Alemanha, ambos para o Ministério da Fazenda.

Direito pela Faculdade de Direito da UFC, 1955, concluindo em 1959, Turma do Centenário do Dr. Clóvis Beviláqua, Pós-Graduação em Direito Público na mesma Faculdade.

Cursos: sobre Comércio Internacional em Berna na Suíça em 1970, Política e Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas-Rio de Janeiro.

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, aposentado.

Advogado, OAB-Ce, sob o nº 9.850.

Autor de uma crônica-histórica sob o título Acaraú-Mirim: Cem Anos de Desilusão, Editora Expressão, Gráfica Ltda. Fortaleza (Ce), 2004.

CRRE A IRMANDADE DA CRUZ FUNDADA NO MASSAPÊ NO CEARÁ, EM PLENA SECA DE 1900, ESCREVEU O INSIGNE HISTORIADOR CEARENSE, BARÃO DE STUDART EM DATASE FATOS PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ:

"EM 26 DE MARÇO DE 1900, NA VILA DE MASSAPÊ, AO SOPÉ DA SERRA DA MERUÓCA, FORAM PRESOS POR UMA FORÇA DE POLÍCIA COMANDADA PELO TENENTE ÉRICO CARAPEBA, OS CHEFES PRINCIPAIS DE UMA MALTA DE INDIVÍDUOS CONHECIDOS PELO NOME DE IRMANDADE DA CRUZ, QUE FORA FUNDADA EM PRINCÍPIOS DE ABRIL DE 1900, PELOS CELEBRES CANGACEIROS: CAMPELLO, VEADO, FURTADO E FELLIPE. USAVAM UM CHAPÉU DE ABAS LARGAS, TENDO AO CENTRO UMA CRUZ PRETA"

ISBN 85-7536-060-4



9 788575 360606